

**Lisboa: a conexão africana**  
**Mapeando as novas rotas na rede das cidades globais**

**Francisco José Pereira Amara Mendes**

**Dissertação de Mestrado em Sociologia**

LISBOA: A CONEXÃO AFRICANA – MAPEANDO AS  
NOVAS ROTAS NA REDE DAS CIDADES GLOBAIS  
Francisco José Pereira Amara Mendes

**Outubro 2014**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, realizada sob a orientação científica da Professora

Iva Pires

*“Tudo parece impossível até que seja feito”*

Nelson Mandela

**Lisboa: a conexão africana**  
**Mapeando as novas rotas na rede das cidades globais**

**Lisbon: the African Connection**  
**Mapping the new paths in the global cities network**

Francisco José Pereira Amara Mendes

**Resumo**

Este trabalho parte dos conceitos de cidade global e buracos estruturais para sustentar uma perspetiva teórica que defende que a existência de buracos estruturais constitui uma vantagem competitiva na rede das cidades globais. Partindo deste enquadramento, pretende-se em primeiro lugar, identificar o papel de Lisboa numa rede de cidades globais e, em segundo lugar, perceber se a capital portuguesa atua como um gatekeeper entre a Europa e África. Para atingir estes objetivos estudam-se os fluxos de capitais e a centralidade de Lisboa numa rede global de empresas e serviços. Simultaneamente, numa perspetiva mais focada, analisa-se a densidade das conexões entre Lisboa e Luanda para aferir se a capital portuguesa tem alguma vantagem competitiva face a outras cidades globais.

**PALAVRAS-CHAVE:** GaWC, rede de cidades mundiais, crescimento da população Africana, África Subsaariana.

**Abstract**

This essay is based on the concepts of global cities and structural wholes to sustain a theoretical perspective that defends that the existence of structural wholes constitutes a competitive advantage in global cities' networks. With this baseline, first we set out to identify Lisbon's role in a network of global cities. Secondly, we try and understand if Lisbon serves as a gatekeeper between Europe and Africa. In order to achieve these goals, capital flows are studied as well as Lisbon's centrality in a global network of businesses and services. Simultaneously, in a more focused manner the density of the connections between Lisbon and Luanda are studied to understand if the Portuguese capital has any competitive advantage over other global cities.

**KEYWORDS:** GaWC, world city network, African population growth, sub-Saharan Africa.

## ÍNDICE

Introdução .....	1
1. Apresentação da problemática .....	5
1.1 A hipótese de trabalho .....	5
1.2 Objeto de investigação e delimitação teórica .....	6
1.3 A questão de partida .....	9
2. Definição de conceitos .....	11
2.1 A sociedade em rede .....	11
2.2 Rede social .....	13
2.3 Centralidade ou hierarquia . .....	15
2.4 O poder na rede .....	18
2.5 Laços fortes e fracos .....	20
2.6 Buracos estruturais .....	23
2.7 O exemplo de Miami . .....	25
3. Metodologia .....	31
3.1 Notas e limitações metodológicas .....	31
3.2 Base metodológica . .....	33
3.3 Metodologia .....	35
4. África – um continente em mudança.....	40
4.1 Explosão demográfica .....	40
4.2 Do rural para o urbano .....	41
4.3 A nova classe média africana .....	44
4.4 Pressão migratória .....	45
4.5 Investidores em competição .....	48

4.6 A ascensão da África Subsaariana .....	51
5. Cidades globais africanas .....	54
5.1 Cidades à procura de oportunidades .....	54
5.2 Corredores de desenvolvimento .....	57
5.3 Explosão urbana .....	60
6. Lisboa como conexão africana .....	63
6.1 Medir a conectividade .....	63
6.2 Na periferia da Europa .....	67
6.3 A internacionalização das empresas portuguesas .....	74
6.4 Análise da amostra .....	80
7. Angola – o acordar do gigante .....	87
7.1 Os novos polos do crescimento económico .....	87
7.2 O negócio da banca . .....	90
7.3 Os fluxos de pessoas .....	93
7.4 Pressão urbana e social . .....	96
8. Resultados e discussão .....	97
Conclusão .....	101
Bibliografia .....	104
Lista de Figura .....	111
Lista de Tabelas.....	112
Anexo A: Lista de empresas da amostra.....	i

## Introdução

A recente crise económica e financeira que atinge particularmente os países do sul da Europa, desde 2008, pôs em relevo um mundo conectado, onde a falência de um banco, como o Lehman Brothers<sup>1</sup>, tem repercussões imediatas nas economias de Estados distantes e conduz à falência e ao desemprego pessoas que não tinham relação direta com esse banco, nem dele alguma vez tinham ouvido falar.

Ainda que os efeitos da globalização<sup>2</sup> não sejam uma novidade, a pressão económica trouxe para os media um mundo onde os decisores das agência de classificação de risco de crédito (*credit rating agency*), pessoas com elevados padrões de vida e recorrendo às tecnologias da informação, decidem as economias das nações, estabelecendo entre si os juros e o crédito que podem impulsionar – ou travar – o crescimento económico dos países. Também ficou evidente que essas pessoas vivem e trabalham em algumas cidades, geralmente nos países do norte, mas têm a capacidade para influenciar os decisores de todo o mundo e particularmente os políticos que são incentivados a adotar as medidas que eles consideram acertadas.

Embora à primeira vista possa parecer uma consequência da divisão “norte-sul” que separou o mundo entre países ricos e pobres (Guedes, 2000), um observador mais atento notará que esta “nova organização” da sociedade ultrapassa as fronteiras dos Estados e apresenta-se como uma teia de relações entre indivíduos espalhados por todo o mundo, mas concentrados em algumas cidades como Londres e Nova Iorque que aparentam ser centros de decisão globais.

Cidades globais, cidades mundiais ou cidades informacionais são algumas das formas de identificar o conceito que diferencia as cidades umas das outras. Se é verdade que o sistema urbano está na origem da civilização, e se durante o período

---

<sup>1</sup> O Lehman Brothers era um grande banco de investimento nos Estados Unidos da América que em setembro de 2008 declarou falência, iniciando uma sequência de prejuízos em cascata noutros bancos e instituições internacionais, tornando-se na maior crise financeira da história da humanidade.

<sup>2</sup> Globalização é o conjunto de transformações na ordem política e económica mundial que contribuiu para tornar o mundo interligado.

medieval muitas cidades desenvolveram redes de comércio e conhecimento que as distinguiram de outras, a existência de cidades globais<sup>3</sup> é um fenómeno novo, característico do mundo moderno. Elas resultam do advento da globalização e do avanço tecnológico.

A rede de cidades globais é assim a base teórica e o ponto de partida para uma investigação que entende o mundo como uma malha de relações entre os indivíduos, e que desde a segunda metade do século XX, constitui um novo paradigma das ciências sociais.

Uma rede pressupõe uma “centralidade” e uma “periferia”. Com efeito, se nas ciências exatas podemos encontrar uma rede perfeita com pontos equidistantes, distribuídos ao longo da superfície de uma esfera, nas ciências sociais a malha de relações entre cada nó da rede não é nem uniforme, nem simétrica. Também não é contínua. Em alguns pontos essa rede pode ser marcada uma forte densidade de laços e de nós, noutros encontramos aquilo a que Ronald Burt chamou *buracos estruturais* (Burt, 2000).

É à luz desta perspectiva de rede que ganha outro significado a ideia – por diversas vezes repetida – de que “Portugal é um país periférico”. Esta referência não resulta da posição geográfica que o país tem na topologia europeia, mas da visão reticular dos centros de decisão, dos quais Portugal e os portugueses estão aparentemente afastados.

Esta perceção de centralidade e periferia vai levar-nos a refletir sobre o poder numa rede, sobretudo numa rede de cidades onde umas parecem ser mais influentes do que outras. Mas ao mesmo tempo, a existência de buracos na rede, convida-nos a pensar em constrangimento e oportunidades. E, se o objetivo deste trabalho não é aferir – ou desmentir – a perifricidade de Portugal, ela ajuda-nos a refletir sobre as oportunidades que os portugueses podem alcançar se conseguirem estabelecer pontes sobre os buracos estruturais.

---

<sup>3</sup> Embora alguns académicos identifiquem uma subtil diferença entre os termos *global city* (cidade global) e *world city* (cidade mundial), neste trabalho eles serão usados como sinónimos, salvo indicação expressa.

Um desses buracos na rede é o continente africano. Os estudos sobre redes de cidades globais demonstram a pouca conectividade das cidades africanas à rede global (Taylor, 2000; Merwe, 2004; Skórska & Kloosterman, 2012), criando uma zona de sombra, ou como Castells lhe chama: o "*buraco negro da sociedade da informação*" (Castells, 2003). Esta falha resulta, segundo Castells, do atraso das populações africanas no acesso às redes digitais de comunicação. E, embora esse isolamento esteja a ser colmatado, ele depende de um processo lento de construção de infraestruturas que não se desenvolve ao ritmo dos desafios que o continente enfrentará nas próximas décadas.

Efetivamente, o continente africano vai ser confrontado com uma demografia *explosiva*, que fará duplicar a sua população em 25 anos, a par de um crescimento económico muito rápido, mas não o suficiente para tirar a sua população da pobreza (Ferry, 2007; Lorgeoux & Bockel, 2013) Estes fatores cruzados serão geradores de incerteza ou mesmo de conflitos sociais. Mas também são atrativos para investidores à procura de oportunidades.

Este estudo encontra-se organizado em oito capítulos. No primeiro apresentamos a problemática, delimitando a área de investigação e o objeto de análise. É ainda neste capítulo que formulamos a questão de partida.

No segundo capítulo fazemos o enquadramento teórico, definindo os conceitos orientadores do estudo. Apresentamos ainda o exemplo de Miami, analisado por Saskia Sassen, como ponto de partida para a formulação da nossa hipótese.

No terceiro capítulo apresentamos a base metodológica e as limitações encontradas no desenvolvimento da investigação e a metodologia adotada para ultrapassar essas limitações.

No quarto capítulo caracterizamos as mudanças em curso no continente africano que sustentam a nossa hipótese, nomeadamente a explosão demográfica e o acentuar dos movimentos migratórios, geradores de incerteza, mas também o aumento do investimento e o crescimento económico, que vão criar novas oportunidades em África.

No quinto capítulo analisamos as cidades africanas à luz da teoria das cidades globais, nomeadamente através do desenvolvimento urbano e do investimento estrangeiro para perceber a capacidade de atração de empresas globais pelas cidades africanas.

No sexto capítulo estudamos a posição de Lisboa na rede de cidades globais recorrendo à análise do investimento direto estrangeiro, mas também investimento direto das empresas portuguesas no estrangeiro. Trabalhámos ainda uma amostra de empresas portuguesas, para observar a forma como se distribuem no mundo e particularmente no continente africano. Neste capítulo medimos ainda a conectividade entre Lisboa e Luanda.

No sétimo capítulo, procedemos a uma caracterização da economia angolana e analisamos os investimentos diretos de Portugal em Angola, mas também os investimentos angolanos em Portugal. Olhamos particularmente para os investimentos na banca e estudamos os fluxos de pessoas entre Luanda e Lisboa.

No oitavo capítulo discutimos os resultados procurando verificar a hipótese, respondendo à questão de partida.

Estamos conscientes das limitações deste estudo que procuramos que seja o ponto de partida de uma investigação mais vasta sobre as oportunidades de Lisboa se afirmar como cidade global. O continente africano vai caracterizar-se nas próximas décadas por mudanças extraordinárias que vão alterar a perceção dos europeus sobre os povos africanos. Para essa mudança muitos países procuram colocar-se em posição de vantagem. Deste trabalho espera-se que ajude a perceber que a relação de Portugal com África precisa de algo mais do que laços históricos e lusofonia.

## 1. Apresentação da problemática

### 1.1 A hipótese de trabalho

A hipótese de trabalho neste estudo é assim condicionada pelas consequências da mudança que já está em curso no continente africano, e de que forma elas podem constituir uma oportunidade para os portugueses. Com efeito, acreditamos que se poderá verificar com Lisboa e África o mesmo fenómeno que Saskia Sassen observou na relação de Miami com a América Latina (Sassen, 1994).

Até 1990 Miami era apenas um destino turístico para os reformados norte-americanos. Mas, Em resultado da presença de uma forte comunidade hispânica, passou a ser escolhida por muitos milionários sul-americanos que ali procuraram refúgio da instabilidade económica, social e política que atingiu a América Latina na última década do século XX. Miami rapidamente se tornou sede de várias empresas com negócios na América Latina, centro bancário para a América Central, e principal polo cultural e mediático da comunidade hispânica (Sassen, 2010). São Paulo pode ser uma importante cidade global da América do Sul, mas Miami é a "*Capital da América Latina*" porque o nó de Miami tem mais conexões à rede de cidades globais do que o da cidade brasileira.

Lisboa pode, tal como a cidade norte-americana, vir a ser um refúgio para os momentos de incerteza social que poderão resultar da pressão demográfica que se verificará nas próximas décadas, ou simplesmente porque Lisboa é uma cidade que oferece a qualidade de vida que as cidades africanas ainda não estão em condições de oferecer e, nesse sentido, despertar o interesse do investimento africano.

A relação com África, e especialmente com os países de língua oficial portuguesa, tem sido apontada pelos sucessivos governos nacionais, como uma vantagem de Lisboa face às outras cidades europeias. O domínio da comunicação é a chave do poder numa rede (Castells, 2003), quer seja rede de transportes, comercial ou financeira. As redes culturais são as mais perenes, e a língua é um dos fatores de identidade mais fortes (Carneiro, 2006). Ao dominar a comunicação na rede lusófona, Portugal acrescenta valor à sua posição nas redes a que pertence, atraindo novos laços

e novas redes. Ao assumir uma posição de centralidade relativamente à África lusófona, em primeiro lugar, e depois em relação às restantes cidades africanas, Lisboa pode reforçar a sua posição na rede das cidades globais.

## 1.2 Objeto de investigação e delimitação teórica

Se a crise acentuou a ideia de que Portugal é um país periférico, a capital portuguesa surge referenciada como um dos destinos preferidos do turismo global<sup>4</sup> e um polo crescente de atração de investidores africanos e asiáticos, nomeadamente angolanos e chineses. Esta aparente contradição resulta da perceção da posição relativa de Lisboa em diferentes redes, mas também do "descolar" das cidades face aos Estados nacionais. Lisboa tem uma posição na rede das cidades globais diferente do *ranking* que Portugal ocupa na lista das nações (Ferreira, 2007), do mesmo modo que Londres tem um peso diferente entre as cidades globais daquele que o Reino Unido tem na economia global. As cidades, sobretudo aquelas que estão muito conectadas à rede global, atuam como centros de ordenação do sistema global. São centros de negócios, serviços e comunicações e influenciam os indivíduos que se encontram noutras cidades que constituem os nós com as quais estas se interligam.

Por essa razão, o objeto de análise deverá ser a cidade e não o país, ainda que a inexistência de dados nos leve em várias ocasiões a referir Portugal, referindo-nos naturalmente ao todo nacional, e não apenas à cidade de Lisboa<sup>5</sup>.

E, se para muitos, a hipótese de *Cidade Mundial*, apresentada por Friedmann (Friedmann, 1986), é o ponto de partida para desenvolvimentos sobre a teoria e a pesquisa empírica dos espaços urbanos como locais de poder (Merwe, 2004), a ideia de uma rede de cidades globais tem subjacente uma nova visão da sociedade. Nesse sentido, do nosso ponto de vista foi Manuel Castells o precursor no estudo da cidade

---

<sup>4</sup> Segundo o Eurostat, Portugal foi o 9º destino turístico da Europa, em 2012, atrás da Croácia e à frente da Holanda (numero de dormidas em alojamento turístico para não residentes). Lisboa, segundo dados do INE, reteve 24% dos turistas com destino a Portugal, no mesmo período e nos mesmos critérios estatísticos (EUROSTAT, 2014).

<sup>5</sup> Já a referência aos portugueses, consoante o contexto, pode aplicar-se à população de Portugal ou de Lisboa salvo nos casos em que nos queremos referir exatamente à população da área urbana de Lisboa. Nessa ocasião isso será expressamente assinalado.

global. Embora a definição do conceito seja posterior, Castells refletiu sobre o impacto das novas tecnologias no tecido urbano e as suas consequências na criação de uma nova ideia de cidade a que chamou *cidade informacional*. Estas cidades estão de tal forma ligadas à rede global que se transformaram em pontos nodais incontornáveis, gerindo o acesso e o fluxo de informação e dando forma a uma nova *sociedade em rede* (Castells, 2007).

Foi a partir do conceito de *cidade informacional* de Castells que Saskia Sassen desenvolveu a sua tese da *Cidade Global*. Sassen explica que o mundo produziu uma nova ordem espacial baseada em fluxos globais de dinheiro, informações e pessoas através de redes transnacionais de cidades, que estão para lá dos conceitos de Estado Nação e das relações entre Estados (Sassen, 2007).

Para além da proposta de Sassen de rede de cidades globais, que assenta nos fluxos de serviços, capital e pessoas, John Friedmann, no seu livro *The World City Hypothesis*, apresentou o conceito de *Cidade Mundial* como uma rede hierarquizada – assente em fluxos de poder – caracterizada por uma estrutura central e outra periférica, onde algumas cidades constituem pontos de passagem de capital (Friedmann, 1986). Esta subtil diferença não é suficiente para criar cisões entre os teóricos de uma rede global de cidades. Todos concordam que a globalização redefine a relação entre a produção e o território, criando uma nova organização económica e modificando instituições e processos sociais.

No seu livro *Mudança Global*, Peter Dicken assinala a ligação entre os processos associados à globalização, e as alterações na vida dos indivíduos. Dicken sublinha também uma assinalável mudança na ação das empresas transnacionais: da exploração sistemática que caracterizava o capitalismo, os novos capitalistas transnacionais contribuem para a transferência de tecnologia e I&D<sup>6</sup>, através dos laços que as suas empresas estabelecem com empresas locais (Dicken, 2007).

Estas alterações criam novas cartografias e reorganizam as relações espaciais do local para o global, abrindo a porta a numerosas pesquisas, entre as quais as desenvolvidas pela *Globalization and World Cities Reserch Network*, onde

---

<sup>6</sup> Investigação e Desenvolvimento (ou R&D, Research and Development): produção de valor de produtos e serviços comerciais, associada ao conhecimento e desenvolvimento de novos processos e tecnologias.

investigadores, como Ben Derudder e Peter J. Taylor têm apresentado trabalhos relevantes sobre as cidades globais e a rede através da qual se interligam (Taylor & Walker, 2004; Taylor, et al., 2011).

De outro campo da investigação sociológica provém a análise de redes, onde se destaca a teoria proposta por Ronald S. Burt sobre os *buracos estruturais* (*structural holes*). A teoria de Burt assenta no pressuposto de que são as oportunidades a explorar que tornam uma estrutura de rede mais eficaz, na medida em que os atores podem desenvolver vantagens concorrenciais (Burt, 2000). O conceito de buraco estrutural designa, assim, a ausência de relações redundantes entre os pontos de uma rede, isto é: ausência de contactos que permitem o acesso a pessoas ou a recursos diferentes.

Segundo Burt, se uma rede é rica em buracos estruturais, o ator pode colocar-se como intermediário ou *gatekeeper* entre contactos não redundantes e, desta forma, atuar como ponte de passagem obrigatória entre dois pontos com acessos a recursos diferentes (Burt, 2000). Ao ser o único ponto de ligação entre dois contactos – ou grupos de contactos – beneficia de informação variada e que lhe chega primeiro que a qualquer outro, transformando-o num candidato a ter em conta sempre que surgem novas oportunidades.

Também as empresas localizadas nas cidades onde possam desempenhar a função de intermediários entre redes são mais propensas a sobreviver e crescer, devido à vantagem competitiva de maior e mais rápido acesso à informação (Porter, 2008). A pertinência da teoria de Burt para o estudo da rede de cidades globais parece assim evidente, até porque a rede de cidades globais é composta por organizações (instituições e empresas) que por sua vez são constituídas por indivíduos.

São portanto os fluxos de dinheiro, informação e pessoas que caracterizam a rede das cidades globais. As empresas, e especialmente os bancos e outras instituições financeiras são a forma de observar e medir essa interação, sem esquecer que quando falamos de redes de cidades globais estamos a falar de pessoas que produzem e descodificam fluxos de informações, tomam decisões ou gerem recursos. São essas pessoas que se interligam numa rede de relações e perceções construindo a cidade global.

### 1.3 A questão de partida

A posição de Lisboa na rede de cidades globais e a forma como se projeta no mundo é relevante para decisores políticos e agentes económicos, sobretudo quando a crise financeira e as suas consequências no tecido económico, parecem "empurrar" a capital portuguesa para a periferia.

Num mundo globalizado, podemos pensar a periferia como *uma nova centralidade*, desde que se consiga identificar uma oportunidade que coloque Lisboa no centro de uma nova rede global. Miami ou Singapura, em momentos diversos, conseguiram apanhar essa oportunidade (Sassen, 1994). Com este trabalho pretende-se identificar as conexões entre Lisboa e Luanda, e perceber se a capital portuguesa tem, ou está a construir, uma ligação forte entre a Europa e a África, ou seja se está ou pode vir a desempenhar o papel de *gatekeeper* entre estes dois Continentes.

Peter J. Taylor no seu livro *World City Network: A Global Urban Analysis* (Taylor, 2004) analisou 234 cidades, entre as quais Lisboa. As conclusões deste estudo serão consideradas para perceber por um lado que alterações ocorreram referentes a Lisboa desde aquela época e, por outro lado, para perceber as consequências da crise financeira na posição da capital portuguesa na rede de cidades globais.

Luanda é a cidade africana que está mais interligada a Lisboa e é também uma das cidades de África com maior potencial de crescimento no *ranking* das cidades globais (Merwe, 2004; GaWC, 2010). Contudo, outros estudos demonstraram que o continente africano é o menos conectado à rede global (Friedmann, 1986; Sassen, 1994; Taylor, 2004). Utilizando os trabalhos de Burt poderíamos dizer que existe assim um buraco estrutural nas ligações com África. Por isso a questão de partida está relacionada com a capacidade de Lisboa para ser um *gatekeeper* entre a Europa e a África.

***"Numa rede de cidades globais Lisboa é, ou pode vir a ser, uma "ponte" entre a Europa e África?"***

a) Qual é a densidade e o sentido dominante dos fluxos de capital entre Lisboa e as principais cidades africanas?

b) Qual é a densidade e o sentido dominante nos fluxos de comunicações, transporte e mercadorias entre Lisboa e as principais cidades africanas?

c) Quais são áreas de atividade mais representativas da presença do tecido empresarial português em África? Essas empresas atraem outros serviços de suporte à sua atividade?

d) Como se distribui a rede de negócios das principais empresas portuguesas em África? Quais as cidades africanas onde as empresas, com sede em Lisboa, preferem investir? E que percentagens representam essas conexões no conjunto do investimento no estrangeiro das empresas nacionais?

e) Como se expressam esses laços? São partilhados com outras empresas não africanas; são de cooperação com empresas africanas, ou são controladas exclusivamente por empresas nacionais?

A estas questões correspondem duas áreas-chave que se constituem orientadoras da investigação:

1- O reconhecimento e a perceção do papel de Lisboa como nó relevante na rede global de cidades.

2- A conectividade entre Lisboa e Luanda como potenciador de uma valorização da posição de Lisboa no ranking das cidades globais.

## 2. Definição de conceitos

### 2.1 A Sociedade em Rede

Desde sempre os povos estiveram interligados por redes físicas que unem *pontos* de um mundo reticular. Essas redes podem apresentar-se mais ou menos densas, ou com barreiras ou *buracos* que impedem a comunicação. Em alguns momentos pode existir apenas uma frágil ligação, como a Rota da Seda que unia o Oriente ao Ocidente. Ou uma rede densa como a que agora liga o continente europeu.

Também a Internet é uma rede física, materializada nos inúmeros *routers*<sup>7</sup> e linhas de comunicação, quer sejam cabos metálicos, óticos e hertzianos. Em contrapartida os conteúdos, ou páginas, e os seus *links*<sup>8</sup> na *web*<sup>9</sup>, são virtuais. A rede deixou de servir apenas para o transporte de dados e informação, para ser também o suporte de novas formas de comunicação. À Internet acrescentou-se a *World Wide Web* com a capacidade de produzir e manter palavras, sons e imagens no ciberespaço e ligando-os uns aos outros num processo de constante evolução. Por um lado temos um sistema reticular físico que é a Internet, em que os nodos são os *routers* e os laços são os circuitos de comunicação; por outro, a *web* como uma rede virtual onde os nós são os *sites*<sup>10</sup> e os laços são as ligações semânticas de conteúdos. O ciberespaço constitui assim a *quinta dimensão*; um *não-lugar* que está presente em todo o lado e onde os conceitos de espaço e tempo são diferentes.

Essa rede física de computadores interligados por cabos metálicos, de fibra ótica ou redes sem fio, constitui a base do que Manuel Castells chamou a infraestrutura de suporte da sociedade em rede. Representa uma nova organização

---

<sup>7</sup> Equipamento que faz o encaminhamento dos pacotes de informação da sua origem ao seu destino, numa rede de comutação de pacotes (ANACOM, 2014).

<sup>8</sup> Link, hyperlink ou hipertexto é uma ligação que, tal como uma citação na literatura, remete para outro documento. Ao pressionar o botão do rato sobre as palavras assinaladas com um link passa-se a outro documento na rede digital.

<sup>9</sup> Web, World Wide Web ou www é a sequência de instruções (ou software) que faz a ligação entre o utilizador e o servidor e através da qual é trocada a informação na comunidade Internet.

<sup>10</sup> Sites ou websites são um conjunto de páginas web ou hipertexto que formam um bloco de informação.

social estruturada em fluxos de informação. Por essas redes passam não só capital – desmaterializado em impulsos digitais – mas também textos, sons e imagens símbolos de uma nova era civilizacional. *“Embora a organização social, sob a forma de rede, tenha existido noutros tempos e lugares, o novo paradigma da tecnologia de informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social”* esta nova dinâmica é o fator de mudança na sociedade criando *“uma sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social”* (Castells, 2007, p. 606).

Manuel Castells foi o autor que mais se dedicou a explicar esta nova *sociedade em rede*. Com ele, o mundo ganha uma nova forma: virtual, onde não há tempo nem distância. Dentro da rede, os fluxos não têm distâncias, ou têm a mesma distância entre os nós (Castells, 2007). As redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada integrando, sem constrangimentos, novos nós que partilhem os mesmos códigos de comunicação.

Mas a rede não é uma estrutura igualitária. *“As conexões que ligam as redes são os instrumentos privilegiados de poder”* (Castells, 2007, p. 607). São aqueles que detêm os códigos de interligação que organizam a rede modelando a sua geometria. Assim, *“os conectores entre as redes tornam-se origens fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades”* (Castells, 2007, p. 607). Empresas, organizações e instituições, espalham-se ao longo da rede ligando, ou desligando, sectores e difundindo a informação por diferentes agrupamentos. Deste modo, são as redes que dão forma à sociedade e definem os processos de produção, poder e cultura. Estamos, portanto, perante uma sociedade ‘nova’ onde, *“numa perspectiva histórica mais ampla, a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana”*, rumo a uma nova Era: *“a Era da Informação”* (Castells, 2007, p. 615).

Enquanto na sociedade agrícola a produção está associada à mão-de-obra e aos recursos naturais; na sociedade industrial são as fontes de energia e os métodos de produção os impulsionadores do tecido produtivo; já no modo de desenvolvimento informacional a produtividade está ligada à criação de conhecimento, ao

processamento da informação e à comunicação. Para esta nova estrutura social cunhou um novo modelo de desenvolvimento: o informacionalismo (Castells, 2007).

Uma característica importante da *Sociedade Informacional* – embora não esgote todo o seu significado – é a forma como esta se estrutura em redes, daí o uso do conceito de *Sociedade em Rede*, definida por um conjunto de nós interligados onde em cada nó estão mercados de bolsa de valores, conselhos de ministros ou instituições internacionais; mas também campos de coca ou papoila, laboratórios clandestinos ou organizações financeiras de lavagem de dinheiro; são ainda elementos da rede os canais de televisão, estúdios de entretenimento, equipas de informação ou meios de computação gráfica, todos “*gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global*” (Castells, 2007, p. 606) .

## **2.2 A rede social**

A ideia de *rede* surge na sociologia como uma metáfora para descrever as relações entre os indivíduos, sem definir as suas características morfológicas. Só na segunda metade do século XX o conceito de *rede social* se tornou central no debate sociológico, assumindo-se como um novo paradigma das ciências sociais.

Com efeito, há três formas de olhar a realidade social: por Categorias, fixando apenas as propriedades que caracterizam um agregado de indivíduos, como por exemplo o género; por Grupos, juntando-os em *unidades solidárias* unidas por fortes laços e fronteiras bem definidas, como a família; ou por Redes onde as pessoas se agrupam num conjunto de interações distribuídas por múltiplas dimensões, como o que se verifica num grupo de amigos ou nas relações dentro de uma organização (Wellman, 1988).

Norbert Elias explicou essa rede de relações como uma *teia* que une os indivíduos uns aos outros por cadeias invisíveis, quer sejam ligações de trabalho ou de propriedade, quer por laços de instinto ou afetividade. Esta rede de funções interdependentes resulta “*única e exclusivamente da correlação das funções que os homens desempenham uns para os outros*” (Elias, 2004, p. 37). São relações entre indivíduos que, embora partindo de cada um, são orientadas para os outros.

Uma rede consiste assim, num conjunto finito de pontos – cada um dos indivíduos que compõem a rede – unidos por laços, mais ou menos densos que, no seu conjunto formam uma determinada comunidade e, numa perspetiva mais ampla, constituem parte de uma sociedade.

O extraordinário desenvolvimento dos computadores, a par da invenção do *software* que, a partir de 1993 facilitou a navegação na Internet, despertou o interesse comercial pela *World Wide Web* e conduziu à recente explosão das comunidades virtuais, ligadas por redes de comunicação. Esta mudança na forma de interação entre os indivíduos estimulou o interesse dos estudiosos das redes sociais, não só porque a ligação através da Internet tornou mais evidente a perceção dessa teia de relações, mas também porque colocava em causa alguns paradigmas da sociologia.

Até então, o pensamento sociológico tinha sido marcado pelos conceitos de Comunidade e Sociedade (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), cuja definição feita por Ferdinand Tönnies em 1887 se mantinha praticamente inalterada: Enquanto uma comunidade se caracteriza por relações de parentesco ou vizinhança e, subsequente sentimento de união; uma sociedade caracteriza-se por agrupamentos de pessoas baseados na prossecução de um interesse comum (Tönnies, 2002).

A ideia de uma comunidade caracterizada mais pelo tipo de relações e menos pelas suas fronteiras espaciais levou os cientistas sociais a um conceito de comunidade onde raramente todos os atores estão presentes no mesmo sítio, ao mesmo tempo. A comunidade torna-se assim uma rede onde as pessoas estabelecem entre si relações de proximidade criando uma comunidade pessoal (Wellman, 1988, p. 36) ou mesmo virtual: *"As comunidades virtuais – uma experiência social não planeada – são os agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço"* (Rheingold, 1996, p. 18).

O mundo em rede surge assim como contraponto a uma sociedade ordenada a partir de conceções espaciais e temporais. As conexões eletrónicas estabelecem uma nova geografia sustentada nas ligações entre computadores, através de cabos e comunicações hertzianas. Mas a rede são as pessoas.

## 2.3 Centralidade ou hierarquia

O debate académico em torno globalização leva a uma nova estrutura organizativa da relação entre a produção e o território, criando um novo ordenamento económico e modificando instituições e processos sociais. Estas alterações criam novas cartografias e reorganizam as relações espaciais do local para o global. Mas Saskia Sassen defende que o movimento de globalização reestrutura também o espaço e o lugar (Sassen, 2007). É na cidade que se podem ver e entender estes processos e, através de sua tese *Cidades Globais*, Sassen propõe que, em consequência da globalização, está a emergir uma nova ordem espacial baseada em redes de cidades globais ligadas por uma infraestrutura digitalizada e envolvendo novos fluxos transnacionais de pessoas, poder e cultura (Sassen, 1994, p. 67).

A tese da *Cidade Global*, de Sassen, foi desenvolvida a partir do conceito de Cidade informacional de Castells, mas Saskia Sassen orientou-o para um foco global. Ela explica que o mundo produziu uma nova ordem espacial baseada em fluxos globais de dinheiro, informações e pessoas através de redes transnacionais de cidades, que estão para lá dos conceitos de Estado Nação e das relações entre Estados (Sassen, 2007, p. 49). Esta nova ordem espacial resulta do processo de globalização e assenta numa rede mundial de cidades liderada por Nova Iorque, Londres e Tóquio.

As cidades, que até então eram vistas como centros comerciais, industriais e administrativos, contribuindo para o desenvolvimento dos mercados nacionais e para a consolidação do Estado-nação tornaram-se, com a globalização, em centros de serviços especializados e sedes de empresas que, em muitos casos, estão para lá do Estado-nação. Essa mudança, todavia, não afetou todas as cidades, mas apenas aquelas que atraíram o sector financeiro. Para Saskia Sassen a mudança ocorreu com a globalização financeira, quando os fluxos de capital passaram a circular livremente – e rapidamente – através das redes digitais (Sassen, 1994, p. 20).

Esta abordagem teórica marca uma rutura com uma outra perspectiva de interpretação do espaço urbano proposta por John Friedmann (1986), na sua hipótese de *cidade mundial*. Friedmann, que é para muitos o ponto de partida no estudo das cidades, viu entre elas uma hierarquia em resultado dos fluxos financeiros e de

negócios entre empresas. Num primeiro nível estariam as cidades de Londres e Nova Iorque, num nível intermédio estariam as grandes cidades da Europa continental e algumas dos Estados Unidos, e num terceiro nível as semiperiféricas como Singapura ou São Paulo (Taylor, et al., 2002, p. 102).

Segundo Friedmann, as conexões mais fortes encontram-se nas cidades centrais, enquanto nas semiperiféricas essa relação é mais difusa, e estas cidades tendem a articular-se melhor com as economias nacionais ou regionais. Deste modo as cidades da semiperiferia estariam mais focadas nos mercados regionais como, por exemplo Singapura ou Miami enquanto Londres e Nova Iorque estariam focadas na economia global.

Se do ponto de vista teórico se pode admitir a existência de um sistema hierárquico, organizado em torno de centros de decisão estratégicos, cujo indicador fundamental seria a contabilização das sedes de empresas multinacionais, uma outra perspectiva que se suporta nos fluxos de pessoas, mercadorias e informação apontou para uma partilha de poder na rede, mais consentânea com a realidade.

Para Sassen o foco não está no poder, mas na produção dos fluxos que compõem a capacidade de controlo global (Sassen, 1994). Em vez da hierarquia é a centralidade a diferenciar as cidades. Essa centralidade resulta da densidade dos laços com que cada uma se conecta à rede. Ou seja, são os fluxos que recebe e envia para a rede que definem a centralidade e que podem ser considerados um poder (Taylor, et al., 2002a), enquanto Friedmann recorre à frequência, força, importância e domínio desses laços para medir a importância de uma cidade na hierarquia mundial.

A diferença é, no entanto mais subtil do que aparenta, e só se torna decisiva na abordagem metodológica, uma vez que é mais difícil identificar e precisar com rigor os fluxos de informação, capitais e ideias que se geram entre cidades, e se transmitem pelos espaços virtuais das redes transnacionais (Ordoñez & García, 2002), do que contabilizar os escritórios de cada empresa. Sassen, por seu turno reconhece que *“it can be said that most of today's major global cities are also world cities, but that there may well be some global cities today that are not world cities in the full, rich sense of that term”* (Sassen, 2005, p. 28), é o caso de Miami que ainda que tenha desenvolvido

algumas funções de cidade global, a partir do final da década de oitenta, isso não a torna numa cidade mundial no sentido tradicional do termo.

Se as duas abordagens oscilam entre o *poder sobre* e o *poder de* (Allen, 2010), ambos concordam que é a interligação entre empresas que constitui a rede de cidades. Com efeito, o enorme crescimento e importância do setor financeiro globalizado exigem uma gigantesca infraestrutura de serviços especializados que se estabelecem nas cidades globais. Assim, ao lado dos grandes bancos surgem empresas de serviços específicos às necessidades da alta finança como consultoria de gestão, serviços jurídicos, contabilidade, seguros e serviços bancários especializados. Também publicidade, *design*, engenharia, relações públicas, comunicação, arquitetura, telecomunicações, segurança ou limpezas são, entre outras atividades, prestadores de serviços aos grandes bancos.

Sassen demonstra na sua investigação que não são só os maiores bancos mundiais que estão sedeados nas cidades globais (Sassen, 1994, p. 22), também as grandes empresas jurídicas, de segurança, contabilidade e outros serviços estão concentradas nas mesmas cidades. Todos estes serviços constituem assim uma rede nas cidades globais. Ao interligarem-se, essas empresas acompanham a expansão das corporações transnacionais, acabando por também marcar presença na prestação de serviços globais. Porém, a dispersão territorial da atividade económica - que é a marca da economia global - cria a necessidade de um controlo central, levando a uma *aglomeração* de poder, centrando em alguns pontos da rede global os órgãos de decisão. Por outras palavras, a descentralização da produção tem sido acompanhada por uma concentração de poder e capital nas cidades globais. "Some national capitals, for example, have lost central economic functions and power to the new global cities, which have taken over some of coordination functions, markets, and production processes once concentrated in national capital and on major regional centers [...]. This is one of the meanings, or consequences, of the formation of a globally integrated economic system" (Sassen, 1994, p. 5).

Ao contrário das cidades tradicionais da era moderna, existe uma descontinuidade sistémica entre na cidade global. Nova Iorque, Londres e Tóquio não estão a competir umas com as outras, mas constituem uma rede que se complementa.

Sassen defende que estas três cidades desenvolveram uma relação de complementaridade, com Tóquio a emergir como principal centro de exportação da capital; Londres como a principal praça financeira e Nova Iorque tornou-se o centro de decisão e investimento. Estas cidades, no entanto, são os pontos de uma rede para onde convergem os laços de um sistema reticular que interliga um conjunto de outras cidades com influência global criando uma *rede transnacional de cidades*, ou *sistemas urbanos transnacionais* (Sassen, 2007, p. 111). Apesar da distância que as separa, os centros de decisão destas cidades estão mais próximos do que dos bairros da sua periferia. *“Cities that are strategic sites in the global economy tend, in part, to disconnect from their region”* (Sassen, 1994, p. 52). Um acontecimento na *City* londrina tem reflexos instantâneos em *Wall Street*, em Nova Iorque.

## 2.4 O Poder na rede

Desde que John Friedmann descreveu o papel da hierarquia na sua teoria das cidades mundiais, em 1986, o foco tem estado nas capacidades e recursos por trás do poder e da influência das cidades. A maneira como as cidades globais fortalecem o seu poder tem sido a principal preocupação dos estudos sobre os territórios urbanos e os seus autores têm procurado atualizar a lista de cidades dominantes. Mas também começam a procurar identificar as cidades que estabelecem pontes, apesar de não estarem nas listas das cidades mais importantes. *“What has changed since Friedmann’s day is the concern to unravel the complex of networks through which cities sustain, enhance, or lose their ability to influence and control what happens around them”* (Allen, 2010, p. 2).

A introdução do estudo de redes na investigação sobre as cidades trouxe a preocupação de mapear as suas ligações e de identificar os seus laços e fluxos que aparentemente sustentam o poder e influência de uma cidade (Taylor, et al., 2002b). Mas o estudo das redes trouxe também um elemento de incerteza na identificação do centro de poder. John Allen explicou que o poder localizado nas redes de cidades é bastante mais incerto do que o resultado que se obtém simplesmente contabilizando o número de profissionais e empresas, ou o número de sedes sociais e de decisores

dentro dos limites de uma cidade. *“Much of what goes on in city networks has less to do with the power of some cities to dominate others and rather more to do with the power exercised to hold the networks together, to forge the connections and to bridge the gaps.”* (Allen, 2010, p. 3).

Putnam defende que as redes favorecem o desempenho do grupo (Portes, 2000). Nesta perspectiva, a rede, mais do que produtora de solidariedade e cooperação, é considerada como um meio de potenciar os recursos de cada elemento da rede ou do seu conjunto. Na perspectiva de James Coleman, ela impõe constrangimentos – uma vez que é portadora de obrigações, normas e sanções – mas, ao mesmo tempo contribui para a melhoria da circulação de informação e, simultaneamente concorre para a solidariedade e cooperação entre todos os elementos da rede. *“As normas nascem como tentativas para limitar os efeitos externos negativos ou para encorajar os positivos”* (Coleman, 1988, p. S105).

Essas normas, sanções e obrigações, são manifestações do poder de uma rede sobre os seus membros e, no caso de redes relevantes, o poder de condicionar outros fora da rede. Mas, o poder não é algo que uma cidade, em qualquer ponto dessa rede, obtém ou possui “de reserva”. Nem advém de uma posição dominante nas suas redes de influência, ou porque sejam mais competitivas ou mais conectadas e por isso tenham vantagem sobre outras cidades menos dotadas. Ao contrário da ideia de um poder hierárquico, há nas cidades globais um outro tipo de poder que resulta, não da competição, mas de um trabalho colaborativo. *“In such instances, the ‘power to’ hold things together folds over into the ‘power over’ others”* (Allen, 2010, p. 3).

Numa cidade como Nova Iorque, que consegue influenciar e controlar a rede à sua volta, o poder resulta da interação das pessoas que efetivamente têm essa capacidade. Saskia Sassen argumenta que o poder de uma cidade é mobilizado pela rede de profissionais muito qualificados que trabalham em bancos e empresas financeiras, escritórios de advogados e empresas de serviços. Essa interação molda o tempo e o espaço e cria uma nova geografia (Sassen, 2007; Castells, 2007). Ainda que o poder esteja onde estão as pessoas, a especificidade da rede torna essa localização ambígua.

Cidades como Londres não são poderosas por causa do tamanho e magnitude dos recursos à sua disposição; elas são poderosas em consequência das práticas dos seus profissionais da área financeira e de negócios, distribuídos pelas redes conectadas aos seus centros financeiros (Sassen, 1994; Sassen (ed.), 2002). Esses atores não estão apenas em Londres, mas estão ligados a ela. Porém, o poder não é algo que circula na rede, é antes o efeito das interações sociais que ocorrem na rede. *“When the network fails, when resources are mismanaged or poorly used, or when the practices employed are over-stretched or misdirected, power simply evaporates.”* (Allen, 2010, p. 7).

A conectividade entre as cidades tem sido a base do estudo de Peter J. Taylor. No seu trabalho, *World City Network: a Global Urban Analysis*, (2004), ele diferenciou o poder das cidades a partir da sua conectividade. Cidades muito conectadas fazem sentir a sua presença à distância, condicionando as outras na sua rede. Taylor retoma assim a perspectiva hierárquica de Friedmann, sustentada numa rede marcada por centros globais de dominação. Mas Taylor, através da sua geografia de conectividades permite distinguir cidades dominantes de cidades de passagem, as que constroem as pontes entre as redes.

## **2.5 Laços fortes e fracos**

Quando olhamos para uma rede na perspectiva hierárquica, temos mais a ideia de uma pirâmide onde as decisões são ditadas do topo para a base. Se todavia mudarmos o ângulo para trabalho colaborativo, teremos uma visão mais clara do funcionamento de uma rede. Nesta perspectiva, as redes são conjuntos de associações reunidas por atores que são capazes de inscrever, traduzir e canalizar para outros, redes de significado, de tal forma que elas se alarguem e se reproduzam através do espaço e do tempo (Allen, 2010). Em alguns pontos deste tipo de rede há indivíduos, ou grupos de indivíduos, cuja posição na rede lhes permite “fixar” uma orientação geral ou direção que, para todos os interessados, parece ser indispensável e irreversível.

Na análise de redes de cidades globais, estes mediadores são as elites financeiras e de negócios. *“As mediators of one kind or another, financial analysts,*

*fund managers, bankers, accountants, lawyers and consultants are arguably in a position to forge associations and to bridge connections*” (Allen, 2010, p. 11), a sua autoridade sobre os outros resulta da capacidade de gerir e negociar recursos organizacionais que persuadem outros atores para a realização de determinados objetivos. Essas elites profissionais não detêm o poder mas produzem-no através da associação estabelecida através da rede. Quando é bem-sucedida, no espaço e no tempo, cria-se um padrão que permite às cidades exercer a sua influência numa rede colaborativa, mas de autoridade distribuída.

Saskia Sassen reconhece explicitamente a cultura transfronteiriça dos profissionais que partilham a proximidade numa rede, mas não o mesmo território. Isso é comum entre os agentes dos grandes centros financeiros de Londres e Nova Iorque. Entre eles mobilizam-se competências – ainda que em algumas ocasiões possa existir competição – de modo a obter um resultado positivo comum. Ao mesmo tempo, as organizações procuram estar presentes no maior número possível de nós da rede, não apenas para ter acesso aos negócios globais, mas também para alargar a sua rede de influência, de modo a reforçar o seu papel de mediador na rede onde são atores (Sassen, 2005).

Latour (2005) faz uma distinção entre mediadores e intermediários, em que o primeiro é um agente transformador enquanto o segundo atua para a estabilização do conjunto. *“Mediators transform, translate, distort, and modify the meaning or the elements they are supposed to carry”* (Latour, 2005, p. 39); *“An intermediary, in my vocabulary, is what transports meaning or force without transformation: defining its inputs is enough to define its outputs.”* (Latour, 2005, p. 39). Enquanto os intermediários escoram a rede, os mediadores transformam-na e ampliam-na. Ambos são necessários para formar padrões numa rede que une as pessoas na busca de determinados fins.

Na verdade, quanto mais extensa e dispersa for a rede de negócios, quanto mais variados forem os interesses envolvidos e quanto maior for o número de vontades para negociar, menos probabilidade há do poder ficar concentrado nas mãos de interesses corporativos e inacessível às novas elites mediadoras. Não é a força dos laços que cria o poder nas redes. Granovetter (1973), e Burt (2000, 2004), explicaram

que é nas conexões indiretas que está o potencial para a construção de novas redes ou para fazer ligações entre redes existentes.

Quando os laços são fortes – como sugere Granovetter na teoria defendida em *"The Strength of Weak Ties"* (1973) – maior é a tendência das redes reforçarem os padrões de comportamento já existentes, em vez de se abrirem para novas ideias e práticas. Laços fracos, por outro lado, permitem que os indivíduos tenham acesso a outras redes. A ênfase está na diversidade de contactos, não no seu número (Thompson apud Allen, 2010).

Granovetter (1973), parte do pressuposto que os elementos de uma rede mantêm um grande número de relações entre eles mas nem todas têm a mesma natureza, ou contribuem com os mesmos benefícios. Alguns contactos são regulares, e com eles produzem-se laços fortes. Ora, para Granovetter, são precisamente os outros – aqueles com quem se mantém uma relação ocasional – que vão contribuir com novas informações, ou novas oportunidades, para o membro de uma rede.

Se imaginarmos um grupo de investidores, unidos por uma forte relação de amizade e que discutem entre si as oportunidades de negócio, teoricamente todos têm acesso à mesma informação. Mas se um deles tiver um contacto ocasional com o administrador de uma grande multinacional, terá acesso a informação que os outros não têm.

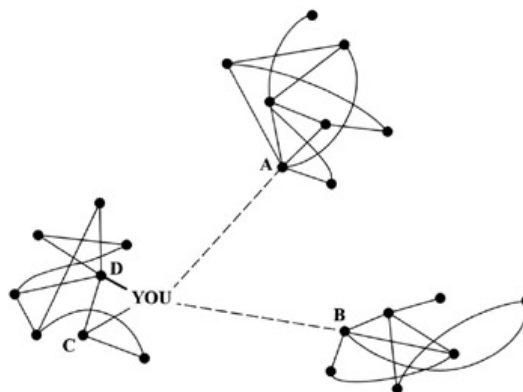
Os laços fortes resultam de relações frequentes, aos quais se dedica mais tempo. Através deles há mais informação a circular, mas essa informação é redundante dentro do grupo: O que um sabe sabem todos. Já os laços fracos resultam de contactos ocasionais entre pessoas que raramente se encontram. Embora não sejam desconhecidos, raramente comunicam entre si, porém, ao fazê-lo, podem partilhar informação útil para um deles, ou para ambos. Com o tempo, o aprofundamento dessa relação, vai conduzir ao alargamento da rede, transformando os laços fracos em fortes. *"Os laços fracos servem frequentemente para lançar pontes locais entre conjuntos de atores que de outra forma se encontrariam isolados, ou ainda que apenas poderiam estabelecer ligações entre si por meio de desvios muito mais longos"* (Lemieux & Ouimet, 2004, p. 53).

Assim, são as relações fracas que ampliam as redes, ligando grupos que normalmente não têm ligação entre si. Mais do que a quantidade de informação (ou de outro qualquer tipo de transmissão) é a qualidade dessa informação que confere vantagem aos indivíduos.

## 2.6 Buracos estruturais

Complementar à proposta de Granovetter é a teoria dos *buracos estruturais* (*structural holes*), elaborada por Ronald S. Burt (2000). Esta formulação assenta no pressuposto de que são as oportunidades a explorar que tornam uma estrutura de rede mais eficaz, na medida em que os atores podem desenvolver vantagens concorrenciais. O conceito de buraco estrutural designa, assim, a ausência de relações redundantes entre os pontos de uma rede, isto é: ausência de contactos que permitem o acesso a pessoas ou a recursos diferentes (Figura 1).

**Figura 1 - Buracos estruturais e laços fracos**



Fonte: (Cross, et al., 2003, p. 30).

Nota: O tracejado representa os laços ocasionais – ou fracos – e o traço contínuo os laços regulares – ou fortes. Os buracos estruturais são representados pela ausência de laços entre as diferentes redes

Se uma rede é rica em buracos estruturais, o ator, ou conjunto de atores, pode colocar-se como mediador entre contactos não redundantes e, desta forma, atuar como ponte de passagem obrigatória entre fontes de recursos diferentes (Burt, 2004).

Ao ser o único ponto de ligação entre dois contactos – ou grupos de contactos – beneficia de informação variada e que lhe chega primeiro que a qualquer outro,

transformando-o num candidato a ter em conta sempre que surgem novas oportunidades. Burt chamou-lhe o *gatekeeper* (2000).

Se procurarmos decalcar estas formulações teóricas à rede de cidade globais, percebemos que um agente numa cidade bem conectada, e capaz de mobilizar recursos, pode transformar-se num mediador se conseguir estabelecer laços com novas redes que acrescentem valor à associação a que pertence. Nesse sentido, um buraco estrutural é uma oportunidade. Já os buracos estruturais na própria rede são, pelo contrário prejudiciais, uma vez que representam falhas de cooperação que poderão ser explorados pelos opositores (Lemieux & Ouimet, 2004). Se há vantagem em ser a ponte que liga duas redes separadas por um buraco estrutural, deve em contrapartida, evitar encontrar-se num buraco estrutural da rede a que se pertence.

Ao fazer a distinção entre buracos estruturais dentro e fora da rede de relações, Burt remete para a teoria da força dos laços proposta por Granovetter. Assim, em redes constituídas por laços fortes não há buracos estruturais. Eles encontram-se sobretudo em redes caracterizadas por laços fracos, ou grupos numerosos e com baixa densidade de relações. Os laços fortes sustentam a rede, mas são os laços fracos que a fazem crescer.

Esta constatação leva-nos à questão com que começámos: Onde está o poder na rede? Serão os intermediários que a repetem e reproduzem dando-lhe consistência e fiabilidade pela força dos seus laços, ou serão os mediadores que a ampliam e transformam?

Allen sublinha que, as funções desempenhadas pelos mediadores não são diferente dos programadores e *switchers*, de Castells (2003) na medida em que procuram conexões e têm por objetivo melhorar os recursos de rede. Mas é no trabalho envolvido na produção do *poder de* manter a rede unida, que se encontra o poder de uma rede. A ação de forjar conexões, intermediando e estabilizando relações é uma expressão desse poder, mas é na capacidade de transmitir e fazer perdurar no espaço e no tempo o que foi transmitido pelas elites mediadoras que está o poder da rede de cidades globais (Allen, 2010, p. 17).

O poder numa rede não resulta da habilidade de certos atores imporem a sua vontade, mas na forma como ela é aceite e reproduzida, estabilizando a rede e mantendo-a unida. Esse poder manifesta-se na capacidade de aceitar e absorver o alargamento e renovação – sem perder a coesão nem se afastar dos objetivos – mas também na forma como alguns atores conseguem produzir normas que contribuem para essa união. O que os mantém unidos não é a coação, mas a capacidade de todos ganharem com isso. Enquanto essas normas contribuírem para o benefício comum da rede, elas são aceites e reproduzidas, mas se em algum momento os mediadores noutras cidades sentirem que estão a ser prejudicados, não hesitarão em estabelecer novas pontes e a influência de Londres ou Nova Iorque esboroar-se-á.

## **2.7 O exemplo de Miami**

Independentemente dos centros de decisão política estarem espalhados pelo mundo, é nas grandes cidades globais, e especialmente em Nova Iorque, que são definidas as normas internacionais. Para isso uma cidade global precisa de ter dois requisitos: complexidade e diversidade. Complexidade na sua rede, diversidade nas áreas de influência (Sassen, 2010).

O tamanho também é importante numa cidade global, pois precisa de uma grande diversidade de sectores muito especializados. As cidades globais são grandes cidades, mas uma cidade grande não faz dela uma cidade global. Nem a idade de uma cidade contribui para a transformar numa cidade global.

Cidades globais são, muitas vezes, cidades que se reinventaram, como Miami (Sassen, 2010). A cidade da Florida era uma cidade exclusivamente orientada para o mercado do turismo norte-americano até à década de 1990. Singapura e Dubai foram outras cidades que seguiram percursos semelhantes. Embora em todas se possam identificar diversas circunstâncias que conduziram à mudança, o papel dos governos foi fundamental.

O mercado por si só não faz a mudança. Uma cidade global precisa de recursos que só os Estados podem dar. Em primeiro lugar a estabilidade política e social, depois as infraestruturas e incentivos essenciais ao estabelecimento das empresas. Mas todas

essas condições assentam numa rede de relações entre os indivíduos. Foi a rede entre os empresários cubanos que impulsionou Miami à posição de *hub* latino-americano. É também nessa rede que assenta o desenvolvimento de Singapura ou Dubai. Se não fosse a guerra, Beirute também seria uma cidade global. Mas, sendo essencial, a rede não é tudo (Sassen, 2010).

A economia global emergiu como uma rede internacional de empresas interagindo através de cidades globais. Essa rede especializou-se em diversas atividades de produção, criando nós de decisão ajustados aos seus recursos. Quando as cidades se especializam, atraem outras empresas cujos serviços concorrem ou complementam a oferta de serviços. Essa atração de novos aderentes fortalece e complementa a rede existente.

Porém, uma análise do desenvolvimento de Miami como *hub* regional não pode ignorar o contexto político e social existente na América Latina. As convulsões sociais, ocorridas em toda a região latino-americana na década de 1990 (como o crescimento dos movimentos de esquerda ou até mesmo a sua ascensão ao poder), levaram os milionários latino-americanos a procurar refúgio em locais seguros, sem perder de vista os seus negócios nos países de origem. Miami, para além da segurança de ser uma cidade da maior potência mundial, o que lhe garantia estabilidade política, goza de um clima semelhante ao dos outros países da América Latina e a sua importante colónia de cubanos conferia-lhe uma identidade cultural e linguística igual à dos seus países de origem. Simultaneamente, o enriquecimento súbito dos barões do narcotráfico conferia avultadas somas em dólares para investimento nos Estados Unidos. Muitos desses imigrantes estavam entre as pessoas mais ricas de Miami.

Apesar de tudo, Saskia Sassen não vê Miami como uma cidade global, mas como um *hub* regional. Não tem mercado de ações e só algumas das empresas têm lá as suas sedes (Sassen, 1994), ao contrário de Nova Iorque, ainda que tenha funções similares a outras cidades globais, Miami não está entre elas. Mas tem a capacidade de atrair e interligar atividades económicas de outras cidades latino-americanas à rede de cidades globais.

Com efeito, as observações de Sassen sugerem que a produção económica está longe das economias nacionais e centraliza-se numa rede emergente de cidades

globais que têm laços mais estreitos entre si, do que com as regiões vizinhas ou as economias nacionais. As cidades são lugares estratégicos que concentram funções de comando e controle para a economia global escreve Saskia Sassen (Sassen, 2005, pp. 32-36).

A economia global interliga de tal forma as empresas porque elas dependem de uma ampla gama de serviços que tendem a localizar-se em locais de fácil acesso aos seus clientes. Reciprocamente esses serviços procuram localizar-se onde os seus clientes estão. Este processo cria uma teia complexa de negócios, que está na origem da crescente influência das cidades que integram a rede global de produção e distribuição de capital. Nesse sentido a ascensão de uma cidade depende mais da sua posição na rede do que dos seus recursos. E o impulso de crescimento de uma grande empresa arrasta consigo outras empresas menores.

A concentração dos decisores das finanças globais em apenas algumas cidades é um critério para identificar uma cidade global. Sassen admite que diferentes formas de produção podem gerar as suas próprias redes de cidades globais (Sassen, 1994). Los Angeles é uma cidade global do cinema e da tecnologia digital, Miami ou Singapura são concentradores de fluxos financeiros regionais. Todas são nós na rede global, mas a sua influência é diferente conforme a rede onde atua. Têm no entanto um papel relevante: preenchendo que Ron Burt chamou “buracos estruturais” tornam-se *gatekeepers* ou pontos de conexão entre as redes específicas e a rede das cidades globais.

Miami é bem o exemplo disso. Não é uma cidade global, na lista de Saskia Sassen “*the fact that Miami has developed global city functions beginning in the late 1980s does not make it a world city in that older sense of the term*” (Sassen, 2005, p. 28), no entanto há uma importante área onde surge bem classificada: quando uma empresa global pretende organizar os seus negócios, para coordenar a sua atividade em determinados pontos do globo através de escritórios regionais, Miami surge na lista das cinco cidades mais escolhidas, conjuntamente com Singapura, Hong Kong, Londres e Nova Iorque (Brown, et al., 2002).

A cidade norte-americana surge assim como uma das preferidas para a instalação de escritórios regionais para a América Latina (Sassen, 1994) e o mais

extraordinário na predominância da escolha é que Miami não está na área que definimos como *América Latina*. No entanto, a maioria das empresas globais presentes na América Latina têm os seus centros de decisão em Miami. São Paulo é uma rival que fica muito para trás e a Cidade do México não atua como um centro regional (Brown, et al., 2002).

A viragem de Miami ocorreu na última década do século XX, quando a cidade deixou de ser um destino para o turismo de massas e orientou o seu desenvolvimento imobiliário para os indivíduos ricos da América do Sul. A instabilidade social e política em muitos países da América Latina, que levou ao poder movimentos populistas e de esquerda que alteraram o *status quo* que sustentava as elites económicas, levou-os a procurar refúgio na principal potência mundial, vencedora da guerra fria e defensora do capitalismo.

À medida que Miami se desenvolvia financeiramente, mais oportunidades de emprego surgiram no sector de serviços, tornando-se uma cidade atrativa para trabalhadores qualificados. Porém os media tardaram em perceber o *hotspot* em que Miami se estava a tornar, em grande parte devido a uma imagem fortemente associada à imigração e às drogas, ainda que muitos desses imigrantes fossem as pessoas mais ricas de Miami (Sassen, 1994).

O rápido crescimento faz de Miami um *case study* das cidades globais. Com efeito – interroga-se Saskia Sassen – como pode uma cidade sem história nas relações comerciais e financeiras tornar-se uma capital comercial? É certo que, com os refugiados da revolução castrista, de 1959, veio também uma grande parte da elite cubana, prósperos empresários que continuaram os seus negócios em território norte-americano. Essa comunidade cubana desenvolveu uma importante rede comercial com firmas e bancos das Caraíbas e da América Latina. Mas a mudança na tipologia urbana só ocorreu na década de 1990 (Sassen, 1994).

Nesse período várias mudanças fundamentais ocorreram. Por um lado desenvolveu-se o comércio internacional entre os cubanos residentes em Miami e os países da América Central. Simultaneamente houve um grande crescimento do sector imobiliário, impulsionado pelos milionários da América Latina que procuraram em Miami proteção face às revoltas que abalaram a maioria dos regimes latino-

americanos ou, em alguns casos, como modo para branquear capital oriundo do narcotráfico.

A desregulamentação do setor financeiro contribuiu para que muitos bancos da América Latina abrissem sucursais perto dos seus grandes clientes e também das grandes empresas mundiais que se começavam a estabelecer na Florida como plataforma de entrada na América Central e do Sul. Também contribuiu o esforço de desenvolvimento empreendido pelos governos dos Estados Unidos, nas décadas anteriores, que dotaram a Florida e, particularmente Miami, de uma rede de infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias que se revelaram fundamentais.

A existência de uma importante comunidade bilíngue e o contexto internacional de incerteza na maioria dos países da América Latina tornaram Miami mais atrativa do que qualquer outra cidade latino-americana, embora a dinâmica de crescimento seja distinta da comunidade cubana. *“The Cuban enclave represents a significant set of resources, from international servicing know-how to Spanish-speaking personnel. But the particular forms of economic globalization evident over the last decade have implanted a growth dynamic in Miami that is distinct from the enclave, although benefiting from it”* (Sassen, 1994, p. 82).

Para Sassen não se trata apenas de uma consequência da globalização, mas também da percepção do contexto geopolítico; não é apenas o resultado de infraestruturas de suporte ao investimento, mas sobretudo porque se trata de uma cidade que pode garantir que essas condições dificilmente irão mudar.

Foi a garantia de estabilidade política oferecida por Miami e essa capacidade de ser “porto de refúgio” para o capital latino-americano que a tornou centro de negócios da região. Não se trata, portanto de uma decisão política ou de uma característica inata que diferencia uma cidade de outras. O que verdadeiramente impulsionou Miami à categoria de cidade global foi a sua capacidade de atrair capital e de gerar uma rede regional através da conectividade dos seus decisores.

O que caracteriza uma cidade global, na perspectiva de Saskia Sassen é a capacidade de atração de empresas financeiras e de negócios com dimensão mundial.

Mas essa rede não é constituída por cidades em competição. Pelo contrário, as cidades globais complementam-se e especializam-se. Miami não é uma cidade global do mesmo modo que Nova Iorque ou Paris, mas tem funções das cidades globais. É um lugar de decisão, onde se ditam as políticas e as estratégias que orientam a economia mundial. É um polo de atração para os recursos de outras cidades da América Latina e esta influência pode ser medida através do número de sedes de organizações e do fluxo de capitais. Desse modo atua como uma espécie de *gatekeeper* entre a América anglófona e a América latina (Brown, et al., 2002).

Saskia Sassen aponta casos semelhantes a Miami: Singapura e Dubai. Beirute também poderia ser um *hub* regional, se a guerra não a tivesse destruído e dispersado a rede laboriosamente construída ao longo dos séculos pelos mercadores libaneses. *“Beirute, se não tivesse tido uma guerra civil, teria sido o centro financeiro e comercial do Médio Oriente. As redes dos libaneses são verdadeiramente globais”, “foi esse vazio que permitiu o crescimento de Dubai como cidade global”* (Sassen, 2010).

Mesmo na Europa, apesar de Londres ter uma posição central, outras cidades surgem como plataformas regionais. Copenhaga e Zurique estão a tornar-se muito atrativas para as empresas estabelecerem o seu *hub* regional. Nestas cidades, como em Miami, a rede é o elemento fundamental. Mas o mercado só por si não produz uma cidade global. Singapura e Dubai são exemplos de que as infraestruturas suportadas pelo governo são importantes para reter e aumentar a rede que liga aos mercados globais, mas é sobretudo a estabilidade das políticas públicas que possibilita uma visão de longo prazo, necessária aos investidores.

## **3 Metodologia**

### **3.1 Notas e limitações metodológicas**

Um dos problemas com que se depara um investigador das redes de cidades globais é o da ausência de dados adequados. É que, ainda que sejam abundantes, a maior parte dos dados estatísticos existentes são fornecidos em relatórios agências governamentais ou organizações internacionais, cujo principal objetivo é compilar informação para orientar e avaliar as políticas governativas. Por isso os dados recolhidos nem sempre seguem uma metodologia adequada ao estudo das cidades globais nem refletem informações fundamentais para a investigação social, como fluxos ou conexões entre os indivíduos ou empresas.

Também as estatísticas oficiais, muitas vezes, são apresentadas numa escala nacional, ou de grandes regiões, e apenas se referem às cidades quando estas coincidem com uma região administrativa. Quando provenientes de organizações internacionais, como a ONU, por exemplo, elas são compiladas a partir de dados nacionais, passando para uma escala global os dados que foram recolhidos por cada uma das agências estatais.

Taylor (2001) apontou três características que resultam do estatismo nas recolhas de dados e que condicionam o trabalho do investigador em ciências sociais.

Em primeiro lugar o predomínio das medidas de atributos. As agências estatais de estatísticas produzem listas de atributos mensuráveis, para que possam rapidamente ser comparados, enquanto nas ciências sociais se valoriza as medidas que explicam as relações entre objetos estudados (Taylor, 2001).

As relações entre os indivíduos, grupos e outras coletividades humanas – como as cidades – requerem para a sua análise dados de medidas relacionais como fluxos, conexões, ligações e outras relações menos tangíveis, enquanto o Estado procura dados de natureza mais tangível.

A preocupação dos Estados é mais de identificar a incidência e medir a frequência e intensidade de um fenómeno no seu território, ou parte dele. Desta

forma, a maioria dos dados existentes são de natureza quantitativa cabendo ao investigador, a partir deles, inferir uma leitura qualitativa. Por exemplo, dados referentes à mortalidade infantil, podem servir de indicadores para a construção de dados qualitativos como a qualidade de vida.

Uma segunda característica apontada por Taylor é a escala. Os dados existentes são produzidos para comparar países ou regiões, mas são ainda escassos os dados que permitem comparar cidades.

Mesmo quando os dados se referem às pequenas unidades administrativas, raramente correspondem ao tecido urbano. No caso português uma cidade é menor que um concelho, e uma freguesia é menor que uma cidade. Mas pode acontecer o inverso onde, como no caso da cidade de Lisboa, a mancha urbana está para lá da sua área administrativa, ou quando as freguesias somadas estão para lá da área da cidade. O estudo de uma cidade confronta-se desde logo com a sua delimitação e as estatísticas existentes não ajudam (Taylor, 2001).

Ao tentar comparar cidades numa escala global, as estatísticas internacionais elevam a complexidade. Uma vez que os dados publicados por departamentos das Nações Unidas, por exemplo, resultam de dados compilados pelas agências nacionais, por vezes utilizando metodologias diferentes e referentes as divisões administrativas distintas nos diversos países. Nestes casos, a comparação resulta muito difícil ou mesmo sem sentido. Por exemplo, a delimitação administrativa de Barcelona ou Milão não é a mesma que a de Lisboa, para já não falar de Londres ou Paris.

Ainda que se possa admitir que as funções urbanas consideradas são as que privilegiam uma localização central, porque dessa forma aproveitam melhor a economia de escala, uma simples análise estatística sem ter em conta o contexto urbano, pode significar a ausência de infraestruturas básicas a uma grande cidade como um aeroporto, ou a sede de uma importante multinacional, simplesmente porque está fora do perímetro administrativo utilizado nas estatísticas. O que coloca ainda a questão se a unidade em estudo deve ser a cidade ou a área metropolitana.

A terceira característica resulta da forma como as estatísticas são apresentadas, contribuindo para a produção de rankings e hierarquias. Ao produzir listas de

atributos, as estatísticas oficiais permitem a sua classificação em ordem crescente de valor. Quando compilamos dados a partir de estatísticas de atributos, pode haver a tentação de afirmar a existência de uma hierarquia entre cidades porque umas têm mais sedes de empresas, mais emprego qualificado, ou mais unidades empresariais de um determinado setor, que outras. *“Of course, it is no such thing: hierarchies can only be defined as relations between objects, mere ranking of cities says nothing about relations between cities”* (Taylor, s.d.).

Foi a partir destas constatações que Taylor decidiu gerar os seus próprios dados para o trabalho de investigação sobre cidades globais, refletido na obra *World City Network: A Global Urban Analysis* (Taylor, 2004).

A recolha de dados de Taylor ocorreu no ano 2000 e foi realizada pela *Globalization and World Cities* (GaWC)<sup>11</sup>, dando origem a uma vasta base de dados (Taylor & Catalano, 2000). Essa pesquisa e os respetivos procedimentos metodológicos foram depois disponibilizados à comunidade internacional de investigadores e têm sido utilizados por vários autores em trabalhos subsequentes, no âmbito da GaWC. É também essa a metodologia que nos propomos seguir (Taylor & Catalano, 2000; Taylor & Catalano, 2005).

### 3.2 Base metodológica

Tendo em conta a definição de Sassen de que é a existência de serviços avançados que identifica uma cidade global, foram selecionadas as 100 principais empresas de serviços<sup>12</sup> a partir da lista *Forbes Global 2000*<sup>13</sup> e depois foi localizada a sua presença nas várias cidades mundiais (Tabela 1). Taylor e a GaWC verificaram que os serviços dessas grandes empresas estavam repartidos por 315 cidades em todo o mundo, e todas as 100 empresas tinham escritórios em 15 cidades.

---

<sup>11</sup> A *Globalization and World Cities* é uma rede de investigação sobre as Cidades Globais. Criada no Departamento de Geografia da Universidade de Loughborough funciona como um think tank nas relações entre cidades e as questões relativas à globalização.

<sup>12</sup> “GaWC 100” lista das firmas de serviços globais (Taylor & Catalano, 2004).

<sup>13</sup> *Forbes Global 2000* é uma lista produzida anualmente pela revista norte-americana Forbes com as duas mil maiores empresas do mundo. O ranking é calculado a partir de quatro indicadores: vendas, lucros, ativos e valor de mercado. <http://www.forbes.com/global2000/>

**Tabela 1 - As 100 empresas de serviços globais "GaWC 100"**

Setores	N.º Empresas
Auditoria e Contabilidade	18
Publicidade	15
Banca e Finanças	23
Seguros	11
Advogados	16
Consultoria de Gestão	17
Total	100

Fonte: GaWC, [http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/da11\\_1.html](http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/da11_1.html) (GaWC, 2000).

Nota: Setores dos serviços considerados chave numa cidade global. São as 100 principais empresas que fazem parte da matriz proposta por Taylor.

A partir desses dados, Taylor mediu as conexões entre cidades através da rede de fornecimento de serviços de auditoria e consultoria de gestão, publicidade, bancos e agências financeiras, seguradoras e escritórios de advogados.

**Figura 2 - Exemplo de matriz de dados**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1		S1	S2	S3	S4	S5	S6			
2	C1	1	1	2	0	3	1			
3	C2	0	2	1	1	2	0			
4	C3	1	1	3	2	0	2			
5	C4	1	1	2	1	1	3			
6	C5	0	0	1	1	2	1			
7	C6	2	3	2	0	2	2			

Fonte: Rossi em "World Cities Subroutine for MS Excel" (Rossi, 2012)

Definida a distribuição das empresas foi criada, em Excel, uma matriz global de serviços envolvendo as cidades e as empresas de serviços. Dentro da matriz classificou-se a importância de cada escritório numa escala de seis pontos: do 0 (sem presença) a 5 (sede). Na coluna A colocou-se a lista de cidades e na linha 1 alinharam-se as empresas estudadas. Assim obteve-se uma matriz onde cada coluna mostra a distribuição de uma empresa de escritórios nas cidades e cada linha mostra o *mix* de serviços numa cidade (Figura 2). Isso permitiu realizar análises multivariadas para

verificar os padrões de empresas com estratégias de localização globais semelhantes e cidades com misturas semelhantes de empresas de serviços (Taylor, et al., 2002a)

Naturalmente que o processo de classificar as empresas nestas categorias não foi fácil. Se o 0 e o 5 eram fáceis de definir, as categorias intermédias foram mais complexas em virtude dos diferentes tipos de jurisdição de cada empresa para os seus serviços. Há empresas com escritórios “nacionais”, para um determinado país; “regionais” para um determinado espaço geográfico, geralmente transfronteiriço; e de “zona” para uma região dentro de um país (Taylor, et al., 2002). Ficaram distribuídas nas seguintes categorias (Tabela 2).

**Tabela 2 - Codificação das empresas**

0	A empresa não está presente na cidade;
1	A empresa tem uma presença mínima (um representante ou um escritório, por vezes sem funcionários);
2	A empresa tem um escritório com um número reduzido de funcionários;
3	A empresa tem um escritório que coordena outros e com um número importante de funcionários;
4	A empresa tem um escritório que coordena outros, com muitos funcionários e com dimensão extraterritorial;
5	Sede da empresa.

Fonte: P. J. Taylor em *World City Network: A Global Urban Analysis* (Taylor, 2004).

O ponto-chave neste conceito metodológico é que são as empresas que estão a criar os fluxos e, portanto, são elas que definem a rede de cidade globais.

### 3.3 Metodologia

Como foi explicado anteriormente, deparámos com dificuldades relativamente ao tipo de dados para a nossa investigação. Para ultrapassar essa limitação recorreremos a dois tipos de dados: a presença de empresas; e estatísticas de fluxos.

A base metodológica utilizada neste estudo é, como mencionado, sustentada no trabalho desenvolvido pela GaWC, porém delimitámos no número de cidades analisadas. Para medir a conectividade de Lisboa e Luanda à rede de cidades globais atualizámos os dados recolhidos para Lisboa e Luanda pela GaWC em 2000 e

comparámos os valores obtidos em 2014 com os que a GaWC registou em 2000. Para essa atualização recorreremos às páginas Internet das firmas da lista 'GaWC 100' e identificámos todas as que anunciam a presença de escritórios em Lisboa e Luanda. Inserimos os dados na tabela de Excel disponibilizada pela GaWC, instalámos a macro que executa a fórmula calculada por Taylor (Taylor & Catalano, 2000), e obtivemos o valor referente à conectividade entre as duas cidades.

Para analisar a presença das empresas portuguesas – e de Lisboa – em Angola, na impossibilidade de recensear as empresas portuguesas presentes em Luanda, e codificar o tipo de escritórios que detêm na capital angolana, decidimos construir uma amostra das empresas nacionais e, a partir dela, verificar as que têm filiais no estrangeiro. Com esse procedimento obtivemos a presença (ou ausência) das empresas nacionais por dimensão e área de atividade.

Para atingir esse objetivo construímos uma amostra de 118 empresas constituída pelas cinco maiores empresas de 24 setores económicos não financeiros<sup>14</sup> (anexo A). A opção foi, claramente, obter uma ideia geral da forma como o tecido empresarial português está presente em Angola, nesse sentido procurámos manipular o menos possível a amostra. Quer isto dizer que rejeitámos opções como incluir mais empresas de um setor de atividade em detrimento de outro, ou restringir-nos apenas às empresas dos setores considerados chave para o estudo das cidades globais. (Taylor, 2004; Musil, 2009; Schmitt & Smas, 2012)

Relativamente a esta opção, explicamo-la por duas razões: em primeiro lugar porque para estudar a conectividade na rede das cidades globais, devemos observar empresas que têm atividade global, e isso já fizemos na análise da conectividade a partir da atualização da matriz da GaWC. Depois, porque se nos limitássemos a observar a presença de empresas portuguesas de auditoria e contabilidade, seguros; publicidade; banca e finanças; escritórios de advogados e consultoria de gestão, não teríamos uma noção clara da presença do tecido empresarial português em Angola.

---

<sup>14</sup> A amostra inclui 118 empresas de 24 setores: Petrolífera e Combustíveis; Eletricidade, Água e Gás; Comércio e Retalho; Transportes; Automóvel; Alimentação, Bebidas e Tabaco; Telecomunicações; Construção; Borracha e Matéria Plástica; Eletrónica e Mecânica; Papel, Celulose e Cartão; Químico; Farmacêutico; Produtos Metálicos e Aço; Industria Extrativa; Serviços; Produtos Minerais; Hotelaria e Turismo; Madeira e Cortiça; Informática; Media; Têxtil, Vestuário e Calçado; Restante Industria Transformadora; Agricultura e Pescas. Lista completa das empresas no anexo A.

Também não quisemos adulterar a amostra alargando o número de empresas para aumentar – ou evidenciar – a presença em Angola de determinados setores de atividade. Assim a nossa amostra parte da lista das “1000 Maiores Empresas” portuguesas, produzida anualmente pelo Diário Económico. Neste caso a edição de 2013 (Diário Económico, 2013) e cujo critério de classificação está relacionado com o volume de negócio em 2012. É o próprio Diário Económico que, a partir desta classificação, apresenta “As 5 Maiores Empresas Por Sector”. É esta lista que constitui a nossa amostra e, ainda que sejam as empresas que ocupam os primeiros lugares em cada um dos setores de atividade não financeira, no seu conjunto formam um grupo heterogéneo que se distribui do 1.º lugar da lista ao 839.º.

Uma segunda explicação para escolher as cinco maiores empresas de cada setor, e não outras, prende-se com razões práticas: dado que para identificar a presença de filiais no estrangeiro recorreremos à recolha de informação através das páginas de cada empresa na Internet, é mais provável que as grandes empresas tenham essa informação disponível do que pequenas empresas. Naturalmente que esta não é uma regra. Há muitas empresas que apesar da sua pequena dimensão têm uma presença cuidada, e grandes empresas que poderão não estar presentes na Internet, mas a obrigação que as “S.A.” têm de tornar públicas as suas contas, leva a que seja mais provável encontrar as informações que procuramos do que nas empresas que são “Lda.”. Verificámos isso em algumas empresas do setor têxtil e calçado, mas também com a Siderurgia Nacional que não tem página Internet disponível. Assim, para a construção da amostra não houve nenhuma interferência que pudesse adulterar o objetivo de identificar quais os setores de atividade que estão mais presentes em Angola e ao mesmo tempo garantíamos uma amostra que nos permitisse recolher o máximo de informação.

Os dados que recolhidos referem-se à identificação da localidade sede da empresa e aos países onde essa empresa está presente através de filiais. Embora o nosso estudo tenha por alvo as cidades, verificámos que muitas vezes essa informação é omissa. Há empresas que assinalam pontos num planisfério, indicando apenas os países onde estão presentes, outras que divulgam a lista de contactos de todos os escritórios no estrangeiro. Esta dualidade não permitia uma análise com o detalhe do

estudo da GaWC, mas possibilita contabilizar com segurança o número de países onde as empresas portuguesas estudadas estão presentes.

Verificámos ainda que alguns grupos empresariais portugueses têm várias empresas entre as cinco maiores, em vários setores de atividade (como a PT, ou Petrogal), mas quando anunciam a sua presença no mundo fazem-no para o conjunto do grupo, sem as separar por empresas (à exceção da EDP que diferencia os seus investimentos no estrangeiro consoante a empresa do grupo EDP responsável por esse investimento). Nestes casos contámos a presença da *holding* no seu conjunto.

Também encontrámos algumas empresas que além da firma principal têm ainda outras empresas que complementam a sua atividade. É o caso da Mota-Engil que está presente em Angola, não apenas pela sua empresa-mãe, mas também com mais 11 empresas do grupo. Neste caso contabilizou-se apenas 1 presença – a da Mota-Engil – que era a única que fazia parte da nossa amostra.

Independentemente do número de empresas, o que procurámos medir foi a presença, ou ausência em Angola de cada empresa da amostra. Ainda a partir desta amostra, isolámos as empresas com sede em Lisboa para identificar a ligação das empresas portuguesas a Angola. A análise da amostra permitiu ainda comparar a presença das empresas portuguesas noutros países do mundo, e em grandes blocos regionais como Europa, África ou América Latina. Naturalmente que constatámos que, em alguns setores não são as grandes empresas que estão a investir em Angola. Para confirmar isso, recorreremos a outro tipo de dados: os fluxos, particularmente os fluxos do investimento direto de Portugal no estrangeiro.

Se através das empresas podemos medir a conectividade e observar a rede de negócios, os setores, ou até mesmo as cidades onde as empresas preferem investir; o sentido dos fluxos de investimento e a sua densidade só podem ser estudados através da análise de dados referentes aos tipos de investimento que envolvem as empresas portuguesas. Nesse sentido examinámos os indicadores relacionados com os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Investimento Direto Português no Estrangeiro (IDPE), dados estatísticos indispensáveis neste trabalho, uma vez que estão diretamente relacionados com aquisição ou desenvolvimento de filiais ou outras subsidiárias.

Os fluxos de investimento angolano em Portugal também são quantificados, e a presença de investidores angolanos em empresas de Lisboa, e os fluxos de pessoas entre Luanda e Lisboa, através na análise de dados relativos ao transporta aéreo

Em complemento a este estudo, abordamos os grandes fluxos de IDE no continente africano e dados estatísticos de instituições internacionais, referentes à demografia e economia, para contextualizar as mudanças em curso em África. Também apresentamos dados referentes a empresas portuguesas que podem explicar a sua posição periférica, face à União Europeia, com os quais procuramos sublinhar a oportunidade para estabelecer uma ponte entre Lisboa e África, e particularmente entre Lisboa e Luanda.

## **4 África – um continente em mudança**

### **4.1 Explosão demográfica**

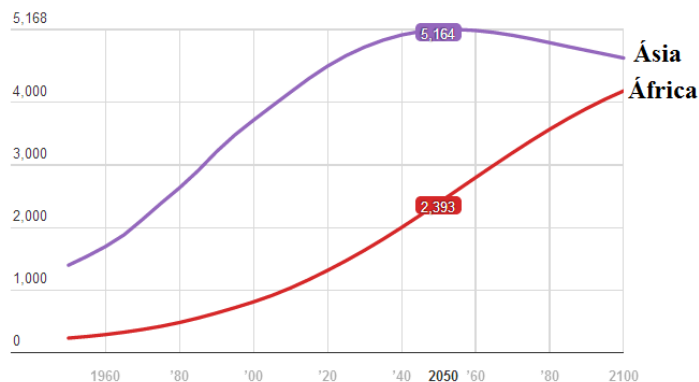
Para a maioria dos europeus a ideia de África está intimamente ligada aos estereótipos do colonialismo e à visão de um mundo dividido entre norte e sul – ricos e pobres – onde os povos africanos vivem num patamar de pobreza em resultado da incapacidade de se governar e de explorar convenientemente os seus recursos. Esta perspectiva etnocêntrica leva os governos europeus a preocuparem-se ocasionalmente com conflitos em algumas zonas de África, particularmente aquelas onde têm interesses económicos, ou alguma “responsabilidade moral” pela herança colonial, sem todavia se interessarem com as causas que estão na origem desses problemas.

Porém, o mundo está a mudar. A “nova ordem mundial” que substituiu a dicotomia da guerra fria, está também ela em mudança, num mundo em que o centro de gravidade se desloca para oriente. Os novos países emergentes, entre os quais se destacam a China, Índia e Brasil, mas também a Turquia, os países do Golfo e Israel, olham para África numa outra perspetiva, longe do paternalismo das velhas potências coloniais.

Também em África há mudanças que passam despercebidas aos olhos dos europeus. A principal é a explosão demográfica que vai mudar o continente africano nos próximos 40 anos. Enquanto a Europa envelhece e vê diminuir a sua população, a África vai duplicar a sua população a cada 26 anos. Em 2050, segundo as projeções da ONU, no seu relatório sobre a população mundial (*World Population Prospects: The 2012 Revision*), África terá 2,4 mil milhões de habitantes (UNDESA, 2013a), (Figura 3). Esta explosão demográfica, com uma amplitude e velocidade sem precedentes, vai criar tensões, não apenas no continente africano, mas também no espaço envolvente e especialmente na Europa. Nos próximos quarenta anos a África terá de alimentar, alojar, formar e empregar mil milhões de novos habitantes. Este número, embora seja uma previsão, é realista e plausível. Ele resulta, aliás, de uma expectativa na

diminuição das taxas de fecundidade para valores de 2 crianças por mulher, contra os 4,9 registados atualmente (5,1 na África Subsaariana)<sup>15</sup>.

**Figura 3 - População 1960-2100 em milhões**



Fonte: *World Population Prospects: The 2012 Revision* (UNDESA, 2013a); gráfico adaptado de The Washington Post

Nota: Gráfico comparativo do crescimento populacional nos continentes asiático e africano, produzido a partir de valores estimados pelas Nações Unidas para o período até 2100. Em destaque os valores projetados para 2050.

## 4.2 Do rural para o urbano

A África das próximas décadas não terá nada a ver com o continente que os europeus conheceram. Em 2050 a população africana será o dobro da atual, com uma população que no seu conjunto será superior à população chinesa ou indiana<sup>16</sup>. Mesmo numa perspetiva nacional, alguns países africanos têm já uma dimensão considerável. A Nigéria tem atualmente tantos habitantes quanto o Brasil, mas em 2050 terá mais do dobro. Nessa altura também a República Democrática do Congo e a Tanzânia terão ultrapassado a dimensão da população brasileira.

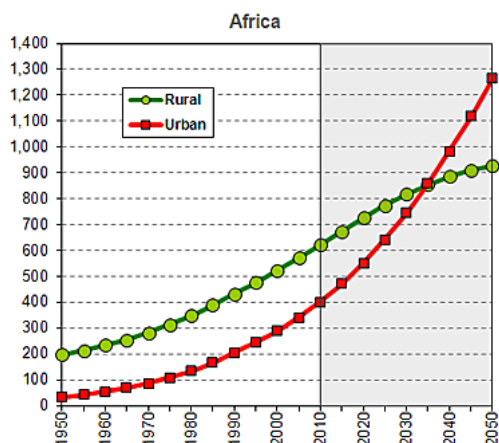
Na década de 1960, 85 por cento da população africana vivia em áreas rurais; em 2020 espera-se que essa situação se inverta, com 60 por cento da população a

<sup>15</sup> A Taxa de Fecundidade é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo. Os valores apresentados correspondem à projeção da ONU para 2010-2015 referida no relatório *World Fertility Patterns 2013* (UNDESA, 2014a).

<sup>16</sup> De acordo com o mesmo relatório das Nações Unidas, a China deverá ter em 2050 uma população de 1385 milhões de habitantes e a Índia 1620 milhões. A população mundial estimada para 2050 é de 9550 milhões de habitantes.

viver em áreas urbanas e apenas 40 por cento em espaços rurais (UNDESA, 2014b), (Figura 4).

**Figura 4 - População urbana e rural em África 1950-2050**



Fonte: ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division: *World Urbanization Prospects, the 2011 Revision*. [http://esa.un.org/unup/Analytical-Figures/Fig\\_6.htm](http://esa.un.org/unup/Analytical-Figures/Fig_6.htm)

O aumento esperado da população urbana vai reduzir a capacidade produtiva das áreas rurais e conseqüentemente afetar os abastecimento alimentar, baseado numa agricultura familiar. Por outro lado as cidades, ao triplicarem a sua dimensão nos próximos 40 anos, vão exigir maiores quantidades de produtos alimentares frescos, processados, embalados ou preparados que as populações rurais não tem condições, nem capacidade para produzir. Essas duas tendências vão aumentar o volume dos produtos importados e refletir-se no preço dos alimentos. As mudanças climáticas e o risco ambiental, a par da apropriação por espaços urbanos das terras ricas para a agricultura, vão também agravar os custos sociais (Lorgeoux & Bockel, 2013).

Esta revolução demográfica terá conseqüências na Europa. *“L'équivalent du sous-continent indien est en train de se constituer aux portes de l'Europe. Cela peut être un cauchemar ou une opportunité.”* (Lorgeoux & Bockel, 2013, p. 29). Uma das conseqüências mais evidentes é a alteração da população ativa – considerado um dado importante para avaliar o crescimento económico – em particular pelo seu reflexo na “taxa de dependência” que mede a relação entre o número de trabalhadores e as pessoas a cargo (menos de 15 e mais de 65 anos). Este valor é atualmente muito elevado em África, cerca de 80 por cento. Isto significa que apenas 56 por cento dos africanos estão em idade de trabalhar – os restantes são sobretudo crianças, mas

também idosos. Este número representa um enorme peso para a sociedade africana e é um dos fatores fomentadores da pobreza, mas vai mudar drasticamente, à medida que os jovens dependentes vão entrando no mercado de trabalho (ISS, 2011; UNDESA, 2013b).

Espera-se que a taxa de dependência caia para 60 por cento em 2055 (UNDESA, 2013b). Nessa altura haverá um dependente por dois ativos, ou seja: dois terços da população estarão em idade de trabalhar. Será uma mudança extraordinária para o continente africano que irá transformar a África num grande reservatório de mão-de-obra, mas também de consumidores. Em contraste, a Europa terá uma taxa de dependência de 76 por cento, ou seja: um valor muito semelhante ao que se regista agora em África, mas no caso dos europeus esse número resultará de uma população envelhecida (Lorgeoux & Bockel, 2013).

Em contraste com a média etária no mundo, o continente africano é muito jovem, com uma média de idades abaixo dos 20 anos e onde as pessoas com menos de 45 anos representam 85 por cento do total da população. Esses valores vão manter-se até 2050, com a média etária para a população africana a subir para os 25,4 anos, enquanto a média mundial é estimada em 37,9 anos para 2050. De acordo com essas estimativas, a população abaixo dos 30 anos vai aumentar de 729 milhões em 2012, para 1,2 mil milhões em 2050 (UNDESA, 2013b).

O aumento crescente da população africana é o resultado de elevadas taxas de fertilidade no passado, e que ainda se mantêm, com taxas de fecundidade acima de 6 filhos por mulher, no período de 1970-1990, recuando a 4,64 entre 2005 e 2010. Atualmente, a taxa de fecundidade total é de 5,1 filhos por mulher na África Subsaariana. Por outro lado, apesar do desenvolvimento dos cuidados de saúde, não houve grande evolução na expectativa de vida ao nascer em África: de 51 anos em 1985-2000 para 55,1 em 2005 - 2010. Estes números resultam em grande parte da pandemia do VIH/SIDA e de outras doenças transmissíveis, como a malária e a tuberculose. Assim, não é, ainda, a melhoria das condições de saúde que está a contribuir para o crescimento populacional no continente africano, mas sim as elevadas taxas de natalidade (UNDESA, 2013b; UNDESA, 2014a).

### 4.3 A nova classe média africana

A demografia vai moldar o futuro económico e social em África. Apesar de continuar com taxas de pobreza elevadas, uma população de cerca de 2 mil milhões de habitantes transformará o continente africano num dos maiores mercados do mundo. A aritmética é simples: se apenas 20 por cento de 2 mil milhões tiver acesso ao consumo de bens manufacturados, representa desde logo um mercado de 400 milhões de consumidores. Se tivermos em conta que atualmente existem mais de 620 milhões de assinantes de telemóvel em África<sup>17</sup>, para uma população atual de mil milhões – ou seja, um telemóvel para cada dois habitantes – com dois mil milhões e com a mesma taxa de penetração, este número duplicará (UIT, 2014).

Uma das mudanças muitas vezes negligenciada, é o crescente aumento da classe média africana. Segundo o estudo de Simon Freemantle realizado para o Standard Bank, (uma instituição sul-africana que regularmente analisa um conjunto de onze países da África Subsaariana), o número de famílias com rendimentos entre os 8500 dólares (USD) e os 42000 dólares anuais vai triplicar nos próximos quinze anos, criando um mercado crescente de novos consumidores em áreas de relevante valor para o desenvolvimento económico (Freemantle, 2014).

As estimativas de Fremantle apontam para uma forte aceleração na criação de riqueza para o período de 2014-2030, quando se espera um acréscimo de 14 milhões no número de famílias de classe média nos 11 países estudados<sup>18</sup>. No período anterior – 2000-2014 – esse aumento tinha sido de 6 milhões. Também a classe media/baixa – com rendimentos anuais entre 5500 dólares e 8500 dólares (USD) – deverá progredir dos atuais 14 milhões de lares, para os 40 milhões em 2030.

Este estudo incidiu sobre as economias de Angola, Etiópia, Gana, Quénia, Moçambique, Nigéria, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Os valores são

---

<sup>17</sup> Segundo as estimativas da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o continente africano terá um forte crescimento do número de assinantes de telemóvel, com uma taxa de 69,3 por cento de penetração até ao final de 2014 (UIT, 2014).

<sup>18</sup> O Standard Bank utilizou neste estudo o LSM (Living Standards Measure) como critério para segmentar as famílias. Esta estratificação é diferente da utilizada pelo Banco Africano de Desenvolvimento que atribui à Classe Média rendimentos entre os 730 e os 7300 dólares (USD) anuais. Em consequência disso, os valores dos dois estudos não são comparáveis.

tão mais surpreendentes quando percebemos que as economias analisadas não incluem a África do Sul e correspondem a países considerados, cuja riqueza está concentrada nas mãos de uma elite no poder. Contudo, estas 11 economias combinadas são responsáveis por 75 por cento do PIB total da África Subsaariana (50 por cento se incluirmos a África do Sul) e com uma taxa de crescimento de 8,3 por cento em 2003 (6,5 por cento previsto para 2014), (Freemantle, 2014).

A variação não é uniforme nestes 11 Estados, a Nigéria será o país onde se registará o maior crescimento (metade das famílias que vão entrar na classe média até 2030 serão nigerianas), Gana, Angola e Sudão serão os países na segunda posição do crescimento económico subsaariano. Apesar do otimismo, 86 por cento das famílias nestes 11 países da África Subsaariana permanecem no grupo de “fracos recursos”, e esse número deverá manter-se elevado em 2030, rondando os 75 por cento.

O aumento dos rendimentos familiares vai criar novas oportunidades de desenvolvimento. Freemantle (2014) estima que, a nova classe média africana vá investir mais em educação, seguros e outros serviços financeiros, saúde, veículos, hipotecas, alugueres, serviços públicos e equipamento e manutenção para o lar.

Este fenómeno da nova classe média está também associado a uma população cada vez mais urbana, como já foi referido. Atualmente 400 Milhões de africanos vivem em cidades mas em 2030 mais de metade dos africanos viverá nas áreas urbanas. Esta dinâmica demográfica será acompanhada de dinâmicas espaciais, quer de migração quer de urbanização (Freemantle, 2014).

#### **4.4 Pressão migratória**

Num continente onde falta tudo, há 200 milhões de habitantes com idades entre os 15 e os 24 anos. *“Une nouvelle Afrique qui n’aura connu ni la colonisation, ni la décolonisation est en train de naître (...). Cette Afrique-là qui est née avec la télévision, Internet et les mobiles ne regardera pas le monde de la même façon que les générations d’hier. Cette Afrique-là aura de ce fait un regard différent de nos continents en voie de vieillissement”* (Lorgeoux & Bockel, 2013, p. 41) e, sobretudo, olharão de maneira diferente para a Europa cada vez mais envelhecida. Essa

população jovem será em breve a mais numerosa população ativa do mundo, ultrapassando a Índia ou a China. Infelizmente o emprego não crescerá ao mesmo ritmo da população. *“Cette période charnière qui correspond aux 20 à 30 prochaines années, pendant laquelle la population s’accroît encore rapidement alors que les emplois ne suivent pas, est celle de tous les dangers”* (Lorgeoux & Bockel, 2013, p. 60).

África, e em particular a sua juventude, enfrenta o desafio de elevadas taxas de desemprego e de um vórtice de pobreza, a par do crescimento da economia informal. Esta situação cria um percurso de pobreza intergeracional produtora de conflitos sociais, de que o exemplo mais recente foi a chamada Primavera Árabe e que tem levado os diversos governos a procurar respostas aos problemas dos jovens africanos, com resultados lentos e pontuais (Lorgeoux & Bockel, 2013).

Este relatório (Lorgeoux & Bockel, 2013) foi realizado a pedido da Comissão de Defesa e dos Negócios Estrangeiros do Senado francês, e por isso também analisa as pressões sociais e geopolíticas. Efetivamente, as situações de estagnação económica e desemprego são instáveis e perigosas, gerando atividades criminosas e criando condições para crises políticas. Quando isso acontece num continente onde existem poucas oportunidades de trabalho e um crescimento populacional explosivo, pode tornar-se um problema com consequências globais.

As pressões sociais vão favorecer os movimentos disruptivos apoiados em fundamentalismos religiosos, políticos ou étnicos. A disputa por recursos pode conduzir a novos conflitos fronteiriços instigados por países, ou multinacionais com interesses na região. Também a entrada de investidores dos países emergentes num continente que, até há pouco era considerado *“zona de influência exclusiva”* das potências coloniais, vai gerar tensões geopolíticas, com reflexos nos Estados africanos e na sua estabilidade económica. Simultaneamente, o crescimento do sector primário e o crescimento demográfico e económico vão exercer uma pressão acrescida sobre o ambiente, criando condições para o agravamento da poluição e ocorrência de catástrofes ambientais. A escassez de alimentos obrigará à importação e consequente subida de preços que reduzirá os rendimentos da classe média em ascensão (Lorgeoux & Bockel, 2013).

Mas será no crescimento do fenómeno migratório que as tensões se tornarão mais evidentes. Por um lado entre uma Europa em declínio populacional, mas rica, por outro num continente africano com 700 milhões em idade ativa, mas com um poder de compra dos mais baixos do mundo. Como é que a Europa vai gerir essa tensão entre as duas margens do Mediterrâneo, com uma pressão migratória acrescida e redes de tráfico de pessoas cada vez mais organizadas, é uma pergunta que dificilmente terá resposta, nos dias de hoje. A verdade é que até agora as barreiras que foram erguidas mostram-se ineficazes para evitar tragédias como as de Lampedusa e os dramas de Ceuta e Melilla.

Apesar da dimensão das tragédias que se verificam anualmente no Mediterrâneo, é ilusório pensar que existe uma “invasão africana” da Europa. De acordo com o último relatório das Nações Unidas sobre as Migrações Internacionais (UNDESA, 2013c), embora a Europa tenha sido o maior destino para os migrantes internacionais em 2013, dos 72 milhões de pessoas que escolheram um país europeu como destino de imigração, mais de metade eram de origem europeia – 52.4 por cento – enquanto 26 por cento nasceram na Ásia e apenas 12 por cento em África (UNDESA, 2013c).

**Tabela 3 - Origem e destino das migrações internacionais, 2013**

INTERNATIONAL MIGRANT POPULATIONS BY DESTINATION AND ORIGIN, 2013 (millions)

Destination	Origin									World
	Developed regions	Developing regions	Africa	Asia	Europe	LAC	NA	Oceania	Other	
Developed regions ...	53.8	81.8	11.3	38.9	48.8	31.0	2.4	1.6	1.6	135.6
Developing regions	13.7	82.3	19.7	53.7	9.7	5.7	1.9	0.2	5.1	95.9
Africa.....	1.3	17.3	15.3	1.1	0.8	0.0	0.1	0.0	1.4	18.6
Asia.....	9.7	61.2	4.4	54.0	7.6	0.7	0.6	0.1	3.6	70.8
Europe.....	40.1	32.4	8.7	18.7	37.9	4.5	1.0	0.3	1.5	72.4
LAC.....	2.7	5.9	0.0	0.3	1.2	5.4	1.3	0.0	0.2	8.5
NA.....	9.6	43.5	2.0	15.7	7.9	25.9	1.2	0.3	0.0	53.1
Oceania.....	4.1	3.9	0.5	2.9	3.1	0.1	0.2	1.1	0.1	7.9
World.....	67.5	164.0	30.9	92.6	58.5	36.7	4.3	1.8	6.7	231.5

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2013). Trends in International Migrant Stock: The 2013 Revision-Migrants by Destination and Origin (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2013/Origin).  
Note: LAC refers to Latin America and the Caribbean, while NA refers to Northern America.

United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division  
International Migration Report 2013

Fonte: *International Migration Report 2013* Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População, (UNDESA, 2013c, p. 2).

Benoît Ferry estimava no seu livro *L'Afrique face à ses défis démographiques: un avenir incertain* (2007) que as migrações internacionais africanas iriam atingir os 27 milhões de emigrantes em 2030. Embora existam numerosas variáveis que tornam muito incerta uma previsão fiável dos fluxos migratórios, parece no entanto evidente que não será apenas o continente europeu a ser afetado pela pressão migratória africana. A maioria dos que procuram chegar à Europa nunca deixam o continente africano. Um número elevado de migrantes concentra-se no norte de África à espera da oportunidade de atravessar o Mediterrâneo (Lorgeoux & Bockel, 2013, pp. 68-70), muitos escolhem outras paragens, como a Nigéria ou a África do Sul, mas a maioria apenas cruza a fronteira para o país vizinho. A África Subsaariana é mais região de destino de migração do que ponto de partida. Costa do Marfim, Gana, Nigéria e África do Sul estão na primeira linha dos países mais procurados pelos migrantes africanos (Ferry, 2007).

Estes movimentos populacionais agravam os desequilíbrios em países empobrecidos e com graves carências de infraestruturas. Ao contrário da Europa, as fronteiras são muito permeáveis e a história tem demonstrado que a evolução demográfica está associada a grandes mudanças nos Estados africanos.

#### **4.5 Investidores em competição**

Os investidores estão cada vez mais interessados em fazer negócios em África. Em pouco mais de uma década, o continente africano deixou de ser o mais esquecido, para se transformar num dos mais atrativos polos de negócio, sobretudo para os investidores provenientes dos países emergentes. O relatório de 2014 da empresa de auditoria Ernst and Young (EY) destaca um aumento dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Esse valor cifrou-se num crescimento de 4,7 por cento em relação a 2013, embora o mesmo relatório assinalasse uma regressão relativamente ao norte de África (EY, 2014).

O estudo da Ernst and Young combina uma análise aos investimentos internacionais desde 2003, com um conjunto de entrevistas a cerca de 500 gestores de empresas em todo o mundo. É a partir da perceção dos investidores e da comparação

do capital investido que a EY classifica os destinos mais atrativos do mundo para o investimento direto estrangeiro (IDE). Em 2011 o continente africano ocupava o oitavo lugar na lista da EY, mas em 2014 já está no segundo lugar, atrás da América do Norte.

De acordo com o relatório de 2014, A Europa Ocidental é o principal investidor em África, mas a mudança mais significativa regista-se no crescimento do investimento intra-africano, com o capital a ter origem nas economias mais sólidas como as da África do Sul, Nigéria ou Quênia, para outros Estados africanos (Tabela 4). Quando comparamos o IDE registado nos últimos dois anos, com a média anual registada entre 2003 e 2007 verificamos um crescimento acentuado do investimento originário da Ásia Pacífico e da Europa Ocidental, e um declínio no investimento originário da América do Norte, para valores próximos da média registada antes da crise de 2008.

**Tabela 4 - Origem do IDE em África, por região**

	2003-07	2012	2013
Europa Ocidental	164	278	277
África	32	141	171
Ásia Pacífico	64	131	143
América do Norte	77	111	87
Médio Oriente	37	87	56
Resto da Europa	12	18	11
América Latina	4	8	5

nº de projetos aprovados

Fonte: EY's Attractiveness Survey Africa 2014 (EY, 2014). Produção nossa.

Nota: A coluna 2003-07 refere-se à média anual registada entre 2003-2007; As colunas 2012 e 2013 referem-se a valores em número de projetos registados pela Ernst and Young.

O relatório da Ernst and Young aponta ainda a mudança no tipo de investimento como o elemento mais relevante, indiciador de uma mudança de paradigma no investimento direto estrangeiro em África.

A diversificação de investimentos fica ainda marcada pelo forte crescimento nos projetos tecnológicos na África Subssariana, particularmente os media e as telecomunicações, com 150 projetos, seguidos pela venda a retalho e bens de consumo, com 131 projetos; em terceiro lugar os serviços financeiros, com 112 projetos. Em conjunto, estas três áreas cobrem 50 por cento do total dos novos projetos de investimento recenseados pela Ernst and Young, na África Subssariana. O setor do imobiliário, turismo e construção também registou um forte crescimento, na

ordem dos 63 por cento relativamente a 2012, subindo três lugares na lista dos setores mais atrativos para o IDE na África Subsaariana. Em contrapartida, o setor mineiro e dos metais desapareceu da lista da EY em virtude do reduzido número de novos projetos de investimento registados no ano de 2013.

Na perceção dos investidores consultados pela Ernst and Young, as áreas com maior potencial de crescimento para os próximos anos são a agricultura e as três que já estão no topo da tabela de 2013: telecomunicações, serviços financeiros e bens de consumo. A verificar-se o interesse dos investidores no sector agrícola em África, poderá ser mais uma mudança significativa, já que até ao momento a economia agrícola tem merecido pouco interesse do investimento direto estrangeiro, abaixo da indústria mineira na lista de 2013.

Entre 2004 e 2013, os EUA foram o maior investidor em África, com 768 projetos de IDE (12,2 por cento do total), seguidos dos britânicos, mas em 2013 o Reino Unido tomou a liderança e os norte-americanos desceram para segundo lugar. Também a França teve uma quebra importante no investimento em África. Devido aos seus laços históricos e culturais, a França tem sido desde sempre um investidor chave, ocupando o terceiro lugar, com 584 projetos no período de 2004 a 2013. No entanto, desde 2010, a participação da França tem diminuído, em resultado das convulsões políticas no Norte de África, principais destinos dos seus investimentos (EY, 2014).

O investimento de Espanha e da Alemanha tem vindo a aumentar de forma constante, mas foram sobretudo os investidores asiáticos a aproveitar a oportunidade de investimento africano. A Índia é o maior investidor asiático em África, com 342 projetos de IDE desde 2004, com uma forte presença da banca e da indústria automóvel através do grupo Tata.

A China, apesar de ser o maior parceiro comercial do continente, tem uma participação relativamente modesta em IDE, com apenas 11 projetos em 2013, em contraste com uma balança comercial que passou dos 10 mil milhões de dólares (USD) em 2000, para os 200 mil milhões de dólares em 2013 (Reuters, 2013). Todavia, esse valor corresponde sobretudo à venda de produtos e serviços e à compra de petróleo e minerais. Para além de pequenos estabelecimentos comerciais, os chineses ainda não estão a criar novas empresas em África. Pelo menos não o estão a fazer em número

significativo (EY, 2014). Apesar desta fraca presença em investimento direto estrangeiro, o peso das transações entre os mercados chinês e africano fazem da China a potência económica mais influente no continente africano.

O Japão foi de todos os investidores de IDE o que registou a maior taxa de crescimento em 2013. Os investimentos japoneses subiram 76,5 por cento, quando comparados com o ano anterior (EY, 2014). Esta evolução económica tem reflexos no investimento em infraestrutura e energia, áreas onde as empresas japoneses têm capacidade tecnológica mas perderam terreno para a concorrência chinesa. Por outro lado, o Japão importa a grande maioria dos recursos naturais que consome e precisa de disputar mercado à Índia e China, dois outros grandes consumidores de recursos africanos.

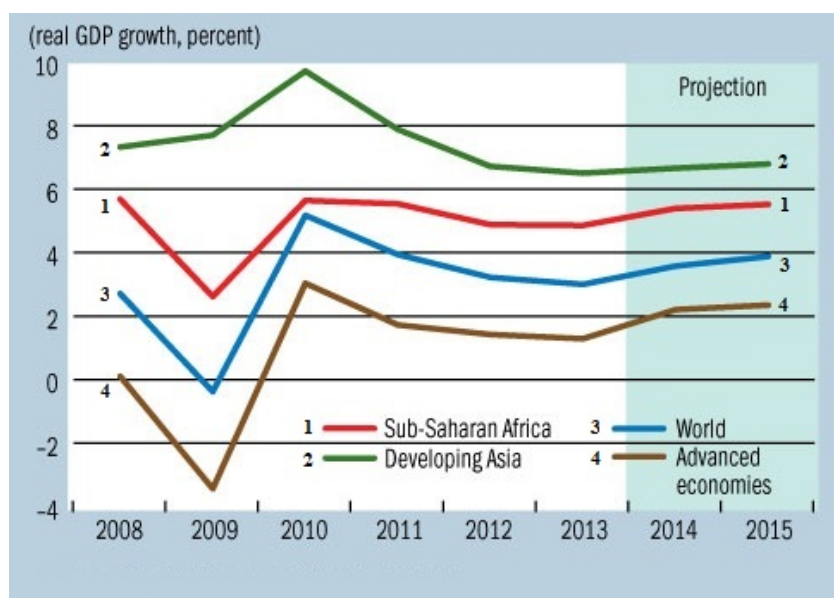
#### **4.6 A ascensão da África Subsaariana**

Na escolha dos investidores a África do Sul continua a ser a âncora de desenvolvimento africano. A sua força como destino de investimento resulta em grande parte do poder da sua economia e de ser uma plataforma de lançamento para o investimento estrangeiro nos outros mercados africanos. Com 143 projetos, a África do Sul ampliou sua liderança sobre os outros países, mas enquanto na África do Sul os projetos de IDE aumentaram a uma taxa anual média de 16 por cento desde 2007, Moçambique e Zâmbia cresceram a uma taxa média anual de 30 por cento. É certo que ainda é um número pequeno de projetos, mas as taxas percentuais revelam o interesse dos investidores em economias que há cerca de uma década eram pouco atrativos para o investimento.

Embora os projetos de IDE em Angola tenham diminuído em 2013, o país continua a ser um importante destino do investimento direto estrangeiro. Angola foi uma das economias com o mais rápido crescimento do mundo. Entre 2003 e 2013 o PIB angolano aumentou em média 11 por cento. Com uma bolsa de valores que deverá abrir em breve e com um plano de investimento em infraestruturas, especialmente portos e aeroportos, tem condições para vir a ser um mercado muito atrativo para o investimento direto estrangeiro.

Também as previsões do FMI apontam para um crescimento robusto na África Subsaariana. O *Regional Economic Outlook*, apresentado em 2014 prevê uma melhoria das perspectivas na maioria dos países exportadores de petróleo, e espera uma aceleração na economia da África Subsaariana, com um crescimento do PIB da região na ordem dos 5,5 por cento em 2014. Em 2013 a taxa de crescimento foi de 5 por cento e é uma das mais elevadas do mundo (FMI, 2014), (Figura 5).

**Figura 5 - Crescimento do PIB, em percentagem**



Fonte: FMI World Economic Outlook (2014)

Este forte desempenho registado em 2013, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), resultou principalmente do aumento da procura nos mercados africanos, enquanto a procura externa deu uma modesta contribuição para o crescimento da região. Para 2014 é esperado um crescimento mais rápido, sustentado nos grandes investimentos em infraestrutura, transportes e telecomunicações, e também uma recuperação da produção agrícola, como previsto também pela Ernst and Young (FMI, 2014; EY, 2014).

O FMI aponta no entanto alguns riscos (FMI, 2014). Por um lado a crise financeira que afeta alguns dos principais parceiros da África Subsaariana, particularmente a China, onde um crescimento muito mais lento do que o previsto, poderá afetar as exportações africanas. A descida dos preços do petróleo e de minerais

pode travar o crescimento de algumas economias africanas, e o aumento de preços no mercado interno associado a uma subida das taxas de juro e de custos de empréstimos pode representar a médio prazo ameaças para toda a região, embora em alguns países os riscos sejam mais significativos.

Para além daqueles existem ainda outros riscos imediatos associados não apenas a fatores económicos. É o caso de doenças e epidemias, como o surto de Ébola verificado em 2014, que podem travar o crescimento económico africano. Muitas das doenças graves que grassam em África não têm tratamento nem medicamentos desenvolvidos, em grande parte porque esse tipo de doenças são características das regiões mais pobres do globo, e por isso pouco atrativas para os laboratórios farmacêuticos<sup>19</sup>. Se é possível que o desenvolvimento económico do continente africano, venha a despertar o interesse na investigação de fármacos para doenças até agora negligenciadas, também é certo que os processos de investigação farmacêutica, até à sua aprovação para utilização humana, são demorados. Os custos em vidas humanas e na economia serão mais elevados.

No caso do surto de Ébola, segundo presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, em declarações à agência de notícias Reuters, em agosto de 2014, explicava que a epidemia tinha paralisado a economia dos países afetados: os projetos foram cancelados, os empresários partiram, as receitas caíram e os mercados deixaram de funcionar (Reuters, 2014). Numa primeira previsão, o presidente do BAD estimou que o PIB da Serra Leoa poderia recuar 4 por cento, anulando os ganhos económicos alcançados depois de uma década de guerra civil que se prolongou até ao ano 2000.

---

<sup>19</sup> Segundo um estudo publicado na revista científica *The Lancet*, dos 850 novos produtos terapêuticos registrados em 2000-2011, 37 (4%) eram destinados a doenças negligenciadas, a maioria resultando de uma nova indicação ou formulação e oito vacinas ou produtos biológicos. Apenas quatro medicamentos foram aprovados para as doenças negligenciadas (três para a malária e um para a doença diarreica), o que representa 1% das 336 novas entidades químicas aprovadas durante o período do estudo. *The Lancet Global Health*, Volume 1, Issue 6, Pages e371 - e379, December 2013.

## 5 Cidades globais africanas

### 5.1 Cidades à procura de oportunidades

Embora as estatísticas que apresentámos se refiram quase sempre a Estados, individualmente ou em macrorregiões – que na realidade resultam da soma de vários Estados de um determinado espaço geográfico, político ou com o mesmo estágio de desenvolvimento – é nas cidades que ocorre a transformação geo-económica que está na raiz do desenvolvimento económico internacional. Algumas dessas cidades destacam-se como centros de comando capazes de controlar e articular uma área que ultrapassa os limites das nações tornando-se parte de uma rede urbana global (Taylor, 2001).

Mas essas cidades não são lugares limitados, conectados à rede global a partir apenas da *city*, ou *downtown*, onde se concentram os centros de decisão. Uma cidade global é, também ela, o resultado de uma rede com diferentes graus de dispersão, onde a cidade articula *clusters* de atividade e redes de infraestruturas com dimensão regional. Assim, uma cidade global é, quase sempre uma grande cidade, ainda que uma grande metrópole não seja necessariamente uma cidade global.

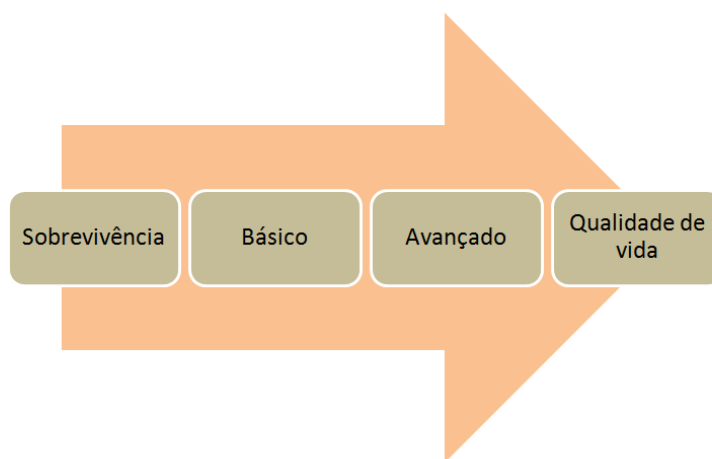
As cidades globais são “cidades-regiões” operando em três níveis: no primeiro, através de uma infraestrutura urbana, com uma rede de transportes, comunicações e serviços, tão mais densa quanto mais importante for a cidade na rede global; num segundo nível pela conectividade à economia global, numa rede supra nodal; e no terceiro, com uma rede sub-nodal de empresas de serviços e produção. Quando vistas por esta perspetiva, as cidades africanas estão longe de serem consideradas cidades globais (Merwe, 2004).

O estudo da PricewaterhouseCoopers (PwC, 2013) “Cidades de Oportunidades 2012” permite perceber quais as infraestruturas essenciais para uma cidade global: As 27 metrópoles cujo desempenho foi avaliado pela PwC não são ainda cidades globais, mas o que o relatório procura avaliar é se estão a criar as oportunidades para o vir a ser. O estudo traça o panorama da infraestrutura atual nessas metrópoles e perspectiva as suas necessidades para 2025. Essa projeção assenta em três critérios

fundamentais: demografia e densidade urbana; crescimento económico e transformação; e riqueza urbana.

A análise é orientada pelo conceito de desenvolvimento evolutivo em quatro etapas (Figura 6), com a cidades a partir do estado de “sobrevivência”, avançando para uma infraestrutura “básica”, prosseguindo depois para um ambiente urbano “avançado”, até atingir o padrão de uma cidade que é globalmente reconhecida pela sua “qualidade de vida”. Este processo evolutivo reflete a visão do psicólogo A. H. Maslow na hierarquia das necessidades humanas (PwC, 2013).

**Figura 6 - Estágios de desenvolvimento de uma comunidade urbana**



Fonte: PricewaterhouseCoopers (PwC, 2013). Produção nossa.

O primeiro estágio de desenvolvimento de uma comunidade urbana, a “sobrevivência” atende às necessidades mais elementares dos indivíduos, desde a água, abrigo ou trocas comerciais rudimentares. No segundo estágio, o “básico”, as necessidades já são mais sofisticadas e estão ligadas a infraestruturas que enriquecem e ampliam a comunidade, como hospitais, escolas e rede de transporte primária, como estradas e autocarros.

Os últimos dois estágios da evolução da infraestrutura urbana levam a cidade para um nível mais elevado. O terceiro estágio, o “avançado”, já inclui a preocupação com um nível de educação universitário, indústrias tecnologicamente mais avançadas, transportes de massa e infraestrutura área, ferroviária e portuária. Neste terceiro estágio as comunidades urbanas caracterizam-se por possuir um centro de serviços

claramente definido e uma preocupação no planeamento urbano e proteção contra desastres naturais, antecipando riscos e desafios futuros.

Finalmente, o quarto estágio define-se por um cidade onde as pessoas decidem viver, não apenas por oportunidades económicas, mas por opção consciente de “qualidade de vida”. São as cidades que atraem não apenas por oportunidades de trabalho ou de negócio, mas pelas suas oferta cultural, lazer, serviços e ambiente. São cidades com uma preocupação ecológica e um sistema bem desenvolvido de atendimento ao idoso.

Uma cidade é muito mais do que apenas população, edifícios públicos e privados, energia, água, recursos de educação e saúde; é muito mais do que os seus mercados, parques e lugares de entretenimento; e certamente mais do que um agregado estatístico de números e capacidades económicas. *“Uma cidade representa a civilização humana em uma das suas formas mais avançadas. É por essa razão que a relação entre infraestrutura e vida urbana é tão profunda, indivisível e transformadora, pois canaliza a prosperidade para o enriquecimento social e, portanto, para uma qualidade de vida muito maior”* (PwC, 2013, p. 6).

A construção e modernização do equipamento urbano, apesar da rapidez com que está a evoluir em África, não se compagina com o ritmo de crescimento urbano e demográfico. Assim, sempre que se fala em cidades globais pensa-se em grandes centros urbanos caracterizados pela densa interação de serviços corporativos, comunicação, financiamento e negócios, geradores de normas e de cultura de massas. Mas também pelo conjunto de infraestruturas que dão suporte às empresas instaladas nessas cidades globais. Nesta perspectiva, a cidades africanas ficam fora das pesquisas e das atenções. E são poucos os estudos sobre cidades globais em África.

A falta de infraestruturas básicas e de transporte, na maioria das cidades africanas, cria megalópoles disfuncionais e pouco atrativas para os investidores. Ainda que algumas cidades se encham de arranha-céus em centros financeiros dotados de todas as condições e lojas – como uma grande cidade norte-americana – a insegurança, em resultado de uma população muito jovem e do contraste com a extrema pobreza que rodeia todo esse centro urbano, lança desafios que dificilmente terão resposta em breve prazo.

Com efeito, apenas meia dúzia de cidades africanas são referidas como potenciais cidades globais: Joanesburgo e Cidade do Cabo, no sul; Cairo e Casablanca no norte; Lagos no ocidente e Nairobi no oriente. Isso resulta da vulnerabilidade das economias africanas e da sua dependência dos poderes coloniais: “Os países africanos estão isolados dos mercados centrais e dependentes de relações comerciais, sobre as quais têm pouco controlo” (Merwe, 2004). Ainda que esta realidade tenha tendência a mudar, em resultado de uma maior desenvolvimento de uma rede comercial intra-africana, a influência das redes de comunicação desenhadas durante o período colonial contribui para o atraso no desenvolvimento urbano em África, excluindo as suas populações do acesso à riqueza produzida.

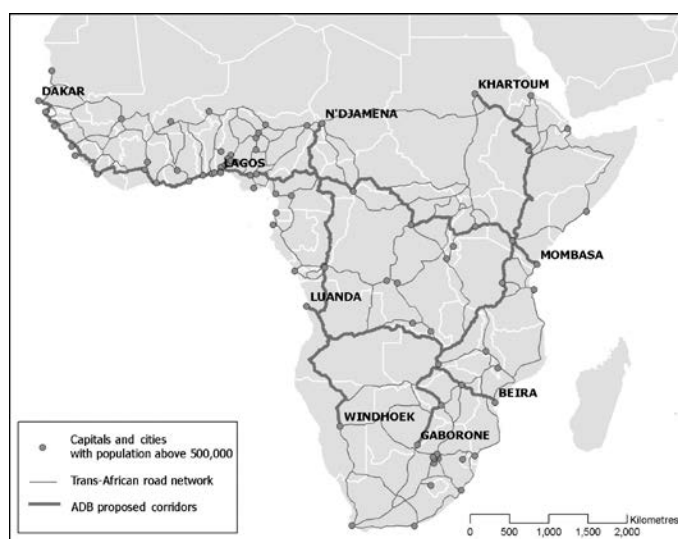
Sendo a região mais pobre do mundo, a África – e particularmente a África Subsaariana – é “um não lugar” para as cidades globais (Taylor, 2000), ou pelo menos, a zona mais sombria no mapa-mundo. E ainda que tenhamos referido seis cidades, importa sublinhar que apenas Joanesburgo é consensual para a maioria dos autores como a única cidade africana na rede de cidades globais.

## **5.2 Corredores de desenvolvimento**

As seis cidades africanas com potencial para poderem vir a ser cidades globais estão no eixo de grandes redes de infraestruturas atualmente em construção em África (Figura 7). Com esta rede de corredores pretende-se mudar o paradigma de desenvolvimento que caracteriza a economia africana, desenvolvendo as regiões em torno dos corredores e ligando regiões que até agora estavam isoladas.

Do ponto de vista africano, um corredor de desenvolvimento é mais do que apenas estradas e ferrovias, é também uma rede de infraestruturas básicas de energia, telecomunicações, e transporte de bens e serviços. Ao longo do percurso desenvolvem áreas rurais e de fronteira, ligam ao litoral países do interior, e abrem a porta à criação de indústrias e equipamentos sociais. Em contrapartida, ajudam ao desenvolvimento económico das áreas urbanas que atravessam, e aceleram a conectividade regional às metrópoles já ligadas à rede global.

**Figura 7 - Rede de Corredores de Desenvolvimento na África Subsaariana**



Fonte BAD – Banco Africano de Desenvolvimento (ADB – African Development Bank).

Sendo um espaço geográfico menor, e delimitado (geralmente abrangendo a área ao longo de uma artéria de transporte central, como uma estrada, uma ferrovia, ou um canal), os corredores de desenvolvimento são parcelas de território que podem ser geridos com mais facilidade e que requerem menos recursos do que os que seriam necessários para urbanizações dispersas. Ao serem construídos atravessando fronteiras, criam polos estratégicos de desenvolvimento e corresponsabilizam os Estados (Mulenga, 2013). Mas sobretudo, são geradores de dinâmicas espaciais.

Atualmente é possível observar em África seis grandes regiões que constituem polos de desenvolvimento. Um bom indicador é ver onde se concentra o investimento direto estrangeiro e, se na África Austral, não é propriamente uma surpresa, há 15 cidades onde nos últimos anos se tem registado um crescimento acentuado, como Acra, Nairobi e Maputo. Luanda também está entre os principais destinos de IDE, mas no último ano viu o número de projetos descer. (Figura 8), (EY, 2014).

Na África do Sul, a província de Gauteng<sup>20</sup> é um gigante regional. Desde 2010, Gauteng tem sido o principal destino de investimento direto estrangeiro em África. É nesta província sul-africana que ficam duas das principais cidades de África: Joanesburgo e Pretória. Joanesburgo é principal centro financeiro de África, com uma infraestrutura bem desenvolvida e um clima socioeconómico ideal para negócios que

<sup>20</sup> Região administrativa da República da África do Sul.

atrai os investidores. Pretória é um importante centro industrial e também a capital política sul-africana. Esta região é considerada o motor económico da África do Sul, responsável por 33,7% do PIB sul-africano (EY, 2014).

**Figura 8 - Principais clusters de IDE em África (2007-2013)**

	IDE projetos share	IDE projetos variação	IDE valor share	Emprego criado share
Gauteng	11.3%	23.2%	3.8%	5.6%
Cairo	6.2%	-3.1%	9.9%	6.7%
Casablanca	5.4%	-3.2%	1.7%	3.5%
Nairobi	4.6%	45.5%	1.1%	1.4%
Cabo Ocidental	4.4%	15.7%	1.5%	1.8%
Lagos	3.7%	32.5%	2.0%	1.7%
Luanda	3.0%	-23.5%	3.1%	1.7%
Tunis	2.7%	-7.1%	8.0%	3.2%
Grande Accra	2.7%	51.3%	2.8%	1.8%
Tânger-Tétouan	2.2%	-7.8%	2.4%	5.5%
Argel	1.9%	-8.6%	3.8%	2.2%
KwaZulu-Natal	1.5%	34.8%	1.2%	1.5%
Das es Salaam	1.5%	23.2%	0.7%	0.7%
Maputo	1.4%	29.3%	0.6%	0.7%
Cabo Oriental	1.4%	28.5%	1.4%	1.6%

Fonte: (EY, 2014, p. 37); adaptado.

As províncias do Cabo Ocidental, com a Cidade do Cabo e a do KwaZulu-Natal, com a cidade de Durban também atraem investidores sobretudo devido à sua atividade portuária. A Cidade do Cabo foi o quinto destino mais atraente de África enquanto Durban e Richards Bay emergiu desde 2007 como um centro-chave para o IDE no setor automóvel. Também na África Austral, Maputo, a capital de Moçambique, é outra área de crescimento rápido, sustentado por um boom imobiliário e da construção, animado pelo Corredor de Desenvolvimento de Maputo que liga as regiões do litoral ao Gauteng sul-africano.

No Golfo da Guiné emergiu uma outra grande área de atração para o investimento direto estrangeiro. Da Grande Acra – uma área de 3 mil quilómetros quadrados em torno da capital do Gana – à zona de Lagos, na Nigéria estende-se o GILA (Greater Ibadan Lagos Accra corridor)<sup>21</sup>. Ao longo 600 quilómetros, através de quatro países: Gana, Togo, Benin e Nigéria desponta um corredor urbano na região mais populosa de África. Embora ainda com valores modestos, Acra é uma região de elevado potencial para o IDE. De 2007 a 2013 o número de projetos de investimento

<sup>21</sup> UN-Habitat, The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa, <http://books.google.pt/> <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2574>

na capital do Gana aumentou quase seis vezes. Lagos, que será a cidade mais populosa de África em 2030, com uma população de mais de 25 milhões (atualmente é a segunda, depois do Cairo) é particularmente atrativa para investimentos em tecnologia, media e telecomunicações (TMT), retalho e produtos de consumo (RCP)<sup>22</sup> e serviços financeiros setores que no seu conjunto responderam por 65,3% dos projetos de IDE na Nigéria. A região de Lagos é também a segunda mais atrativa para o investimento direto estrangeiro em África, depois de Joanesburgo.

Nairobi e Dar es Salaam formam um terceiro cluster urbano na costa leste africana, no eixo de três importantes corredores de desenvolvimento Da África Oriental. Nairobi tem vindo a ganhar investimentos no sector tecnológico media e telecomunicações, e continua a afirmar-se como centro financeiro da costa oriental africana. Dar es Salaam, na Tanzânia, é outra área chave para o investimento. Em 2030 será a quinta cidade mais populosa de África, mas também aquela onde se espera o maior crescimento da classe media africana.

No norte, a área de Cairo, no Egito e Casablanca em Marrocos são o segundo e terceiro polo de atração de IDE, depois de Joanesburgo, mas nos últimos anos têm registado um declínio no investimento, eventualmente resultante da incerteza provocada pelas revoluções da denominada “Primavera Árabe”. Apesar disso, o Cairo proporciona oportunidades consideráveis com um número significativo de consumidores na classe média. Casablanca e Tânger têm condições semelhantes ao Cairo, com os setores de telecomunicações, serviços de negócios, financeiros e produtos de consumo a atrair novos investimentos. Destaque ainda para a importância de Tânger com o maior porto de contentores do Norte de África (EY, 2014).

### **5.3 A explosão urbana**

Novos investimentos atraem mais pessoas para as cidades. Além do aumento da população resultante da explosão demográfica, há também o fenómeno migratório dos campos para a cidade. África e Ásia estão a urbanizar-se mais rapidamente do que outras regiões do mundo. A taxa de urbanização – medida como a taxa de variação

---

<sup>22</sup> RCP: *retail and consumers products*.

média anual do percentual urbano – é de 1,1 por cento em África (1,5 por cento ao ano no continente asiático), valores que são particularmente elevados. As regiões que já têm níveis relativamente altos de urbanização crescem abaixo de 0,4 por cento ao ano (UNDESA, 2014b).

Em geral, o ritmo de urbanização tende a desacelerar à medida que a população se torna mais urbanizada. Esse não é o caso do continente africano, onde só agora se está a iniciar o processo de migração para as cidades. Atualmente mais de 450 milhões de africanos vivem em cidades, cerca de 40 por cento da população é urbana. Em 2050, 56 por cento da população africana viverá em cidades, só que nessa altura a população terá duplicado e as cidades africanas terão de albergar mil milhões de habitantes.

**Tabela 5 - População urbana e rural em África e regiões africanas**

	População (n.º habitantes)					
	Urbano			Rural		
	1990	2014	2050	1990	2014	2050
África	196923	455345	1338566	433064	682885	1054609
Af. Oriental	35564	96610	378763	162822	287296	490458
Af. Central	22566	60685	192108	47434	78798	124003
Af. do Norte	63952	109727	201744	75920	103801	116985
Af. Austral	20539	37238	55422	21514	23653	19140
Af. Ocidental	54302	151084	510530	125373	189336	304023

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (UNDESA, 2014b).

Os grandes *clusters* de IDE que agora se começam a definir serão os grandes polos de atração, constituindo-se em enormes metrópoles. Mas todas as outras cidades ao longo dos corredores de desenvolvimento vão crescer. Segundo as Nações Unidas, entre 2000 e 2014 as cidades do mundo com mais de 500.000 habitantes cresceram a uma taxa média anual de 2,4 por cento. No entanto, 43 dessas cidades cresceram duas vezes mais rápido, com taxas médias de crescimento superiores a 6 por cento ao ano. Destas, 4 estão localizadas em África (UNDESA, 2014b).

Esta pressão demográfica é um desafio para as cidades africanas que hoje já se debatem com problemas no abastecimento de água e energia, saneamento, e escassez de serviços públicos de saúde ou segurança. Apesar das grandes oportunidades que representam os investimentos em infraestruturas, as cidades africanas vão

transformar-se em gigantes metrópoles de favelas e urbanismo desregrado que dificilmente atrairão os decisores que caracterizam as cidades globais.

## 6 Lisboa como conexão africana

### 6.1 Medir a conectividade

Qual é o lugar de Lisboa na rede das cidades globais? Uma resposta que se pode encontrar no estudo de Taylor e da GaWC. No ano 2000, Lisboa era uma cidade bem posicionada na rede das cidades globais. É certo que não estava na lista das mais conectadas, mas estava bem ligada à rede europeia, e com laços importantes para a América Latina e África. Das 315 cidades estudadas, a GaWC encontrou 55 que classificou como cidades globais e outras 67 que mostravam evidências de estar a transformar-se em cidades globais. Entre estas Lisboa (GaWC, 2010).

O nosso objetivo é perceber se Lisboa pode ser uma ponte entre a Europa e África e um bom ponto de partida é perceber, através do estudo da GaWC como se conectava Lisboa às 37 cidades africanas analisadas pela GaWC no ano 2000. Para isso através da base de dados disponibilizada pela Globalization and World Cities construímos uma tabela que nos permite perceber a posição de Lisboa relativamente a algumas cidades europeias e da América Latina (Tabela 6). Assim, nas colunas temos algumas capitais europeias (Londres, Paris, Bruxelas e Madrid), escolhidas pelas suas ligações históricas ao continente africano, mas também, no caso de Bruxelas por ser a capital europeia e Madrid pela posição central que tem na Península Ibérica. Depois São Paulo e Rio de Janeiro por serem duas cidades lusófonas; Barcelona por ser uma cidade que disputa com Lisboa o segundo lugar nas cidades Ibéricas; e Buenos Aires e Caracas, que sendo cidades próximas do continente africano, seriam cidades com improváveis ligações às cidades africanas.

Nas linhas apresentam-se as 37 cidades estudadas que, por comodidade de leitura, estão apresentadas por ordem decrescente relativamente à sua conectividade a Lisboa, enquanto nas colunas as cidades europeias e sul americanas são ordenadas da esquerda para a direita, pelo total de conectividade às cidades africanas.

Da observação da tabela 6 ressalta de imediato que Lisboa não era a cidade europeia mais ligada às cidades africanas – nem mesmo entre as cidades de língua

portuguesa – mas, sobretudo demonstra que não há qualquer evidência na importância do papel da lusofonia na conexão das cidades na rede global.

Com efeito, na tabela que apresentamos a conectividade entre Lisboa e Luanda ou Lisboa e Maputo era muito baixa no ano 2000. Luanda tinha 27 pontos (segundo os critérios da GaWC) na conexão com Lisboa, 43 com Madrid e 54 com Londres (a cidade com a pontuação mais elevada na conexão com a capital angolana).

Também a conexão Maputo-Lisboa, no ano 2000 registava entre as duas capitais 45 pontos, enquanto a ligação Maputo-Madrid assinalava 65 e Londres-Maputo 95 fazendo da capital moçambicana a cidade da África Lusófona mais conectada à rede global. Quando comparadas com Lisboa, Maputo surgia na 18ª posição e Luanda na 22ª. Em contrapartida, no ano 2000, São Paulo estava melhor posicionada que Lisboa nas conexões com as capitais de Angola e Moçambique.

**Tabela 6 - Conectividade das cidades africanas à rede GaWC**

	LONDRES	PARIS	BRUXELAS	MADRID	SAO PAULO	LISBOA	B. AIRES	BARCELONA	CARACAS	RIO DE JAN.
JOANESBURGO	461	327	284	284	268	202	233	188	160	113
CAIRO	336	242	196	212	181	156	170	149	137	99
CASABLANCA	181	135	114	127	103	96	99	90	71	55
NAIROBI	191	123	109	124	107	93	103	91	78	63
CIDADE DO CABO	208	128	101	117	108	92	102	106	79	77
LAGOS	157	98	99	104	91	85	93	83	68	55
TUNIS	149	111	95	97	81	85	81	63	65	39
ABUJAN	142	121	101	97	85	83	67	53	61	37
HARARE	157	109	96	100	95	79	81	73	57	45
ACCRA	129	89	75	87	79	67	73	59	61	35
WINDHOEK	124	97	81	79	65	64	64	41	51	39
LUSAKA	127	91	75	87	79	63	69	55	59	35
KAMPALA	109	83	77	71	71	59	61	49	49	27
DAKAR	78	74	66	66	51	54	55	41	29	19
DURBAN	118	77	53	59	64	53	53	64	41	47
DAR ES SALAAM	89	65	65	63	61	51	51	45	39	21
DOUALA	82	57	45	45	49	45	43	37	31	23
MAPUTO	95	63	67	65	59	45	53	39	39	23
GABORONE	81	56	47	53	44	44	46	26	42	16
SUVA	56	36	33	32	35	29	35	25	26	25
PRETORIA	64	42	26	40	36	28	32	30	30	28
LUANDA	54	47	41	43	39	27	31	25	23	13
ADDIS ABABA	41	43	33	33	35	25	23	27	15	13
ALGIERS	31	37	35	33	23	25	17	17	13	1
KINSHASA	35	34	32	22	19	24	21	11	13	1
LOME	32	22	24	24	8	22	20	16	12	4
ALEXANDRIA	31	31	21	21	15	21	19	21	11	9
MOMBASA	37	33	15	23	21	19	17	19	13	13
FREETOWN	21	21	13	15	15	17	15	11	13	9
RABAT	32	26	16	20	20	16	12	16	10	16
CONAKRY	17	21	17	15	7	15	9	3	9	1
TRIPOLI	22	22	15	16	9	15	13	15	4	3
KHARTOUM	17	19	13	13	7	13	11	13	3	1
MONROVIA	13	15	9	11	11	13	11	7	9	5
YAONDE	14	16	10	12	4	10	8	10	2	0
DJIBOUTI	9	13	11	9	7	9	3	3	5	1
BRAZZAVILLE	3	3	3	1	3	3	3	3	1	1

Fonte: GaWC. Elaboração própria.

Nota: Tabela com a conectividade entre as cidades africanas com mais ligações à rede das cidades globais, segundo os critérios da GaWC, e algumas cidades europeias e sul-americanas.

Naturalmente que, a partir da base de dados da GaWC outras composições se poderiam fazer, para descobrir que cidades distantes, e sem qualquer ligação histórica ao continente africano, tinham melhores conexões que Lisboa. As cidades escolhidas para este exemplo permitem-nos perceber que Buenos Aires tinha melhores conexões a Joanesburgo ou ao Cairo que Lisboa. O estudo da GaWC permite numerosas análises na rede das cidades globais. Algumas, como a que fizemos acima, nunca tinham chegado a ser objeto de análise, mas a base de dados está desatualizada. Embora possa ser uma ferramenta útil para testar uma hipótese sobre a rede das cidades globais, torna-se obrigatório validar as conclusões, comparando com dados atuais.

Mas não foi em vão esta análise. Através dela percebemos que a conectividade entre cidades de uma rede não resulta da partilha de laços culturais ou históricos, mas da interatividade entre as empresas e pessoas que nelas se localizam. Não resulta, mas ajuda, como veremos adiante.

Na tabela que apresentámos, Luanda, no ano 2000, não estava entre as cidades africanas mais conectadas, nem a Lisboa, nem às cidades apresentadas. Todavia o estudo da GaWC também registou informação sobre Luanda, e aqui, nós, à semelhança do que fez Musil no estudo sobre Viena, atualizámos a base de dados da GaWC o que nos permitiu fazer a comparação entre os dois períodos e levar-nos à descoberta de uma mudança surpreendente (Tabela 7). Em 14 anos a capital angolana viu crescer o número de empresas de multinacionais ligadas aos setores-chave associados ao desenvolvimento da rede de cidades globais. E este crescimento refere-se apenas às empresas identificadas pela GaWC no ano 2000.

**Tabela 7 - Empresas GaWC em Luanda (2000/2014)**

Numero de Empresas GaWC em Luanda			
Setores	Total GaWC	GaWC 2000	2014
Auditoria e Contabilidade	18	3	10
Publicidade	15	0	3
Banca e Finanças	23	2	6
Seguros	11	1	4
Advogados	16	0	0
Consultoria de Gestão	17	2	5
total	100	8	28

Fontes: GaWC e Elaboração própria.

Nota: Número de empresas da lista definida pela GaWC com presença em Luanda em 2000 e em 2014.

Na tabela 7 podemos ver que das 100 empresas da lista GaWC (que na coluna “total GaWC” se apresentam distribuídas por setor de atividade), apenas 8 tinham sido registadas no ano 2000 com atividade em Luanda (coluna GaWC2000). Na atualização do estudo que agora fizemos (coluna 2014), identificamos 28 empresas da lista inicial da GaWC. A mesma metodologia foi seguida para comparar a evolução de Lisboa (Tabela 8).

Em Lisboa, apesar da crise, nestes 14 anos assistimos a uma consolidação do número de empresas de serviços considerados relevantes para a rede de cidades globais. Naturalmente que a comparação da posição da capital portuguesa na rede global só poderia ser feita, se os dados referentes a todas as outras cidades tivessem sido atualizados, o que não aconteceu.

**Tabela 8 - Empresas GaWC em Lisboa (2000/2014)**

Numero de Empresas GaWC em Lisboa			
Setores	Total GaWC	GaWC 2000	2014
Auditoria e Contabilidade	18	15	15
Publicidade	15	10	9
Banca e Finanças	23	10	15
Seguros	11	5	5
Advogados	16	0	2
Consultoria de Gestão	17	11	11
total	100	51	57

Fontes: GaWC e Elaboração própria.

Nota: Número de empresas da lista definida pela GaWC com presença em Lisboa em 2000 e em 2014.

Mas não foi apenas a conectividade à rede global medida isoladamente para cada uma das cidades que aumentou. Quando classificamos o tipo de escritórios das empresas da tabela GaWC verificamos que houve um aumento no número de pontos atribuídos a cada cidade. De acordo com a metodologia proposta por Taylor, a pontuação de Lisboa aumentou 18 por cento, de 2000 para 2014, enquanto a pontuação de Luanda aumentou 243 por cento no mesmo período. Mas a conectividade entre ambas aumentou 337 por cento e essa mudança resulta do crescimento acentuado da capital angolana como centro de serviços para as empresas globais, e também da capacidade de Lisboa em manter a sua atração para as empresas-chave, apesar dos impactos da crise e da globalização.

De uma maneira geral, desta análise podemos considerar que o interesse das grandes multinacionais em garantir uma posição em Lisboa, não foi afetado pela crise,

sobretudo tendo em conta que houve mudanças na lista da GaWC. Desde 2000 que algumas empresas se extinguíram, como foi o caso Coudert Brothers, outras fundiram-se numa só entidade, como foi o caso do Chase Hambrecht & Quist com o JP Morgan ou foram adquiridas como a Towers Perrin pela Watson Wyatt Worldwide. Algumas mudaram de nome como a Hewitt Associates, agora AON, ou a Andersen Consulting agora conhecida por Accenture. E algumas que deixaram de estar presentes em Lisboa, por aparentemente terem desistido do negócio em Portugal, como a Fiducial International ou porque a sua atividade em Lisboa foi adquirida por terceiros, como no caso da Royal and SunAlliance, cuja atividade foi adquirida pela Lusitânia, seguradora do Grupo Montepio.

Nos casos das aquisições e fusões, se em 2000 havia duas empresas com atividade, agora foram contabilizadas apenas uma; no caso de aquisições por outras empresas que não estavam na lista da GaWC, deixaram de ser contabilizadas, no caso da mudança de nome apenas foram contabilizadas aquelas que foram identificadas. Houve uma empresa, da lista de 100 que não foi encontrada: a Impiric não tinha escritórios em Lisboa nem em Luanda em 2000, e também agora não foi contabilizada. Isto revela que o crescimento verificado em Lisboa, mesmo nas empresas da GaWC, foi maior do que o saldo positivo parece indicar. Então porque temos a noção de periferia?

## **6.2 Na periferia da Europa**

Musil (2009) constatou que as mudanças geoestratégicas, resultantes da queda do muro de Berlim e do alargamento da União Europeia a leste, colocaram Viena numa nova centralidade. A capital austríaca foi durante o período da Guerra Fria uma cidade periférica da Europa, mas o movimento das economias europeias para leste, tornaram-na numa cidade central e Musil interroga-se se Viena será um *gateway* entre a Europa Ocidental e Oriental.

O mesmo movimento que criou para Viena uma nova centralidade colocou Lisboa na periferia europeia. Não que Lisboa fosse antes um centro de decisão europeu, mas com a mudança da capital alemã para Berlim e o poder económico a

ganhar um novo polo em Frankfurt, Lisboa viu perder influência na Europa (Moreira, 2000). Por outro lado com a entrada de novos membros do leste europeu alterou-se o equilíbrio de forças dentro da União Europeia<sup>23</sup>.

É certo que Lisboa ainda se mantém fortemente conectada a Londres, e esta continua a ser uma das três cidades mais importantes do mundo. Também o poder na Europa – enquanto capacidade de influenciar decisões – continua no triângulo Londres-Paris-Berlim. O que mudou foi o peso geopolítico da capital alemã, em resultado do seu poder económico que alterou a “velha ordem” europeia da guerra-fria, sustentada no eixo Londres-Paris para uma nova orientação Paris-Berlim, duas potências com visões continentais, ao contrário do Reino Unido e Portugal que têm uma perspetiva mais atlântica. (Moreira, 2000; Amin, 2005; Câmara, 2013).

Esta mudança geopolítica enfraqueceu a posição de Lisboa na Europa, mas o que de fato a tornou periférica foi a economia. Antes mesmo do alargamento a leste, já a Europa olhava para Portugal como um país periférico. A evolução da União Europeia *“foi predominantemente avaliada do ponto de vista económico, e as debilidades estruturais portuguesas, a dependência dos subsídios permanentes dos fundos europeus, tudo encaminhou o país para a qualificação de Estado periférico, uma qualificação pouco contestável do ponto de vista económico”* (Moreira, 2000, p. 322).

Mas, se grande parte dos problemas económicos resultaram de opções políticas erradas, descontrolo nas contas públicas e falhas de supervisão às entidades privadas, foram sobretudo os fatores resultantes da globalização que contribuíram para acentuar o papel periférico de Lisboa.

Podemos apontar quatro fatores que ao longo dos últimos quinze anos (não necessariamente nesta ordem sequencial) conduziram a um enfraquecimento da

---

<sup>23</sup> A 1 de Maio de 2004, dez novos países e perto de 75 milhões de pessoas aderiram à União Europeia (UE). A UE a 25 constituiu um espaço político e económico com 450 milhões de cidadãos, incluindo três antigas repúblicas soviéticas (Estónia, Letónia e Lituânia), quatro antigos países-satélite da URSS (Polónia, República Checa, Hungria e Eslováquia), uma antiga república jugoslava (Eslovénia) e duas ilhas mediterrânicas (Chipre e Malta). Fonte: União Europeia

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/enlargement/2004\\_and\\_2007\\_enlargement/e50017\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/enlargement/2004_and_2007_enlargement/e50017_pt.htm)

posição de Lisboa na rede das cidades globais: por um lado, a estratégia Ibérica na gestão das multinacionais, imediatamente após o fim dos controlos fronteiriços entre Portugal e Espanha; depois a deslocalização em resultado do crescimento e internacionalização das empresas nacionais; ainda a transferência das sedes sociais das grandes empresas para outras cidades europeias; e por fim, a aquisição das grandes empresas nacionais por investidores estrangeiros.

Em primeiro lugar, a entrada na Comunidade Económica Europeia em 1980 e particularmente a eliminação da fronteira entre Portugal e Espanha, em resultado da entrada em vigor do acordo de Schengen em março de 1995, teve um enorme impacto na geografia do comércio externo português (Pires, 2008). Com a abertura das fronteiras, e sobretudo, em resultado da uniformização da legislação referente aos bens e serviços transacionáveis no espaço Europeu, os empresários portugueses e espanhóis passaram a valorizar o efeito de vizinhança.

Se, para uma pequena ou média empresa portuguesa ou espanhola, a expansão para um mercado que antes estava separado por uma fronteira, seria um desafio, com alguma componente de risco, para as empresas multinacionais, com presença nos dois países, era natural pensar num só mercado Ibérico.

Essa mudança ocorreu partir de 1998, quando algumas multinacionais migraram as suas centrais logísticas de Lisboa para Madrid, e a partir da capital espanhola passaram a fazer a distribuição de uma forma integrada (Quality Media Press, 2006). Do ponto de vista de distribuição, a localização de Madrid é estratégica numa Península Ibérica sem fronteiras. Madrid está equidistante de Barcelona, como de Lisboa ou do Porto. Esta posição central levou grandes empresas multinacionais, como a Philips, Samsung, LG, HP, de entre outras mudaram para Madrid, as suas centrais de logística. Como à logística empresarial, compete não apenas armazenar e distribuir os materiais, mas também administrar recursos financeiros resultantes dessa atividade, é natural que também os serviços ligados à produção e venda acabassem por se centralizar na capital espanhola, ficando em Lisboa um pequeno escritório que assegura o contato direto com o cliente. Essa centralização acentuou-se na última década, não apenas em resultado de uma visão ibérica do mercado, mas sobretudo pela redução de custos.

Em 2010, mais de 100 multinacionais estrangeiras já tinham os seus serviços centralizados para o mercado Ibérico, e a maioria delas tinham escolhido cidades espanholas para localizar os seus escritórios regionais. Foi o caso da multinacional de bens de consumo Procter & Gamble, que tem a sua direção unificada para a Península Ibérica a partir de Espanha. Enquanto a Henkel Ibérica e a farmacêutica Bayer, escolheram Barcelona como centro de operações dos seus serviços, a tabaqueira Imperial Tobacco dirige o seu negócio na Península Ibérica a partir de Madrid. No setor das telecomunicações, fabricantes de computadores como a Acer Computer Ibérica, IBM, Oki ou os telemóveis NEC também têm uma direção conjunta ibérica. A Google, Nokia, Motorola, Sony Ericsson e HTC têm uma estrutura central para o mercado português e espanhol. A empresa de consultoria AT Kearney, a de videojogos Nintendo ou companhias aéreas como a Air France-KLM, a Lufthansa, e fabricantes de automóveis como a Land Rover também concentram as suas atividades nos dois países sob a mesma direção (Expansión, 2010).

Em sentido inverso, a EDP Renováveis controla a partir de Lisboa o seu mercado Ibérico e a francesa Thales especialista em equipamento de defesa tem uma sucursal em Lisboa que controla o escritório em Espanha, ou a Airbus que tem uma direção em Madrid para o mercado espanhol, mas dirige os negócios em Portugal a partir da sua sede em Toulouse, França.

Contudo, não foram apenas as grandes multinacionais a reorganizar os seus escritórios numa perspectiva regional, também as empresas nacionais deslocalizaram os seus centros de decisão em resultado de um crescimento da sua atividade económica e da abertura a novos mercados numa Europa de 450 milhões de consumidores. *“Há 10 anos o centro da Europa era a França, mas hoje moveu-se e, ainda que a minha posição particular seja boa, [os meus clientes foram] obrigados a transferir-se para o Leste. Para mim está claro que tenho de os seguir”*, justificava em 2006 Fernando da Silva, diretor-geral da empresa de distribuição IBEL SA, numa entrevista ao Expresso, a opção de escolher Madrid para centro da sua atividade (Quality Media Press, 2006, p. 22). *“Ou seja, as oportunidades de negócios começam a ser ponderadas já à escala do mercado ibérico e não de forma diferenciada para cada um dos dois mercados como acontecia no passado”* (Pires, 2008, p. 141).

O agravamento da crise económica e financeira levou ainda à transferência das sedes sociais de grandes empresas portuguesas para outras cidades europeias, não apenas para fugir ao aumento dos impostos, mas para aceder ao crédito que a banca nacional não estava em condições de disponibilizar, e a juros mais baixos que aqueles que se obteriam em Portugal. O caso mais mediático foi a Jerónimo Martins, cujos acionistas portugueses passaram, em dezembro de 2011, o controlo do capital para uma empresa que possuíam na Holanda. Mas não foi a única, a maioria das cotadas do PSI20<sup>24</sup> tem empresas em outros países europeus, Mota-Engil, Galp-Energia, Portucel, Soporcel, Semapa, Grupo Sonae e Brisa têm presença na Holanda (Lopes & Simões, 2012); o Grupo Espírito Santo (GES) – atualmente excluído do PSI20 – tem a sua sede no Luxemburgo. Não obstante os proprietários das empresas continuarem a ser portugueses, a deslocalização enfraquece a posição de Lisboa na rede das cidades globais, tornando-a ainda mais periférica.

Uma situação inversa acontece com a aquisição de grandes empresas internacionais por grupos económicos estrangeiros. Do ponto de vista do desenvolvimento económico – e em certo sentido também do fortalecimento das redes – o investimento é sempre positivo. Porém, em certos casos ele implica a perda dos centros de decisão para outras cidades sem o esperado impulso para uma internacionalização da empresa adquirida, por vezes mas transformando-a numa simples subsidiária da sua atividade. Esse fenómeno acentuou-se com o processo de privatizações iniciado em 1985. Embora as primeiras privatizações tivessem sido marcadas pela recomposição dos grandes grupos económicos portugueses que existiam antes da revolução de 1974. Nas últimas décadas as privatizações têm sido marcadas pela entrada direta de capital estrangeiro. Uma parcela importante de muitos grupos económicos em Portugal, já é controlada<sup>25</sup> por capital estrangeiro

---

<sup>24</sup> PSI-20 (acrónimo de Portuguese Stock Index) é o principal índice de referência do mercado de capitais português. É composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na Euronext Lisboa. Desde agosto de 2014 é composto apenas por 18 empresas, depois da saída do Banco Espírito Santo e do Espírito Santo Financial Group.

<sup>25</sup> “Controlo - poder de determinar a política geral de uma empresa, escolhendo, caso seja necessário, os seus administradores. Neste contexto, considera-se que a empresa A é controlada por uma unidade institucional B quando B controla – direta ou indiretamente – mais de metade dos direitos de voto ou mais de metade das ações da empresa.” In Regulamento (CE) N.º 716/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de junho de 2007 relativo a estatísticas comunitárias sobre a estrutura e atividade das filiais estrangeiras (INE, 2013).

(Rosa, 2013). Eugénio Rosa (2013) investigou os grandes grupos económicos em Portugal e identificou 44 grupos que dominam 14 setores estratégicos da economia nacional. O estudo, cujo trabalho de campo decorreu entre 2011 e 2012, verificou que dos 44 grupos económicos, 27 tinham participações qualificadas controladas por capital estrangeiro. Destes, 11 tinham controlo 100 por cento estrangeiro; 6 tinham de metade a 99 por cento das participações qualificadas na posse de acionistas estrangeiros; e 7 tinham de 10 a 49 por cento do capital qualificado nas mãos de estrangeiros. *“As participações qualificadas são aquelas que representam pelo menos 2% do capital e são as que controlam, de facto, tanto a gestão estratégica como operacional da empresa”* (Rosa, 2014).

A maioria das grandes empresas da área do retalho é estrangeira: Auchan, Lidl, Corte Inglés e Fnac. Na banca o Santander Totta e o BPI; nos media a Recoletos e a Media Capital; na construção a Somague e a Zagope; e nos cimentos a Cimpor, são todos grupos controlados a mais de 90 por cento por acionistas estrangeiros.

A Galp e a EDP são dois grandes grupos que apesar de representarem marcas portuguesas hoje já não pertencem a acionistas nacionais (Tabela 9).

A EDP tem 83,76 por cento das participações qualificadas na posse de estrangeiros e a GALP 54,46 por cento, portanto muito mais de metade já são controladas por grandes grupos económicos estrangeiros, alguns deles empresas públicas de outros países (China, Abu Dahi, Argélia, e Qatar). Mesmo a Amorim Energia é uma empresa com sede na Holanda, e quase metade dela é angolana. *“Por esta razão, pode-se com verdade dizer que a EDP e a GALP são empresas mais estrangeiras que portuguesas (...) pois as suas estratégias e objetivos têm menos a ver com Portugal mas muito mais com os objetivos e estratégias dos grupos que as controlam”* (Rosa, 2014).

**Tabela 9 - Acionistas com participações qualificadas na EDP e na GALP**

GRUPO EDP		GRUPO GALP	
ACIONISTAS QUALIFICADOS	% do Capital	ACIONISTAS QUALIFICADOS	% do Capital
China Tthree Gorge (China)	21,35%	Amorim Energia (55% Américo Amorim; 45% Angola)	38,34%
OPPIDUM Capital SL (Espanha)	7,19%	Eni (Itália)	16,34%
IBERDROLA (Espanha)	6,66%	Parpública (Portugal-Estado)	7,00%
Jose de Mello, SGPS	4,60%		
IPIC (Abu Dhabi)	4,06%		
Grupo BCP	2,63%		
SONATRACH (Argélia)	2,38%		
Qatar Investment Authority (QATAR)	2,27%		
Capital Income Builder (EUA)	2,06%		
Income Fund of America (EIA)	2,01%		
BLACKROCK (EUA)	2,00%		
<b>SOMA (Participações qualificadas)</b>	<b>57,21%</b>		<b>61,68%</b>
<b>Percentagem do Capital controlada por grupos económicos estrangeiros</b>	<b>47,92%</b>		<b>33,59%</b>
<b>Percentagem das "Participações qualificadas" controladas por grupos económicos estrangeiros</b>	<b>83,76%</b>		<b>54,46%</b>

Fonte: Eugénio Rosa (2014) pág. 2

Estas transferências de capital e de poder de decisão são um sinal da globalização, mas são também um sinal de empobrecimento do país. Um exemplo é o processo de fusão entre a Portugal Telecom (PT) e a Oi, que deixou a empresa portuguesa numa posição minoritária na nova empresa liderada pelos brasileiros e participada por ambas. Sem poder negocial, os acionistas portugueses vão ter de seguir as estratégias e prioridades definidas em São Paulo. Ainda que a PT continue a ser uma empresa portuguesa sediada em Lisboa, o seu centro de decisão está na *holding* que a tutela, com sede em São Paulo.

Se podemos ver uma alteração no padrão de investimento nas grandes empresas com a entrada de capital oriundo de países emergentes como a China e Brasil, os mercados financeiros tradicionais, como os Estados Unidos da América e os países da União Europeia, também continuam a ser importantes. Há no entanto um outro polo de investimento crescente em Portugal: o capital oriundo de Angola e que tem suscitado intensa polémica entre os portugueses. Se, como se disse, o investimento estrangeiro é bom quando produz riqueza, e mau quando retira poder de decisão às empresas nacionais, neste trabalho vamos procurar demonstrar que os capitais africanos têm mais vantagens que inconvenientes para a economia nacional.

### 6.3 – A internacionalização das empresas portuguesas

O investimento direto estrangeiro (IDE) é um dos principais impulsionadores da integração económica internacional. Num quadro político adequado, o IDE pode proporcionar estabilidade financeira e promover o desenvolvimento económico e social. É também essencial para dinamizar o mercado interno e a economia nacional. A afluência de capitais estrangeiros atrai mais capitais (pela lógica de exemplo e contágio), desencadeando um processo de crescimento económico que rapidamente se propaga a toda a economia.

De acordo com a definição da OCDE, *“O investimento direto estrangeiro reflete o objetivo de estabelecer um interesse duradouro de uma empresa residente numa economia (investidor direto) noutra empresa (empresa de investimento direto), localizada numa economia diferente da do investidor direto”* (OECD, 2008, p. 48). Não é, portanto um investimento pontual, resultante da especulação bolsista, mas implica a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor direto e a empresa destinatária desse investimento, num grau significativo de influência na gestão da empresa. Implica a titularidade direta ou indireta de 10 por cento ou mais do poder de voto. Também as ajudas dos Estados ao desenvolvimento de outros Estados, quer através de empréstimos ou apoio direto na construção de infraestruturas não pode ser considerado investimento direto estrangeiro, uma vez que se tratam de ações limitadas no tempo ou sem envolvimento direto na gestão. O investimento direto envolve, assim, a capacidade de estabelecer uma relação entre o investidor e a empresa que dê origem ao intercâmbio de conhecimento e favoreça o desenvolvimento, gerando riqueza para ambos os intervenientes.

Há vários fatores que atraem o investimento estrangeiro. O primeiro será o fato de existir já um fluxo de IDE. O capital atrai capital. Como vimos na definição de cidades globais, as empresas fortemente especializadas requerem os serviços de outras empresas, com as quais complementam a sua produção. Esse é um fator de atração de IDE, não apenas pela complementaridade, mas também pela concorrência. A existência de valores significativos de capitais estrangeiros é assim, um dos fatores de atração de mais capital (OECD, 2008).

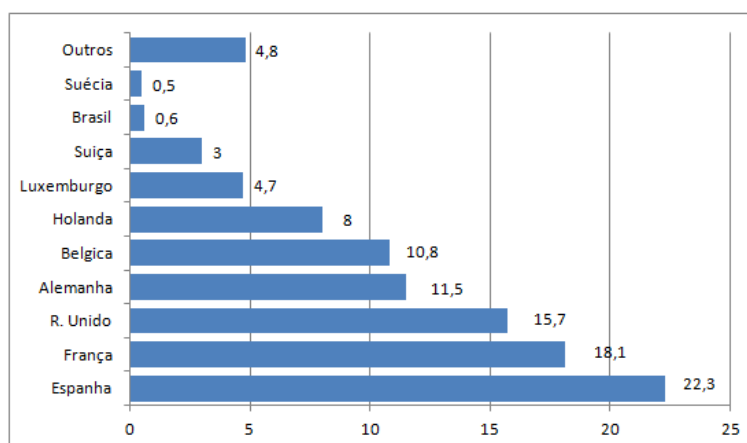
A abertura das economias nacionais e a sua interligação aos mercados mundiais são também fatores de atração. No caso de Portugal, os laços com a União Europeia, e sobretudo com grandes mercados do norte da Europa, constitui uma vantagem para os investidores fora desse espaço europeu. Por outro lado, os laços económicos, culturais e linguísticos com os países da lusofonia são decisivos para investidores europeus interessados em entrar nos mercados africanos e brasileiro (Pires, 2008; Pauliac, 2013).

O quadro legal e os incentivos fiscais também favorecem o investimento estrangeiro, assim como a qualificação e o custo da mão-de-obra. A estabilidade social e política também é valorizada pelos investidores e a existências de infraestruturas revela-se fundamental no investimento orientado para a exportação. Naturalmente que a ausência de infraestruturas, pode ser um critério de atração para as empresas que investem nesse setor, mas isso tem a ver com a oportunidade de negócio, que é também um fator de atração de IDE.

Os níveis de segurança ambiental, riscos naturais e de segurança pessoal são ainda fatores relevantes, uma vez que deles depende a fixação de quadros qualificados que asseguram o bom funcionamento da empresa. Por fim, o progresso no nível de conhecimento, investigação e formação possibilita a continuidade do investimento garantindo a renovação dos quadros, integrando a empresa no tecido empresarial local.

A estratégia adotada por Portugal para atrair investimento estrangeiro assentou inicialmente nos baixos salários, mas recentemente tem procurado afirmar-se como uma plataforma orientada para os mercados emergentes, e particularmente para os países de língua portuguesa (Brasil, Angola, Moçambique). De certo modo, estas apostas têm obtido resultados significativos no IDE. Portugal é um país claramente recetor do investimento direto estrangeiro, quer de países terceiros que procuram aqui a porta de entrada no mercado da União Europeia, como é o caso de alguns investimentos brasileiros ou chineses; quer de empresas europeias que procuram em Portugal conseguir aceder a mercados da lusofonia (Pauliac, 2013).

**Figura 9 - Países de origem do IDE em Portugal, 2013 (%)**



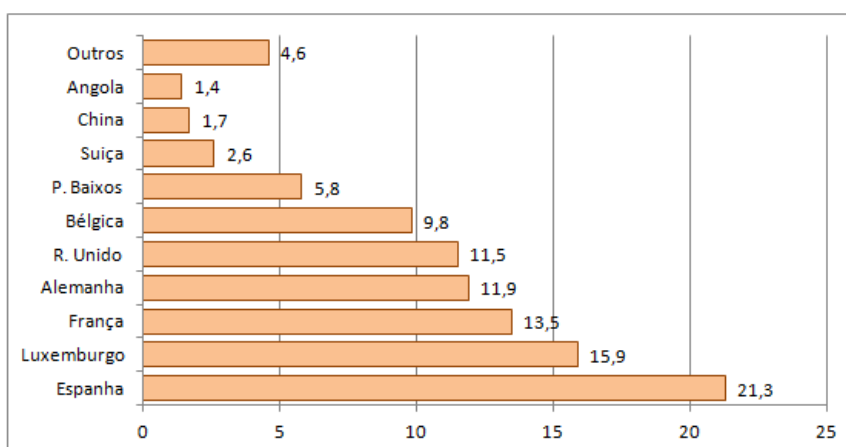
Fonte: Banco de Portugal; (AICEP, 2014). Gráfico de produção nossa.

Se os investimentos de capital extraeuropeus são mais notórios, porque têm sido mediatizados, como no caso dos investimentos de Angola na banca, media e telecomunicações (Zon, Banco BIC ou Grupo Controlinvest, por exemplo); no caso da China na energia (EDP ou REN); e no caso do Brasil (Cimpor ou PT), a grande maioria do IDE que entra em Portugal provém da Europa, e particularmente da União Europeia, com mais de 90 por cento do investimento direto estrangeiro (AICEP, 2014), (Figura 9). A Espanha é o principal gerador de investimento, com 22,3 por cento, seguido da França, Reino Unido, Alemanha, Bélgica e Holanda. A oitava posição foi ocupada pela Suíça que, embora não faça parte da União Europeia, integra o Espaço Económico Europeu.

Em 2013 o Brasil foi o primeiro investidor não-europeu, mas em 2012 foi Angola que ocupou esse lugar, (também com menos de 1 por cento do IDE em Portugal). No primeiro semestre de 2014, destaca-se o aumento do investimento angolano, e uma quebra do investimento brasileiro. É ainda notório o crescimento do IDE chinês em Portugal (Figura 10).

Os setores que receberam os maiores investimentos estrangeiros em Portugal em 2013, foram o comércio por grosso e a retalho (30,7 por cento), as atividades financeiras e de seguros (22,5 por cento) e indústria transformadora (20,3 por cento), (AICEP, 2014).

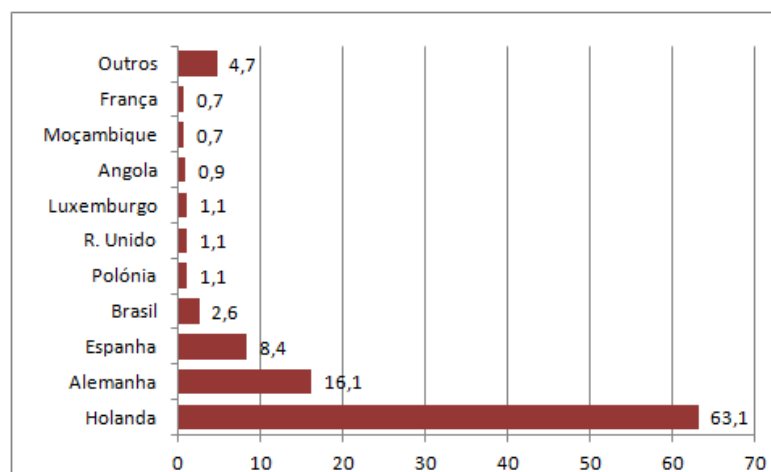
**Figura 10 - Países de origem do IDE em Portugal, 1.º semestre 2014 (%)**



Fonte: Banco de Portugal; (AICEP, 2014). Gráfico de produção nossa.

Quando olhamos para o gráfico referente ao investimento direto de Portugal no estrangeiro (IDPE), (Figura11), não se percebe de imediato o peso desse investimento em África. De facto, estes números são distorcidos pela localização, por razões fiscais, das sedes de grandes empresas portuguesas na Holanda (Lopes & Simões, 2012). Assim, não surpreende que 63,1 por cento do investimento português tenha sido dirigido à Holanda (69 por cento em 2012), muito à frente de Angola (0,9 por cento), Moçambique (0,7 por cento), ou mesmo Brasil (2,6 por cento). Apesar de tudo, se excluirmos o investimento resultante dessas transferências de capital por razões fiscais, podemos identificar uma estratégia de diversificação de investimentos nos países emergentes lusófonos (AICEP, 2014).

**Figura 11 - Países de destino do IDPE em 2013 (%)**

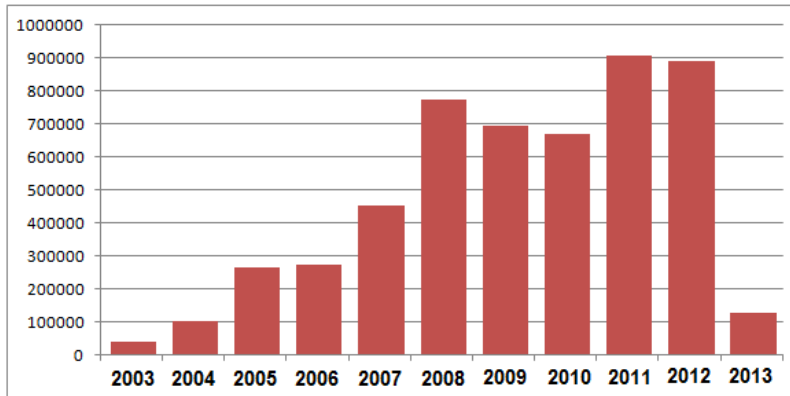


Fonte: Banco de Portugal; (AICEP, 2014). Gráfico de produção nossa.

O sector financeiro foi o destino de 86 por cento do investimento Português no estrangeiro em grande parte resultante das aplicações financeiras nas *holdings* das empresas portuguesas com sede na Holanda. Para percebermos qual o peso real do investimento direto de Portugal estrangeiro, teremos de olhar para lá das estratégias fiscais das empresas portuguesas e identificar o investimento em cada um dos países. Por exemplo em Angola.

Uma das observações que se destacam é a evolução do investimento ao longo da última década, reveladora do interesse dos empresários portugueses naquele país africano. Entre 2003 e 2013, o valor médio anual do investimento direto de Portugal em Angola foi de 472.8 milhões de euros e o desinvestimento de 521.8 milhões de euros (BPI, 2014). A crise económica que desde 2010 obrigou a uma forte desalavancagem da economia travou o investimento no exterior de muitas empresas portuguesas. Isso é notório quando observamos a evolução do IDPE em Angola (Figura 12).

**Figura 12 - Fluxos de IDPE (Angola) 2003-2013**



Fonte: Banco de Portugal; (BPI, 2014). Gráfico de produção nossa.

Nota: valores em milhares de euros.

Se olharmos para os fluxos de IDPE em Angola por setores de atividade (Tabela 10), também podemos constatar uma mudança apreciável ao longo da última década.

**Tabela 10 - Fluxos de IDPE por setor de atividade (Angola), 2003-2013**

(% do IDPE bruto total)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Actividades financeiras e de seguros</b>	76.3%	79.3%	68.2%	81.1%	32.1%	24.2%	20.4%	39.7%	61.6%	57.2%	46.8%
<b>Comércio por grosso e a retalho; reparação automóveis e motociclos</b>	4.2%	2.0%	0.7%	2.1%	29.6%	21.4%	17.7%	24.5%	16.1%	25.4%	33.6%
<b>Construção</b>	4.2%	2.1%	25.1%	5.8%	34.3%	50.9%	59.2%	33.1%	17.7%	16.6%	18.0%
<b>Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b>	1.1%	8.7%	3.1%	0.4%	0.6%	0.8%	0.7%	1.0%	0.6%	0.1%	2.1%
<b>Actividades imobiliárias</b>	0.2%	0.0%	0.0%	0.3%	0.0%	0.1%	0.1%	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%
<b>Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio</b>	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%
<b>Actividades de informação e de comunicação</b>	0.4%	0.1%	0.0%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%
<b>Indústrias transformadoras</b>	9.5%	5.6%	1.5%	3.0%	1.7%	0.9%	1.4%	0.5%	0.4%	0.1%	-0.3%
<b>Outros Sectores</b>	4.0%	2.2%	1.4%	7.1%	1.7%	1.7%	0.4%	1.1%	3.5%	0.5%	-0.7%
<b>Total</b>	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Fonte: BPI, 2014, página 99.

A presença portuguesa está muito concentrada em setores associados às atividades financeiras e de seguros, comércio por grosso e a retalho e à construção que conjuntamente representavam 98.5 por cento do investimento português em Angola (BPI, 2014). Porém, ao longo da última década podemos apreciar uma mudança do setor da construção para o comércio, a par de uma redução do investimento no setor financeiro. Naturalmente que esta transformação poderá estar relacionada com a redução dos fluxos, em virtude da desaceleração da economia portuguesa, mas também é verdade que esta tem sido uma tendência ao longo da última década, o que poderá significar uma mudança nas estratégias empresariais portuguesas para Angola.

No que respeita a investimento no exterior (Outward) com origem em Angola, entre 2010 e 2012 registou-se um aumento progressivo do investimento, tendo Portugal como principal destino.

## 6.4 Análise da amostra das empresas

Para aferir como se distribui o tecido empresarial português estudámos as maiores empresas em 24 setores de atividade em Portugal. O ponto de partida para a seleção da amostra foi o estudo que o Diário Económico (2013) elabora regularmente, classificando as empresas portuguesas de acordo com o seu volume de negócios. A partir desse critério, o Diário Económico produz a lista das “1000 Maiores Empresas” e, a partir dela destaca “As 5 Maiores Empresas Por Sector” que lideram os principais setores de atividade.

Assim, partindo da edição de 3 de dezembro de 2013 das “1000 Maiores Empresas” (Diário Económico, 2013) trabalhamos uma amostra de 118 empresas (Tabela 11), cinco por cada setor de atividade não financeira em Portugal (exceto o setor da Indústria Extrativa que apenas tem três empresas entre as mil maiores). Com essa amostra analisámos a internacionalização das empresas portuguesas, verificando através das suas páginas Internet a presença no estrangeiro e, sempre que foi necessário, cruzámos essa informação com notícias referentes à sua atividade no estrangeiro. Nesta tabela contabiliza-se a presença ou ausência das empresas no critério indicado, e não o número de projetos em que a empresa investiu.

Em primeiro lugar destacamos o peso que as empresas analisadas têm no tecido produtivo, dado que 55,9 por cento delas estão entre as 100 maiores empresas portuguesas<sup>26</sup>, ou seja, tiverem em 2012 um volume de negócios igual ou superior a 243.832.307 de euros. Abaixo desse valor ficaram 44,1 por cento das empresas identificadas na amostra. Não é portanto uma amostra das 100 maiores empresas portuguesas, mas um estudo que abrange um grupo heterogéneo do 1.º lugar ao 839.º da lista das 1000 maiores empresas portuguesas.

---

<sup>26</sup> A lista das “100 Maiores Empresas” foi produzida por nós a partir da lista das “1000 Maiores Empresas” do Diário Económico (2013), numa edição simplificada para ser mais facilmente consultada e que se anexa a este trabalho.

**Tabela 11 - Empresas portuguesas, caracterização da amostra**

Setores de atividade	n.º Empresas	n.º Empresas nos 100+	n.º Empresas fora 100+	n.º Empresas c/IDPE	n.º Empresas c/ I. Africa	n.º Empresas c/ I. Angola
Alimentação Bebidas e Tabaco	5	5	0	1	1	1
Automóvel	5	5	0	0	0	0
Comercio e Retalho	5	5	0	1	0	0
Construção	5	5	0	4	4	4
Eletricidade, Água e Gás	5	5	0	1	1	2
Eletrónica e Mecânica	5	5	0	1	1	1
Papel, Celulose, Cartão e Gráficas	5	5	0	1	1	1
Petrolífera e Combustíveis	5	5	0	1	1	1
Telecomunicações	5	5	0	2	2	2
Transportes	5	5	0	3	3	1
Farmacêutico	5	4	1	0	0	0
Químico	5	3	2	2	0	0
Produtos Minerais	5	2	3	3	2	2
Serviços	5	2	3	1	1	1
Borracha e Matérias Plásticas	5	1	4	1	1	1
Hotelaria, Turismo e Restauração	5	1	4	0	0	0
Industria Extrativa	3	1	2	1	1	1
Madeira e Cortiça	5	1	4	1	0	0
Produtos Metálicos e Aço	5	1	4	2	1	1
Agricultura e Pescas	5	0	5	1	1	0
Industria Transformadora	5	0	5	1	0	0
Informática	5	0	5	0	0	0
Media	5	0	5	2	2	2
Têxtil, Vestuário e Calçado	5	0	5	1	0	0
total	118	66	52	31	23	21

Fonte: Sítios da Internet das várias empresas. Produção nossa.

Num primeiro relance podemos verificar que quase todos os setores de atividade, presentes na amostra, têm empresas que investem no estrangeiro. Apenas os setores do Automóvel, Industria Farmacêutica, Informática, Restante Industria Transformadora e Hotelaria e Turismo não têm empresas com IDPE. Evidentemente que isso não quer dizer que esses setores não invistam no estrangeiro, significa apenas que as cinco maiores empresas do setor não têm IDPE. E podem não ter por várias razões: ou porque são empresas orientadas para uma missão nacional, ou porque já fazem parte da ramificação de IDE de uma multinacional. É o caso, da Auchan Portugal Hipermercados, ou da Autoeuropa, ambas integradas em empresas estrangeiras, e orientadas para o mercado nacional ou para a exportação, mas não para se internacionalizarem abrindo sucursais no estrangeiro. Mas também a EP - Estradas de Portugal, que lidera o setor Construção, tem uma vocação claramente nacional, apesar de estar à frente do setor que é de longe o mais internacionalizado. Um outro exemplo pode encontrar-se no setor dos Serviços: quando poderíamos ser levados a pensar que este seria um dos setores com potencial para maior internacionalização, verificamos

que a presença de gigantes do setor da saúde como o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra; o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental e o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira preenchem três dos cinco lugares das maiores empresas da área dos Serviços.

Se compararmos a tabela 11, referente à nossa amostra, com a tabela 10 referente aos dados de IDPE divulgados pelo Banco de Portugal, verificamos que ao longo da última década houve um aumento crescente no investimento no setor do Comércio e Reparação de Automóveis e, no entanto nenhuma das cinco maiores empresas destes setores tem investimentos em Angola. O que revela que não são as grandes empresas (destas duas áreas) que estão a investir em África. No setor do Comércio, na nossa amostra, apenas o grupo Jerónimo Martins tem investimentos no estrangeiro, na Polónia e Colômbia.

Percebemos que a internacionalização não está relacionada com volume de negócios ao verificar que as empresas com IDPE se distribuem de igual modo, quer o setor a que pertencem seja constituído apenas por empresas entre as 100 maiores ou, pelo contrário, sejam constituídos maioritariamente por empresa fora desse grupo. Há, no entanto áreas onde o investimento no estrangeiro é mais importante como a Construção, Telecomunicações, Transportes e Produtos Minerais.

De uma maneira geral as empresas portuguesas estudadas têm uma rede densa de relações, espalhada por todos os continentes (Figura 13). Das 118 empresas da amostra, 31 têm investimentos no estrangeiro, das quais 23 têm investimentos em África. De sublinhar que há empresas que estão presentes em vários países, e por vezes em várias cidades de vários países. De sublinhar, por fim o interesse no investimento em Angola. Do total de empresas da amostra presentes em África, apenas 2 não estão em Angola: a PSF Portucel Soporcel Florestal, que tem uma exploração florestal em Moçambique, e a Sonae Industria, que tem atividade na África do Sul. A EDP, embora tenha sido considerada como presente em Angola (porque o anuncia também no seu sitio Internet), tem, por enquanto uma presença através da Fundação EDP, apoiando a instalação de painéis fotovoltaicos em zonas rurais do território angolano. Não sendo uma presença comercial, é uma presença institucional, e por isso foi considerada.

**Figura 13 - Repartição espacial das filiais no estrangeiro das empresas estudadas**



Fonte: Sítios da Internet das várias empresas. Produção nossa.

Avaliando a repartição das empresas analisadas por regiões verificamos que o continente africano é aquele onde as empresas da amostra têm mais presença, mais que na Europa e muito mais do que na América Latina (Tabela 12). Importa no entanto voltar a sublinhar que esta tabela mostra a presença da empresa em cada país. Quer dizer que se a Mota-Engil tem 5 filiais no continente africano, isso significa que a empresa está presente em 5 países de África. Todavia, só em Angola a Mota-Engil tem 12 empresas do seu grupo, uma delas é a empresa-mãe, mas outras são empresas que complementam a sua atividade, e algumas são exclusivamente angolanas. Infelizmente nem todas as empresas detalham nas suas páginas na Internet o tipo de investimento que têm no estrangeiro, e apenas as sociedades cotadas em bolsa apresentam os relatórios anuais onde essa dúvida pode ser esclarecida, por isso, essa informação não pode ser considerada no estudo.

**Tabela 12 - Presença das empresas portuguesas no estrangeiro**

Sede	Empresa	Setor	Numero de filiais da empresa por Regiões							Total
			Europa	Am. Norte	Am. Sul	Africa	Medio O.	Asia	Oceânia	
Setúbal	PSF Portucel Soporcel Florestal	Agr. e Pescas				1				1
Porto	Lactogal	Alim., Bebidas e Tabaco				1				1
V. N. de Famalicão	Continental Mabor	Borracha e Mat. Plásticas				1				1
Lisboa	Pingo Doce	Comercio e Retalho	1		1					2
Oeiras	Zagope	Construção				11	4	1		16
Oeiras	Teixeira Duarte Eng. e Construções	Construção	3		2	7		1		13
Porto	Mota-Engil	Construção	7	2	3	5				17
Porto	Soc. de Construções Soares da Costa	Construção			1	2				3
Lisboa	EDP Energias de Portugal	Electr., Água e Gás	7	1	1	1				10
Porto	JP Sá Couto	Electrónica e Mecânica				1				1
Funchal	Sonacergy	Ind. Extrativa				1				1
Cascais	Alcatel - Lucent Portugal	Ind. Transformadora				1				1
Maia	Sonae Industria	Madeira e Cortiça	4	1		1				6
Lisboa	Rádio e Televisão de Portugal	Media				1				1
Lisboa	Sport TV Portugal	Media				1				1
Setúbal	Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel	Papel, Cel., Cartão e Gráficas				1				1
Lisboa	Petróleos de Portugal - Petrogal	Petrolífera e Combustíveis	1		3	10			1	15
V. de Cambra	Ferpinta Industrias de Tubos de Aço	Prod. Metálicos e Aço	1			2				3
V. de Cambra	Colep Portugal	Prod. Metálicos e Aço			1					1
Avintes	BA Vidro	Prod. Minerais	2							2
Lisboa	Secil - Comp. Geral de Cal e Cimento	Prod. Minerais				2	1			3
Lisboa	Cimpor - Indústria de Cimentos	Prod. Minerais			3	5				8
Oeiras	CUF Químicos Industriais	Químico	3							3
V. F. de Xira	ADP Fertilizantes	Químico	1		1					2
Maia	EFACEC Engenharia e Sistemas	Serviços	4	1	3	6		4		18
Lisboa	PT Comunicações	Telecomunicações	1		1	6			1	9
Lisboa	Zon TV Cabo Portugal	Telecomunicações				1				1
Maia	Optimus - Comunicações SA	Telecomunicações								0
V. N. de Famalicão	Coindu	Têxtil, Vest. e Calçado	1							1
Cascais	Brisa Concessão Rodoviária	Transportes	2	1				1		4
Lisboa	Transportes Aéreos Portugueses	Transportes	22	1	4	9				36
Lisboa	ANA - Aeroportos de Portugal	Transportes						1		1
<b>Total</b>			<b>60</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>77</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>183</b>

Fonte: Sítios da Internet das várias empresas. Produção nossa.

**Figura 14 - Repartição espacial das filiais em África das empresas estudadas**



Fonte: Sítios da Internet das várias empresas. Produção nossa.

Das 77 filiais que as empresas analisadas tinham e África, 21 estavam em Angola, sobretudo em Luanda, 11 em Moçambique e 6 em Cabo Verde. Argélia, Marrocos e Africa do Sul tinham 4 filiais de empresas portuguesas cada; São Tomé e Príncipe e Namíbia, 3 filiais cada; e 2 filiais na Tunísia, Guiné-Equatorial, Malawi e Mali. As restantes estavam espalhadas por outros 11 países africanos (Figura 14).

Como este trabalho pretende verificar a conexão entre Lisboa e as cidades africanas, particularmente Luanda, refizemos a tabela anterior, agora só com as empresas com sede em Lisboa (Tabela 13).

**Tabela 13 - Presença das empresas de Lisboa no estrangeiro**

Sede	Empresa	Setor	Numero de filiais da empresa por Regiões						Total	
			Europa	Am. Norte	Am. Sul	África	Medio O.	Ásia		Oceânia
Lisboa	Pingo Doce	Comercio e Retalho	1		1					2
Lisboa	EDP Energias de Portugal	Electr., Água e Gás	7	1	1	1				10
Lisboa	Radio e Televisão de Portugal	Media				1				1
Lisboa	Sport TV Portugal	Media				1				1
Lisboa	Petróleos de Portugal - Petrogal	Petrolífera e Combustíveis	1		3	10			1	15
Lisboa	Secil - Comp. Geral de Cal e Cimento	Prod. Minerais				2	1			3
Lisboa	Cimpor - Industria de Cimentos	Prod. Minerais			3	5				8
Lisboa	PT Comunicações	Telecomunicações	1		1	6			1	9
Lisboa	Zon TV Cabo Portugal	Telecomunicações				1				1
Lisboa	Transportes Aéreos Portugueses	Transportes	22	1	4	9				36
Lisboa	ANA - Aeroportos de Portugal	Transportes						1		1
<b>Total</b>			32	2	13	36	1	1	2	87

Fonte: Sítios da Internet das várias empresas. Produção nossa.

Uma evidência, desde logo é o número de empresas com a sua atividade centrada na capital portuguesa. Das 31 empresas da amostra, com presença no estrangeiro, 11 têm sede em Lisboa e 9 têm uma filial em Luanda (relembramos que à exceção da PSF e da Sonae Industria, com sede em Setúbal e na Maia respetivamente, todas as empresas que estão presentes em África têm escritório em Luanda). Ou seja: um terço das empresas da amostra, com investimentos no estrangeiro está em Lisboa; e cerca de metade das empresas presentes em Luanda (9 em 21) têm sede na capital portuguesa. Se traçarmos o mapa das conexões entre Lisboa e as cidades africanas reparamos que a presença de empresas com sede em Lisboa tem uma distribuição semelhante ao conjunto da amostra nacional (Figura 15). Das 37 filiais em países africanos de empresas com sede em Lisboa, 9 filiais estão em Luanda; 4 em Moçambique e 4 em Cabo Verde; Marrocos, Namíbia e São Tomé e Príncipe têm duas filiais cada, e as restantes estão distribuídas por 18 países africanos.



## **7 Angola – O acordar do gigante**

### **7.1 Os novos polos de crescimento económico**

Angola tem sido um dos países com a maior taxa de crescimento económico do mundo. Entre 2005-2007 chegou a registar uma progressão na ordem dos 20 por cento ao ano, mas a crise de 2008, que atingiu sobretudo as economias avançadas, travou o crescimento da economia angolana (AICEP, 2012). Esse abrandamento foi ainda mais acentuado nos últimos anos, em resultado da estabilização nos preços do petróleo, a principal fonte de receita do país.

Esse período de crescimento contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos angolanos, depois de uma sangrenta guerra civil. Nos últimos 15 anos quase metade da população saiu da pobreza, o que representa uma evolução notável, no continente africano. O estudo de Simon Freemantle (2014) realizado para o Standard Bank, revelou que 46 por cento dos angolanos tinha em 2013 um rendimento igual ou superior a dois dólares por dia. Em 2000 estavam nessa situação apenas 8% da população angolana.

Mas se ainda hoje 54 por cento dos angolanos vivem abaixo da linha de pobreza, o número de famílias da classe média saltou de 112 mil em 2000, para 900 mil em 2014. Segundo as previsões do banco sul-africano, em 2030 serão quase 2 milhões de famílias, cobrindo 32 por cento da população (Freemantle, 2014). O estudo sublinha ainda que Angola é dos poucos países da África Subsaariana a conseguir conjugar o aumento da população com uma melhoria das condições de vida.

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem sido um dos fatores associados a esse crescimento, demonstrando um elevado potencial na modernização da economia e na criação de emprego. Entre 2007 e 2011, Angola recebeu 60,6 mil milhões de dólares (USD) de investimento direto estrangeiro, a que corresponde uma média anual de cerca de 12,1 mil milhões de dólares (USD), (AICEP, 2012). Porém, desde 2012 o país tem vindo a registar uma desaceleração nesse investimento, com os fluxos de IDE a recuar quase 3 mil milhões de dólares (USD) relativamente a valores de anos

anteriores. Em 2012, as propostas de investimento aprovadas totalizaram mais de 2,44 mil milhões de dólares (USD), (AIP; PwC, 2014).

Das razões apontadas para esta descida está a obrigação em contratar parceiros locais, e muitas vezes os projetos não conseguem materializar esse apoio apesar da forte procura (UNCTAD, 2014). Também a recuperação do investimento anteriormente realizado e a falta de liquidez de alguns investidores internacionais explicam a descida do IDE em Angola (AIP; PwC, 2014).

Uma das evidências que sobressai no investimento direto estrangeiro em Angola é o papel da indústria petrolífera como polo de atração. As atividades não-petrolíferas tiveram um interesse modesto, com o investimento a recair sobre a indústria transformadora, agricultura, e reabilitação das infraestruturas. Apesar de tudo, já em 2010 se notava uma mudança no tipo de investimento, como podemos observar comparando as grandes multinacionais presentes em Angola em 2001 e em 2010 (Tabela 14), onde podemos observar o aumento de empresas de serviços face à indústria extrativa.

**Tabela 14 - Firmas da lista 'Fortune 500' presentes em Angola em 2001 e 2010**

Firmas da lista Fortune 500 presentes em Angola em 2001 e 2010	
2001	2010
ABB,	A.P. Moller-Marsk,
Chevron,	Total,
Imperial Chemical Industries,	BP,
Johnson & Johnson,	Banco Santander,
Phillips Petroleum,	Royal Dutch Shell,
Pfizer,	HSBC,
Texaco,	ABB,
Total-Fina-Elf,	Akzo Nobel,
Toyota Tsusho,	Bouygues,
Suez,	Deutsche Post,
Sodexo Alliance	Nestlé,
	Sodexo,
	Sumitomo Corporation,
	Vinci
Total: 11	Total: 14

Fonte: UNCTAD (2013), produção nossa

Portugal foi o país estrangeiro com o maior número de investimentos aprovados, num total de 489 milhões de dólares (USD) em 2012, mas no primeiro trimestre de 2013 a China a passou ser a principal fonte de investimento em Angola, com 30 milhões USD. Portugal surge em segundo lugar com investimentos de 11

milhões de dólares (USD), (AIP; PwC, 2014). No caso dos investimentos portugueses em 2012, estes foram orientados sobretudo para as atividades de seguros e fundos de investimento e, em menor proporção para projetos de construção de edifícios, comércio por grosso e a retalho e ainda na fabricação de diversos produtos, como cimento, cerveja e malte, artigos de plástico, de entre outros, (AIP; PwC, 2014).

Porém, a economia angolana continua muito dependente do petróleo. O setor petrolífero representa ainda cerca de 45 por cento da estrutura do PIB e 60 por cento das receitas fiscais. O peso nas exportações ultrapassa os 90 por cento deixando a economia angolana muito vulnerável às flutuações nos mercados petrolíferos (AIP; PwC, 2014). O país tem respondido à descida do preço do petróleo, com o aumento da produção. Em 2015 a produção diária de barris de petróleo em Angola deve chegar aos dois milhões de barris por dia, o que, segundo a agência de notação financeira Moody's, *“mitigaria o impacto negativo nas receitas estatais de uma pequena descida do preço do petróleo a médio prazo”* (ANIP, 2014), mas só a diversificação da estrutura económica libertará a economia do peso do setor petrolífero.

Atualmente o governo angolano tem em curso um plano nacional de desenvolvimento (PND) que prevê a descida progressiva do peso do setor petrolífero no PIB, dos atuais cerca de 45 por cento, para 27 por cento em 2017. Para isso, o governo está apoiar o desenvolvimento das exportações, incentivando a criação de nichos de mercado no comércio internacional, e sobretudo na sua área de influência económica que são os países da SADC<sup>27</sup> e da CEEAC<sup>28</sup>.

Na análise do PIB por setores, os dados estatísticos de 2012, divulgados pelo Banco Mundial, dão conta de um acentuado crescimento no setor do comércio, que representava 21,7 por cento do PIB e o segundo setor depois do petróleo. Esse crescimento foi continuado ao longo dos últimos quatro anos, e de acordo com as projeções, deverá manter-se nos anos seguintes.

---

<sup>27</sup> SADC - *Southern Africa Development Community*, ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral organização económica que reúne África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

<sup>28</sup> CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da Africa Central, comunidade para a cooperação económica entre 18 Estados africanos (Burundi, Camarões, Republica Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné-Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Republica Democrática do Congo e Angola)

A agricultura também é importante no peso do PIB em Angola, representa 10,5 por cento e o governo tem vindo a apoiar novos investimentos no setor, nomeadamente através de incentivos, linhas de financiamento, forte investimento público e uma forte campanha de marketing apelando à preferência por produtos nacionais.

O setor da construção, com 8,4 por cento do PIB, tem sido impulsionado pela forte aposta do Governo na reconstrução e requalificação das infraestruturas de apoio enquanto o setor industrial com apenas, 6,5 por cento no PIB, poderá representar uma oportunidade de crescimento, num mercado caracterizado pela grande dependência das importações (AIP; PwC, 2014).

## **7.2 O negócio da banca**

Do ponto de vista financeiro, o sector bancário angolano tem tido um crescimento assinalável. Entre 2003 e 2012, Angola atraiu 135 projetos na área da Banca, dos quais 76 por cento oriundos de Portugal. Também o peso relativo do setor na totalidade dos projetos apresentados tem crescido paulatinamente, de 6,8 por cento dos projetos de IDE aprovados em 2003, para 9 por cento em 2012.

Hoje, o setor bancário angolano é o terceiro maior na África Subsariana, atrás da África do Sul e da Nigéria. Angola possui 23 instituições bancárias autorizadas pelo Banco Nacional de Angola, das quais 3 são detidas pelo Estado angolano. O país é um dos poucos da África Austral com um sistema financeiro concorrencial, com vários bancos a operar no mercado, com estruturas acionistas diversificadas e aberto a investidores internacionais, privados, além do setor público (Tabela 15).

Os cinco maiores bancos são o Banco Angolano de Investimento (BAI), o Banco Espírito Santo Angola (BESA), o Banco de Fomento Angola (BFA), o Banco de Investimento Comercial (BIC) e o Banco de Poupança e Crédito (BPC) que no seu conjunto controlam mais de 80 por cento do total dos ativos bancários, depósitos e empréstimos em Angola.

**Tabela 15 - Bancos a operar em Angola**

ANGOLA: BANCOS COMERCIAIS AUTORIZADOS		
NOME	OPERAÇÃO EM PORTUGAL	PRINCIPAIS ACCIONISTAS
Banco Angolano de Investimentos, S.A. BAI	Banco Angolano de Investimentos (BAI Europa)	Sonangol (8,5%)
Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A. BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC)	Gen. Kundi Paima (41%)
Banco BAI Micro Finanças, S.A. BMF		Sonangol (19%)
Banco BIC, S.A. BIC	Banco BIC Portugal	BIC Port: Isabel dos Santos (25%); Américo Amorim (25%)
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. BCGTA		Caixa Geral de Depósitos, Portugal
Banco Comercial Angolano, S.A. BCA		Sadino Lda (13%); Salomão Xirimimbi (11%)
Banco Comercial do Huambo, S.A. BCH		Natalino Lavrador (51,5%)
Banco de Comércio e Indústria, S.A. BCI		Estatal (91%)
Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A. BDA		Estatal
Banco de Fomento Angola, S.A. BFA		Grupo BPI, Portugal (50,1%); Unitel S.A. (49,9%)
Banco de Negócios Internacional, S.A. BNI	Banco de Negócios Internacional Europa (BNI Europa)	Mário Palhares (26%); Gen João de Matos (11,6%); BCI (10%)
Banco de Poupança e Crédito, S.A. BPC		Estatal
Banco de Poupança e Promoção Habitacional, S.A. BPPH		Sonangol (50%)
Banco Espírito Santo Angola, S.A. BESA		Novo Banco, Portugal (51,94%)
Banco Keve, S.A. KEVE		50 accionistas. A participação mais elevada é de 6,95%
Banco Kwanza Investimento, S.A. BKI		José Filomeno Santos; Jean-Claude Morais
Banco Millennium Angola, S.A. BMA		BCP, Portugal (25,7%); Sonangol (31,5%); Banco Privado Atlântico (15,8%)
Banco Privado Atlântico, S.A. BPA	Atlântico Europa	Sonangol; Carlos da Silva
Banco Sol, S.A. BSOL		Sansul SA (45%); Sebastião Lavrador (10,4%)
Banco Valor, S.A. BVB		Rui Miguêns Oliveira (20%); Jorge Leitão (19,5%)
Banco VTB África, S.A. VTB		VTB, Rússia
Finibanco Angola, S.A. FNB		Montepio Geral, Portugal (60%)
Standard Bank de Angola, S.A. SBA		Standard Bank, África do Sul (51%)
Standard Chartered Bank de Angola, S.A. SCBA		Standard Chartered (60%)

Fonte: BNA (Banco Nacional de Angola, 2014) e relatórios de contas de cada banco. Produção nossa.

Da tabela que apresentámos podemos perceber ainda que o sistema financeiro angolano possui fortes ligações (comerciais e/ou acionistas) com os grupos bancários portugueses, nomeadamente através de investimentos do Banco BPI, Caixa Geral de

Depósitos (CGD), Novo Banco (ex-BES) e Millennium BCP e mais recentemente, mas de sentido oposto, o BIC em Portugal. Mas a banca angolana também tem uma presença significativa em Portugal quer pelas fortes ligações comerciais e acionistas com os grupos bancários portugueses, quer por estarem a operar diretamente no mercado português. Ao todo existem cinco bancos angolanos com licença para operar em Portugal, sendo os mais recentes o BNI Europa, instalado em julho de 2014 e o BANC desde novembro de 2013. Dos outros três, o mais implantado no sistema bancário português é o Banco BIC Portugal, em grande parte pela aquisição do BPN, e que aprestou no primeiro semestre de 2014 um resultado líquido de 3,63 milhões de euros. Em segundo lugar o Atlântico Europa, com um resultado líquido, no primeiro semestre, de 2,87 milhões de euros e por fim o BAI com um resultado líquido de 2,56 milhões de euros (Villalobos, 2014).

De destacar ainda a importância dos acionistas angolanos nas grandes empresas portuguesas, não apenas na banca, mas também noutros setores importantes como a comunicação social (Tabela 16). Particularmente relevantes são também as ligações a familiares e conselheiros próximos do presidente angolano José Eduardo dos Santos.

Isabel dos Santos, filha do presidente angolano, possui 19,5 por cento do banco BPI; 25 por cento do banco BIC e 25 por cento da Zon/Optimus (agora NOS). Tem ainda um acordo com a Sonae para implementar a cadeia de supermercados Continente em Angola (Jornal de Negócios, 2013).

A Sonangol, companhia estatal de petróleo, investiu no Millennium BCP onde controla 19 por cento do banco, e também adquiriu uma participação na Galp, a companhia energética portuguesa, onde através da *holding* Esperanza, detida em 55 por cento pela Sonangol e 45 por cento por Isabel dos Santos, controla por sua vez 45 por cento da Amorim Energia que por seu turno detém 38,34 por cento da Galp (como vimos na tabela 9). Esta complicada estrutura acionista dá, segundo as contas feitas pelo Jornal de Negócios, cerca de 15 por cento da Galp para os acionistas angolanos (Jornal de Negócios, 2013).

Os grupos angolanos estão ainda presentes na comunicação social, com participações na Cofina e Controlinveste empresas detentoras de influentes jornais de

difusão nacional e estações de radiodifusão como Diário de Notícias, Jornal de Notícias, semanário Sol, jornal i, Correio da Manhã, Jornal de Negócios e TSF.

**Tabela 16 – Empresas portuguesas com investidores angolanos**

Empresa	Sector	Accionista angolano	Posição accionista
Galp	Energia	Esperaza	15%
Zon Optimus	Telecomunicações	Isabel dos Santos	25%
BPI	Banca	Isabel dos Santos	19,50%
BCP	Banca	Sonangol	19,44%
BCP	Banca	Interoeânico	2%
Cofina	Comunicação social	Newshold	15%
Impresa	Comunicação social	Newshold	1%
BIC	Banca	Isabel dos Santos	25%
BIG	Banca	General Kopelipa	10,19%
Quintas da Serra e da Pedro Cavada	Vitínicola	General Kopelipa	100%
Cofaco	Indústria conserveira	Newshold	80%
Coba	Engenharia e ambiente	Primagest	70%
Cosntrutora do Tâmega	Construção	António Maurício	100%
Central Frutas do Painho	Frutícola	Tzhizé dos Santos	30%
Vinhos Benigno	Vitivinícola	António Evaristo	100%
Tobis	Cinema	Filmdrehtsich	100%
Oeleoga	Indústria do azeite	Monteiro Pinto Kapunga	Desconhecida
Prébuild	Construção	Desconhecido	Desconhecida
Sopor	Combustíveis	Sonangol	49%
Viauto	Comércio automóvel	Hélder Vieira Dias "Junior"	100%
Holding com a EDP de designação desconhecida	Energia	Sonangol, BPA e Finicapital	70%
Controlinveste	Comunicação social	António Mosquito	Por definir
SAD do Sporting	Desporto	Holdimo	23%

Fonte: Jornal de Negócios 15 de outubro de 2013

### 7.3 Os fluxos de pessoas

Um dos critérios das cidades globais é o movimento transnacional de pessoas. Um bom indicador é o tráfego de passageiros nos aeroportos. Perceber de onde vêm e para onde vão revela a rede de relações. No caso de Lisboa, o tráfego é essencialmente dentro a União Europeia e no espaço Schengen. Todavia, quando olhamos para fora do espaço europeu constatamos que o continente africano começa a ser um destino relevante para as ligações aéreas com origem em Lisboa. Particularmente Luanda surge como a principal ligação com Lisboa.

Analisando a distribuição de passageiros transportados em tráfego regular, constatamos que os destinos no Espaço Schengen correspondem a mais de metade dos passageiros transportados (Tabela 16). Embora neste grupo estejam incluídos os passageiros transportados para outros aeroportos nacionais, grande parte do tráfego corresponde a passageiros com origem e destino de aeroportos espanhóis. África surge em terceiro lugar, depois das rotas sul americanas. Ainda assim é de assinalar que foi das poucas regiões a registar um crescimento relativamente ao ano anterior (INAC, 2013).

**Tabela 17 - Distribuição de passageiros por regiões (tráfego regular)**

LISBOA	2012	2011	Var.
	%	%	%
UE- Schengen	63,7	64,3	-0,6
UE n/Schengen	9	9,2	-0,2
Shengen n/UE	5,5	5,5	0
Europa n/UE	0,4	0,4	0
América N.	3,1	2,9	0,2
América S.	10,1	10,4	-0,3
África	6,7	6,4	0,3
Asia Pacífico	1,5	0,8	0,7

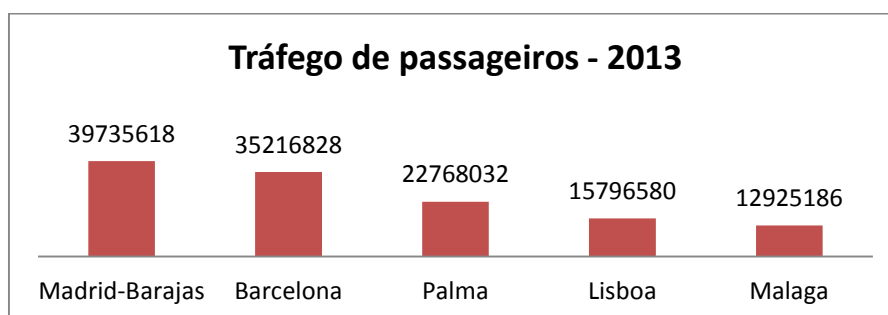
Fonte: INAC, 2013. Produção própria

A ligação de Madrid é a mais importante para o aeroporto de Lisboa, em 2012 transportou 1.107.920 passageiros. A segunda rota mais importante foi a do Funchal, com 754.998 passageiros um pouco à frente de Paris com 737.560 passageiros. Mas se contabilizarmos os passageiros transportados para os três aeroportos londrinos (Heathrow, Gatwick e Luton), a conexão entre Londres e a capital do Reino Unido regista 1.061.512 passageiros e sobe para o segundo lugar no movimento de passageiros de e para Lisboa. Com valores bastante menores surgem os aeroportos brasileiros de São Paulo e Rio de Janeiro, com 250 a 270 mil passageiros no ano de 2012 (INAC, 2013). Estes números revelam claramente a conectividade de Lisboa ao espaço europeu e particularmente a Madrid, Londres e Paris, as cidades com as quais mantém laços fortes. As conexões africanas são mais fracas, embora se possam destacar três destinos relevantes. Em primeiro lugar Casablanca em Marrocos, Luanda em Angola, e Cidade da Praia em Cabo Verde. Luanda merece todavia um destaque especial, não apenas porque é objeto de análise neste trabalho, mas porque foi a rota

onde se registou a maior taxa de crescimento no número de passageiros transportados: 11,3 por cento (INAC, 2013). Essa tendência está a manter-se em 2014, Só no primeiro semestre já foram transportados 153.535 passageiros, representando um crescimento de 10,9 por cento relativamente ao período homólogo (INAC, 2014). A rota de Luanda Lisboa é operada por apenas duas companhias aéreas, a portuguesa TAP e a angolana TAAG que, juntas asseguraram 1900 voos entre Lisboa e Luanda no ano de 2012 (INAC, 2013). Além de Lisboa, também o Porto tem carreiras regulares para Luanda o que faz subir para 180.351 o número de passageiros entre Luanda e os aeroportos portugueses apenas no primeiro semestre de 2014 (INAC, 2014). Se quisermos comparar a o movimento de passageiros entre Luanda-Lisboa e Luanda-Madrid percebemos que a conexão entre a capital portuguesa e angolana é mais forte: no primeiro semestre de 2014 passaram pelo aeroporto Adolfo Suarez (Barajas), em Madrid 25.399 passageiros (AENA, 2014). Menos 128.136 que no mesmo período em Lisboa e menos 1.417 que em igual período no Porto.

Porém, se colocarmos o foco à escala ibérica, o aeroporto de Lisboa ocupa a quarta posição atrás de Madrid, Barcelona e Palma de Maiorca. Madrid tem três vezes e meio mais passageiros que Lisboa. Barcelona tem mais do dobro. Mais uma vez a capital portuguesa apresenta-se como uma cidade da periferia da capital espanhola (Figura 16).

**Figura 16 - Tráfego de passageiros nos cinco principais aeroportos ibéricos**



(fonte (AENA, 2014; INAC, 2014). Produção própria.

Lisboa perde se a perspectiva for europeia, nesse caso é claramente periférica, não apenas na Europa, mas também na Península Ibérica, onde Madrid se assume como o *hub* regional, mas se olharmos para os *buracos* na rede, vemos que Portugal, e especialmente Lisboa, tem uma posição de vantagem se a perspectiva for estabelecer pontes

## 7.4 Pressão urbana e social

Apesar dos bons indicadores económicos, reveladores da capacidade de atração de investimento estrangeiro, Angola e particularmente Luanda são pouco atraentes para residência desses investidores. A capital angolana é considerada a capital mais cara do mundo e conhecida pelo seu trânsito caótico e urbanismo desordenado.

Nos últimos anos, o governo tem procurado renovar o tecido urbano, construindo um novo centro de negócios, e várias zonas residenciais para as classes média e alta, mas apesar disso, a maioria da população urbana de Luanda vive em edifícios degradados e a cidade tem uma importante zona de favela. As infraestruturas, particularmente o saneamento básico, estão em colapso, e a insegurança é um problema real para quem opta trabalhar e residir na capital angolana.

A corrupção é também uma característica que marca a economia angolana, onde uma bonificação extra pode acelerar a prestação de um serviço, a entrega de um produto ou a simplificação de um processo administrativo. Também têm sido reportados casos de discriminação racial sobre estrangeiros brancos, quer na ajuda em situações de emergência, quer na prestação de serviços. Essa discriminação não ocorre ao nível da estrutura administrativa do estado, mas é a resposta do cidadão comum à discriminação sofrida pelo povo angolano durante o período colonial (Lunga, 2013).

Finalmente, o poder político tem garantido a estabilidade ao desenvolvimento económico, mas é considerado pelos padrões ocidentais uma ditadura. O partido que suporta o poder tem 175 dos 220 lugares do parlamento e os 45 deputados da oposição estão repartidos por quatro partidos. Uma tal concentração de poder, numa economia marcada por um elevado crescimento, favoreceu o surgimento de uma elite muito rica que domina o tecido empresarial nacional. E, como é característico nas ditaduras, a sucessão é a principal fonte de incerteza. O presidente José Eduardo dos Santos está no poder desde Setembro de 1979, apesar dos rumores de possíveis sucessores, não parece existir atualmente alguém que garanta uma transição tranquila.

## 8. Discussão de resultados

Neste trabalho partimos da hipótese de que Lisboa pode beneficiar da incerteza provocada pelas extraordinárias mudanças que vão ocorrer nas próximas décadas no continente africano, e posicionar-se como um mediador, ou uma ponte entre a Europa e a África.

Para sustentar esta hipótese recorreremos ao exemplo de Miami estudado por Saskia Sassen para defender que a incerteza e a instabilidade política podem ser oportunidades para as cidades que consigam apresentar-se como um “porto seguro” para os empresários e investidores.

Com efeito, vimos que as cidades se distribuem ao longo de uma rede de conexões entre os indivíduos que a compõem, e que se traduz na interação de fluxos de dinheiro, informações e pessoas, através de uma rede transnacional de empresas que têm a capacidade de influenciar as principais decisões globais. Também percebemos que na rede há cidades que têm um papel mais agregador deste tipo de empresas que outras cidades. A essas chamamos cidades globais.

Cidades globais são assim, cidades com a capacidade de descodificar, e modificar informação, coordenando e influenciando os outros elementos da rede. Não se trata de uma hierarquia ou de um centro de poder, mas de pontos que ajudam a rede a manter-se unida e que a ampliam, estabelecendo pontes com outras regiões da rede, pouco conectadas, ou mesmo ligando novas redes que antes estavam isoladas.

A partir desta perspectiva teórica procurámos demonstrar a ligação de Lisboa às cidades africanas, através da análise das suas empresas. Verificámos que a capital angolana é o principal polo de atração das empresas portuguesas, mas que também os empresários angolanos estão a investir em Portugal e particularmente em Lisboa. Embora o sentido dominante dos fluxos de investimento seja de Portugal para Angola, do lado angolano os investimentos são sobretudo em alguns dos setores-chave enunciados por Saskia Sassen, para a criação de uma cidade global: banca e media.

Através da nossa amostra verificámos que os setores da banca, construção, petróleo e telecomunicações são as principais áreas de projeção da economia portuguesa em África, mas uma análise aos dados referentes ao investimento direto

estrangeiro revelou que as empresas do comércio e do setor automóvel, estão a aumentar o seu investimento, embora as grandes empresas nacionais nestes setores ainda não tenham apostado no continente africano para internacionalizar o seu negócio.

Vimos ainda que a rede de negócios das empresas portuguesas se estende a numerosos Estados africanos, muito para lá da tradicional ligação ao mundo da lusofonia. Embora aos países africanos de língua portuguesa (PALOP's) estejam na primeira linha dos investimentos nacionais, também podemos identificar um segundo polo de atração nos países do Magrebe. É no entanto na África Subsaariana que se encontram a maioria dos investimentos dos empresários portugueses. E se as empresas portuguesas se espalham sobretudo ao longo da costa atlântica de África, é em Angola e, sobretudo em Luanda que se concentram a maioria das empresas. Com efeito, quase todas as empresas que têm negócios em África têm também negócios em Angola. Torna-se assim evidente que Luanda é o *hub*, ou concentrador de Lisboa em África.

Neste estudo comparámos ainda os dados recolhidos pela GaWC, no ano 2000 em Lisboa e Luanda, com a informação que atualizámos em 2014 para verificar que a conectividade entre Lisboa e Luanda se acentuou nestes catorze anos, o que corrobora o observado na nossa amostra. Por fim, estudámos os fluxos de pessoas entre as duas cidades para também aí confirmar a sua conectividade. Comparando com Madrid, Lisboa tem claramente uma posição de vantagem na conexão com Luanda.

Por outro lado, quando olhamos para a Península Ibérica percebemos que Lisboa tem uma posição periférica e que Madrid é o centro Ibérico. Neste trabalho identificámos quatro momentos que acentuaram a perda de influência da capital portuguesa para a capital espanhola. Em primeiro lugar, o fim das fronteiras que levou à concentração Ibérica da operação de numerosas multinacionais; depois o crescimento das empresas nacionais e a sua internacionalização levou-as a estabelecerem-se noutras cidades europeias para estarem mais próximo dos seus clientes; numa terceira fase, a transferência das sedes das grandes empresas para outros países da União Europeia com a procura de maiores facilidades de acesso ao

crédito e impostos mais baixos; e por fim, a aquisição das grandes empresas nacionais por grandes grupos internacionais, transferindo os seus centros de decisão.

Estes quatro momentos da história do tecido empresarial português, acrescido das alterações geopolíticas ocorridas desde a queda do Muro de Berlim, empurraram Portugal para uma posição periférica. É certo que a cidade de Lisboa é atrativa do ponto de vista turístico, e Portugal é bem visto pelos investidores estrangeiros pela sua posição favorável na relação com África e com o Brasil. Esses são dois grandes trunfos apontados pelos sucessivos governos portugueses para atrair investidores. Todavia, só dizê-lo não basta.

O continente africano vai atravessar momentos de mudança. Enquanto a Europa vai envelhecer e perder população, a África vai duplicar a sua população no espaço de 26 anos. Isto significa que em 2050 o continente africano terá mais de 2 mil milhões de habitantes. Mais do que a população da China ou da Índia. Essa mudança será tão extraordinária quanto é conhecida a dificuldade que hoje o continente tem para alojar, alimentar e empregar 900 milhões de habitantes. Hoje, quarenta por cento da população são crianças, em 2050 a idade média da população africana será de pouco mais de 25 anos.

Não é uma projeção determinística, mas os sociólogos sabem que movimentos sociais como a Primavera Árabe surgem do cruzamento de fatores como uma população jovem e altas taxas de desemprego. Esse não é, todavia, o único vetor de alarme. O continente africano também vai ser confrontado com uma pressão urbana muito forte, criando grandes megalópoles, que serão imensas favelas, produtoras de economia paralela, desigualdades e criminalidade. Ou ainda a crescente influência de movimentos fundamentalistas islâmicos propagando o ódio ao ocidente e a uma classe média africana que ambiciona o nível de vida europeu.

Naturalmente que é possível que nenhum destes fatores se venha a registar, mas acreditamos que o mais provável é que todos venham a ocorrer simultaneamente. Nessa eventualidade faz sentido que os empresários africanos tenham um “porto de abrigo”, como os empresários latino-americanos tiveram em Miami, durante as mudanças económicas e políticas que agitaram a América Latina no final da década

de 80 do século XX. Nesse caso fará todo o sentido o argumento de que Lisboa é uma cidade onde se gosta de viver e valorizar a ligação entre Portugal e África.

Todavia, em vez de se pensar em Lisboa como refúgio, apenas – e só – na eventualidade de algum momento de instabilidade no continente africano, Lisboa deve assumir-se também como a base dos negócios com África e centro de coordenação na rede africana. Porque as cidades africanas vão tardar a dotar-se das condições para serem centros de negócio globais, Lisboa pode tornar-se o mediador, não em competição com as cidades africanas, mas em complemento destas, tal como Miami complementa as cidades da América Latina. A seu tempo, as cidades africanas conquistarão o seu lugar na rede, tal como está a acontecer com São Paulo ou Buenos Aires na rede até agora dominada exclusivamente por Miami. Mas, até que isso aconteça, Lisboa pode ser a ponte que liga a África, e ser o *backup* dos negócios africanos.

Esse caminho está já a ser feito pelos empresários angolanos e, do nosso ponto de vista, ao contrário do investimento europeu, a aquisição de empresas nacionais por capital africano, não representa uma efetiva transferência do poder de decisão para fora do país, sendo antes uma forma do investidor africano garantir que terá lugar União Europeia. Mesmo que pontualmente o centro de decisão seja transferido para fora do país, os centros de competências ficam em Portugal, e será em Portugal que serão formados os futuros quadros das empresas africanas. Se pensarmos onde estão os centros de competências da maioria das empresas alemãs, espanholas ou mesmo norte-americanas a operar em Portugal percebemos a diferença em relação às empresas africanas.

## Conclusão

Um estudo sobre redes assenta na interação entre os indivíduos, mas se alargarmos o estudo à escala de redes de cidades globais, podemos observar os fluxos entre organizações, sem perder de vista que também elas são constituídas por indivíduos. Das organizações financeiras e de gestão, partem orientações, estratégias, e capital. As empresas de marketing e publicidade criam tendências e necessidades. As seguradoras avaliam os riscos dos novos projetos. Os gabinetes de advogados adaptam as organizações às leis dos Estados e as leis dos Estados aos interesses das organizações. As empresas de auditoria e contabilidade fecham o círculo e remetem para as organizações financeiras e de gestão o balanço das contas sugerindo o que é para continuar a investir ou para abandonar. Estas são as empresas que comandam o mundo, não porque lhes tenha sido conferido esse poder, mas porque têm uma posição na rede que lhes permite influenciar tendências, negócios, opções estratégicas, políticas governativas, taxas de juro, quedas de governos, golpes de estado, guerras.

Estudar a rede de cidades globais é estudar a sociedade, e esse era, deste logo, o primeiro desafio deste trabalho. Depois analisar a relação entre dois mundos: a Europa, onde Lisboa tem uma posição de dupla periferia, quer dentro do espaço europeu quer na Península Ibérica. Por outro, lado olhar para um continente africano em mudança onde podemos identificar múltiplas centralidades, distribuídas por diversos *clusters* regionais, mas onde só Joanesburgo parece ser uma cidade global.

Neste trabalho a opção foi identificar a relação de Lisboa e Luanda para perceber se haveria entre estas cidades o que poderíamos chamar uma ponte que as ligasse. Agora que estamos no fim deste percurso, podemos concluir que foi a escolha certa. É entre Lisboa e Luanda que existe o maior fluxo de negócios do que com qualquer outra cidade africana. Sim, existe uma ponte bastante sólida entre Luanda e Lisboa e os fluxos são nos dois sentidos. Mas não podemos dizer que é uma ponte que ligue ambas à rede das cidades globais.

Na nossa análise verificámos que os fluxos são sobretudo com Luanda, e em menor grau com outras cidades africanas. No estudo da GaWC de 2000, Lisboa perdia

para Madrid ou São Paulo na conectividade às cidades africanas. Não havendo dados mais atuais de todo o estudo, podemos afirmar que na atualização que fizemos relativamente a Lisboa, a pontuação da capital portuguesa pouco se alterou nos últimos 14 anos. Já a posição de Luanda melhorou substancialmente, mas sobretudo porque também tinha uma pontuação muito baixa, na conectividade à rede das cidades globais. O que quer dizer que, na eventualidade de uma atualização do estudo da GaWC, não esperamos mudanças significativas. Lisboa tinha uma classificação “média” e Luanda “baixa”, embora a classificação de Luanda fosse na realidade muito baixa, numa escala que tinha apenas três categorias.

Surpreende a fraca relação entre Lisboa e Joanesburgo, Nairobi ou Lagos, três cidades que estão entre os principais *clusters* de investimento em África, mas pouco ligadas ao tecido empresarial português, de acordo com a nossa amostra. Joanesburgo, apesar de ser a cidade mais globalizada do continente africano, estando por isso muito bem conectada à rede das empresas globais, é pouco atrativa para as empresas nacionais, se comparada com a capital angolana.

A forte conexão com Luanda acentuada pelo investimento angolano dá a Portugal, e particularmente a Lisboa (dado que é o principal centro de serviços empresariais do país) uma mais-valia que acresce à atração turística e aos laços históricos e culturais.

Ao analisar a base de dados disponibilizada pela GaWC vimos que a língua não é essencial para a coesão numa rede de cidades globais, como também não é a existência de laços históricos, por uma razão muito simples: o que dá coesão à rede de cidades globais é a rede de empresas globais. No fundo, são as empresas que encontramos em Londres, Nova Iorque, Lisboa ou Luanda. São empresas onde os indivíduos que as compõem partilham os mesmos códigos, a mesma cultura e os mesmos valores. Têm uma língua franca – o inglês – e a cultura do capitalismo ocidental. Mas ao mesmo tempo esses indivíduos estabelecem entre eles interações pessoais. Conhecem-se porque estudaram juntos, trabalharam juntos ou fizeram negócios juntos: Não é “o nosso agente em Luanda” mas “fulano, que agora está em Luanda”. Essa rede de relações constrói-se no tempo em múltiplas interações. As empresas nacionais, ao investir em África e as empresas africanas ao investir em

Portugal, estão a desenvolver a sua rede de negócios, mas estão também a criar algo muito mais valioso que é uma rede de relações entre os indivíduos. Quando alguns desses indivíduos se conectam à rede de cidades globais levam consigo toda a sua rede de relações enriquecendo e ampliando a rede global.

## Bibliografia

AENA, 2014. *Tráfico de pasajeros, operaciones y carga en los aeropuertos españoles, Reporte definitivo Año 2013*. [Online]

Available at: <http://www.aena-aeropuertos.es/csee/Satellite?pagename=Estadisticas/Home>  
[Acedido em 05 outubro 2014].

AICEP, 2012. *Angola – Ficha de Mercado, julho 2012*, Lisboa: Portugal Global.

AICEP, 2014. *Portugal – Ficha País, junho 2014*, Lisboa: Portugal Global.

AIP; PwC, 2014. *Angola integração Regional na SADC e relacionamento com países da CPLP*, Lisboa: Associação Industrial Portuguesa e PricewaterCoopers & Associados – Sociedade de revisores Oficiais de Contas Lda..

Allen, J., 2010. Powerful City Networks: More than Connections, less than Domination and Control. *Urban Studies*, November, Volume 47 (13), p. 2895–2911.

Amin, S., 2005. O Imperialismo, passado e presente. *Tempo*, Volume nº 18, pp. 77-123.

ANACOM, 2014. *Glossário*. [Online]

Available at: <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=277980>  
[Acedido em 05 outubro 2014].

ANIP, 2014. Atividades do Governo. *Newsletter Semanal*, 07 Fevereiro, Volume 3, Nº 48.

Banco de Portugal, 2014. Boletim Económico, Junho 2014. *Boletim Económico*, Junho 2014.

Banco de Portugal, 2014. *Lista de Instituições Autorizadas*. [Online]

Available at: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Instituicoesautorizadas.aspx#anchor>  
[Acedido em 05 outubro 2014].

Banco Nacional de Angola, 2014. *Lista de instituições financeiras autorizadas*, Luanda: Departamento de Supervisão Prudencial das Instituições Financeiras.

BPI, 2014. *Portugal A internacionalização da Economia, Estudos nacionais sobre a internacionalização das economias*, Lisboa: Banco BPI.

Brown, E., Catalano, G. & Taylor, P. J., 2002. Beyond world cities: Central America in a global space of flows. *Area* 34, p. 139–148.

Burt, R. S., 2000. The Network Structure of Social Capital. *Research in Organizational Behaviour*, Volume 22.

Burt, R. S., 2004. From structural holes: The social structure of competition. In: *The New Economic Sociology: a reader*. New Jersey: Princeton University Press, p. 325 – 348.

Câmara, M. P. S., 2013. *A Política Externa Alemã na República de Berlim De Gerhard Schröder a Angela Merkel*. Brasília: FUNAG.

Carneiro, A. T., 2006. Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*, Volume n.º 114, 3.ª Série.

Castells, M., 2003. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: O Fim do Milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M., 2007. *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Catalano, G. & Taylor, P., 2010. The World According the GaWC. *GaWC Research Bulletin*, Volume n.º 369.

Coleman, J. S., 1988. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, Volume Vol. 94. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, pp. S95-S120.

Cross, R., Parker, A. & Sasson, L., 2003. *Networks in the Knowledge Economy*. Oxford: Oxford University Press.

Diário Económico, 2013. As 1000 Maiores Empresas. *Especiais*, 03 dezembro, Volume Suplemento à edição n.º 5814.

Dicken, P., 2007. *Global Shift : Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century*. 5.ª Edição ed. Londres: Sage Publications.

Elias, N., 2004. *A Sociedade dos Indivíduos*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

EUROSTAT, 2014. *Alojamento turístico*. [Online]

Available at:

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/File:Tourism\\_destinations % E2%80%94\\_nights\\_spent\\_at\\_tourist\\_accommodation\\_establishments,\\_2012\\_\(1\)\\_1\\_000\\_nigh ts\\_spent\\_in\\_the\\_country\\_by\\_non-residents\)\\_YB14.png](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:Tourism_destinations_%E2%80%94_nights_spent_at_tourist_accommodation_establishments,_2012_(1)_1_000_nights_spent_in_the_country_by_non-residents)_YB14.png)

[Acedido em 05 outubro 2014].

Expansión, 2010. *Poder Ibérico: Portugal S.A. se dirige desde España*. [Online]

Available at: <http://www.expansion.com/2010/10/10/empresas/1286745842.html>

[Acedido em 05 outubro 2014].

EY, 2014. *EY's Attractiveness Survey Africa 2014: Executing Growth*, London: EYGM Limited.

Ferreira, A. F., 2007. *Lisboa 2020 – Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*, Lisboa: CCDLVT.

Ferry, B., 2007. *L'Afrique face à ses défis démographiques: un avenir incertain*. Paris: Karthala, Agence Française de Développement.

FMI, 2014. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, 2014*, Washington DC:

International Monetary Fund.

Freemantle, S., 2014. *Understanding Africa's middle class*, Johannesburg: The Standard Bank of South Africa Limited.

Friedmann, J., 1986. The World City Hypothesis. *Development and Change*, Volume 17, p. 69–83.

GaWC, 2000. *Global Service Firms (The "GAWC 100")*. [Online]  
Available at: [http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/da11\\_1.html](http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/da11_1.html)  
[Acedido em 05 outubro 2014].

GaWC, 2010. *GaWC Atlas of Hinterworlds*. [Online]  
Available at: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/visual/hwatlas.html>  
[Acedido em 5 Outubro 2014].

Guedes, A. M., 2000. As guerras culturais, a soberania e a globalização. *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, Volume 51, pp. 65-162.

INAC, 2013. *Anuário da Aviação Civil 2012*, Lisboa: INAC, I.P. – Instituto Nacional de Aviação Civil.

INAC, 2014. *Boletim Estatístico Trimestral N.º 22*, Lisboa: INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P..

INE, 2013. *Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras – 2011*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística IP.

INE, 2014. *Estatísticas do Turismo 2013*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP.

ISS, 2011. *African Futures 2050*, Pretória: Institute For Security Studies.

ITU, 2013. *Study on international Internet connectivity in sub-Saharan Africa*, s.l.: ITU Study Group 3 for Africa, International Telecommunication Union.

Jornal de Negócios, 2013. *Conheça as participações detidas por investidores angolanos em empresas portuguesas*. [Online]  
Available at:  
[http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/conheca\\_as\\_participacoes\\_detidas\\_por\\_investidores\\_angolanos\\_em\\_empresas\\_portuguesas.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/conheca_as_participacoes_detidas_por_investidores_angolanos_em_empresas_portuguesas.html)  
[Acedido em 08 outubro 2014].

Latour, B., 2005. *Reassembling the Social - An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

Lemieux, V. & Ouimet, M., 2004. *Análise Estrutural das Redes Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lopes, D. & Simões, L., 2012. Transferência de operações para a Holanda. *Diário Económico*, Quarta-feira, 4 de Janeiro(Assunto), pp. 4-6.

Lorgeoux, J. & Bockel, J.-M., 2013. *L'Afrique est nôtre avenir, Rapport d'information n° 104 (2013-2014)*, Paris: Sénat.

- Lunga, M., 2013. *Governantes perversos recriam racismo em Angola, enquanto o silêncio controla a luta pro Descolonização da Lei*. [Online]  
Available at: <http://centralangola7311.net/2013/12/11/governantes-perversos-recriam-racismo-em-angola/>  
[Acedido em 05 outubro 2014].
- Merwe, I. J., 2004. The global cities of Sub-Saharan Africa: Fact or fiction?. *Urban Forum*, Volume 15, Issue 1, pp. 36-47.
- Moreira, A., 2000. Situação Internacional Portuguesa. *Análise Social*, Volume XXXV, pp. 154-155.
- Mulenga, G., 2013. Developing Economic Corridors in Africa – Rationale for the Participation of the AfDB. *Regional Integration Brief*, abril.
- Musil, R., 2009. Global capital control and city hierarchies: an attempt to reposition Vienna in a world city network. *Cities*, Outubro, Volume 26, issue 5, pp. 255-265.
- OECD, 2008. *Benchmark Definition of Foreign Direct Investment: Fourth Edition*. Paris: OECD Publishing..
- Ordoñez, C. J. & García, C. G., 2002. Madrid en el escenario de un sistema mundial. *Anales de Geografía de la Univerisidad Complutense*, Volume extraordinario, pp. 203-219.
- Pauliac, N., 2013. L'investissement direct étranger au Portugal en 2012. *Service Economique de Lisbonne*, 30 Novembro.
- Pires, I., 2008. As Empresas com Capital Espanhol na AML: Estratégias de Inserção no Mercado Português e Perspectivas de Futuro. In: *A Integração dos Mercados Ibéricos: Um Processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?*. Lisboa: Colibri, pp. 129-158.
- PNUD, 2014. *Relatório do Desenvolvimento Humano - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Porter, M. E., 2008. The Five Competitive Forces That Shape Strategy. *harvard business review*, january, pp. 23-41.
- PwC, 2013. *Cidades de oportunidade: Construindo o futuro*, São Paulo: PricewaterCooper Brasil.
- Quality Media Press, 2006. Qualidade, a melhor estratégia contra a deslocalização. *Desafios Ibéricos II*, Expresso n.º 1774, 28 de Outubro(Dossiê Especial), p. 22.
- Reuters, 2013. *Africa Investment - China brings goods and roads, now Africa wants jobs*. [Online]  
Available at: <http://www.reuters.com/article/2013/07/21/africa-china-idUSL6N0FI3TE20130721>  
[Acedido em 05 outubro 2014].

- Reuters, 2014. *Ebola causing huge damage to West Africa economies: development bank*. [Online]  
Available at: <http://uk.reuters.com/article/2014/08/27/us-health-ebola-idUKKBN0GQ17920140827>
- Rheingold, H., 1996. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva.
- Rosa, E., 2013. *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização*. Lisboa: Página a Página.
- Rosa, E., 2014. *Os grupos económicos que dominam o mercado de energia em Portugal e a total submissão do poder político e da 'troika' a eles*. [Online]  
Available at: <http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2014/26-2014-rendas.pdf>  
[Acedido em 05 Outubro 2014].
- Rossi, E. C., 2012. *World Cities Subroutine for MS Excel - Instructions for use*. [Online]  
Available at: [http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/WCities\\_Instructions.pdf](http://www.lboro.ac.uk/gawc/datasets/WCities_Instructions.pdf)  
[Acedido em 05 outubro 2014].
- Sassen (ed.), S., 2002. *Global Networks, Linked Cities*. Nova Iorque: Routledge.
- Sassen, S., 1994. *Cities in a World Economy*. 1.ª Edição ed. Londres: Pine Forge Press.
- Sassen, S., 2005. The Global City: introducing a Concept. *Brown Journal of World Affairs*, Winter/Spring, Volume XI, n.º 2, pp. 27-43.
- Sassen, S., 2007. *A Sociology of globalization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Sassen, S., 2010. *Swoons Over Miami* [Entrevista] (27 Agosto 2010).
- Schmitt, P. & Smas, L., 2012. Multi-scalar 'Intercity Connectivities' from a Northern European Perspective. *GaWC Research Bulletin*, Volume 411 (A).
- Skórska, M. J. & Kloosterman, R. C., 2012. Performing on the Global Stage: Exploring the Relationship between Finance and Arts in Global Cities. *GaWC Research Bulletin*, Volume 392.
- Taylor, J. P. & Catalano, G., 2000. World City Network: The Basic Data. *GaWC DataSet 11*.
- Taylor, P. & Catalano, G., 2004. Global Service Firms (The 'GAWC 100'). *GaWC Research Bulletin*, Volume 43.
- Taylor, P., Catalano, G. & Walker, D., 2002b. Measurement of the world city network. *Urban Studies*, Dezembro, Volume 39, pp. 2367-2376.
- Taylor, P. J., 2000. World cities and territorial states under conditions of contemporary globalization. *Political Geography*, Volume 19, N.º 1, pp. 5-32.
- Taylor, P. J., 2001. West Asian/North African Cities in the World City Network: A Global Analysis of Dependence, Integration and Autonomy. *The Arab World Geographe*, Volume 4 (3), pp. 146-159.

- Taylor, P. J., 2004. *World City Network: A Global Urban Analysis*. London: Routledge.
- Taylor, P. J. & Catalano, G., 2005. World City Network: The Basic Data. *Globalization and World Cities Research Network*, Volume Data Set 11.
- Taylor, P. J., Derudder, B., Hoyler, M. & Ni, P., 2011. New Regional Geographies of the World as Practised by Leading Advanced Producer Service Firms in 2010. *GaWC Research Bulletin*, Volume 392.
- Taylor, P. J., s.d. *A Brief Guide to Quantitative Data Collection at GaWC, 1997-2001*. [Online] Available at: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/guide.html> [Acedido em 05 outubro 2014].
- Taylor, P. J. & Walker, D., 2004. Urban Hinterworlds Revisited. *Geography*, Abril, Volume Vol. 89, nº. 2, pp. 145-151.
- Taylor, P. J., Walker, D., Catalano, G. & Hoyler, M., 2002a. Diversity and power in the world city network. *Cities*, Volume 19, 4, pp. 231-241.
- Taylor, P. J., Walker, D. R. F. & Beaverstock, J. V., 2002. Firms and their global service networks. In: S. Sassen, ed. *Linked Cities*. Nova Iorque: Routledge, pp. 93-115.
- Tönnies, F., 2002. *Community and Society*. Devon: Courier Dover Publications.
- UE, 2012. *Schengen, A porta para a sua liberdade de circulação na Europa*, Bruxelas: Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia.
- UIT, 2014. *Key 2005/2014 ICT Data For The World*. [Online] Available at: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> [Acedido em 05 outubro 2014].
- UNCTAD, 2013. *Foreign Direct Investment in LCDs: Lessons Learned from the decade 2001-2010 and the way forward*, Nova Iorque: United Nations Conference on Trade and Development.
- UNCTAD, 2014. *World Investment Report 2014 Investing in the SDGs an Action Plan*, Nova Iorque: United Nations Conference on Trade and Development.
- UNDESA, 2013a. *World Population Prospects: The 2012 Revision*, Nova Iorque: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA, 2013b. *World Population Ageing 2013*, Nova Iorque: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA, 2013c. *International Migration Report 2013*, Nova Iorque: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA, 2014a. *ONU World Fertility Patterns 2013*, Nova Iorque: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA, 2014b. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights*, Nova Iorque: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.

Villalobos, L., 2014. *Bancos angolanos expandem-se em Portugal e lucram nove milhões no primeiro semestre*. [Online]

Available at: <http://www.publico.pt/economia/noticia/bancos-angolanos-expandemse-em-portugal-e-lucram-nove-milhoes-no-primeiro-semester-1667340>

[Acedido em 05 outubro 2014].

Wellman, B., 1988. *Social Structures: a network approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

## Índice de Figuras

Figura 1 - Buracos estruturais e laços fracos.....	23
Figura 2 - Exemplo de matriz de dados.....	34
Figura 3 - População 1960-2100 em milhões.....	41
Figura 4 - População urbana e rural em África 1950-2050.....	42
Figura 5 - Crescimento do PIB, em percentagem.....	52
Figura 6 - Estágios de desenvolvimento de uma comunidade urbana.....	55
Figura 7 - Rede de Corredores de Desenvolvimento na África Subsaariana.....	58
Figura 8 - Principais clusters de IDE em África (2007-2013).....	59
Figura 9 - Países de origem do IDE em Portugal, 2013 (%).....	76
Figura 10 - Países de origem do IDE em Portugal, 1.º semestre 2014 (%).....	77
Figura 11 - Países de destino do IDPE em 2013 (%).....	77
Figura 12 - Fluxos de IDPE (Angola) 2003-2013.....	78
Figura 13 - Repartição espacial das filiais no estrangeiro das empresas estudadas.....	83
Figura 14 - Repartição espacial das filiais em África das empresas estudadas.....	84
Figura 15 - Repartição espacial das filiais em África das empresas com sede em Lisboa.....	86
Figura 16 - Tráfego de passageiros nos cinco principais aeroportos ibéricos.....	95

## Índice de tabelas

Tabela 1 - As 100 empresas de serviços globais "GaWC 100" .....	34
Tabela 2 - Codificação das empresas .....	35
Tabela 3 - Origem e destino das migrações internacionais, 2013 .....	47
Tabela 4 - Origem do IDE em África, por região.....	49
Tabela 5 - População urbana e rural em África e regiões africanas.....	61
Tabela 6 - Conectividade das cidades africanas à rede GaWC.....	64
Tabela 7 - Empresas GaWC em Luanda (2000/2014).....	65
Tabela 8 - Empresas GaWC em Lisboa (2000/2014) .....	66
Tabela 9 - Acionistas com participações qualificadas na EDP e na GALP.....	73
Tabela 10 - Fluxos de IDPE por setor de atividade (Angola), 2003-2013 .....	79
Tabela 11 - Empresas portuguesas, caracterização da amostra .....	81
Tabela 12 - Presença das empresas portuguesas no estrangeiro.....	84
Tabela 13 - Presença das empresas de Lisboa no estrangeiro.....	85
Tabela 14 - Firmas da lista 'Fortune 500' presentes em Angola em 2001 e 2010 .....	88
Tabela 15 - Bancos a operar em Angola.....	91
Tabela 16 – Empresas portuguesas com investidores angolanos.....	93
Tabela 17 - Distribuição de passageiros por regiões (trafego regular) .....	94

# AMOSTRA

Ranking	5 Maiores empresas por setor de atividade
<b>Petrolífera e Combustíveis</b>	
1	PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.
9	REPSOL PORTUGUESA, S.A
14	BP PORTUGAL S.A
15	CEPSA - PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A.
44	ALCAPETRO - PETROLEOS E DERIVADOS, S.A.
<b>Electricidade, Água e Gás</b>	
2	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A
5	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.
6	GALP - GÁS NATURAL, S.A.
8	EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A
16	EDP - GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA, S.A
<b>Comércio e Retalho</b>	
3	PINGO-DOCE
4	MODELO CONTINENTE
17	AUCHAN PORTUGAL
25	DIA PORTUGAL
32	WORTEN
<b>Transportes</b>	
7	TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.
37	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
45	BRISA - CONCESSÃO RODOVIÁRIA, S.A.
57	ANA - AEROPORTOS DE PORTUGAL, S.A.
94	UNITED EUROPEAN CAR CARRIERS, UNIPESSOAL, LDA.
<b>Automóvel</b>	
10	VOLKSWAGEN AUTOEUROPA
48	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS
52	PEUGEOT CITROEN AUTOMÓVEIS PORTUGAL
55	SIVA
72	MERCEDES BENZ PORTUGAL
<b>Alimentação, Bebidas e Tabaco</b>	
11	WELLAX FOOD LOGISTICS
26	ITMP ALIMENTAR
27	RECHEIO - CASH AND CARRY
29	LACTOGAL
31	REAGRO - IMP. EXP.
<b>Telecomunicações</b>	
12	PT COMUNICAÇÕES, S.A
19	VODAFONE PORTUGAL, S.A.
20	TMN - TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS, S.A.
28	OPTIMUS - COMUNICAÇÕES, S.A.
30	ZON TV CABO PORTUGAL, S.A
<b>Construção</b>	
13	ESTRADAS DE PORTUGAL
22	MOTA - ENGIL
35	ZAGOPE
38	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA

39	TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
<b>Borracha e Matéria Plástica</b>	
24	CONTINENTAL MABOR
237	INTRAPLÁS
342	FLEX 2000
394	POLIVOUGA
416	CASFIL
<b>Electónica e Mecânica</b>	
33	BOSCH CAR MULTIMÉDIA PORTUGAL, S.A.
51	ENEOP 3 - DESENVOLVIMENTO DE PROJECTO INDUSTRIAL
62	ENERCON GMBH - SUCURSAL EM PORTUGAL
63	JP SÁ COUTO, S.A
69	SAMSUNG - ELECTRÓNICA PORTUGUESA, S.A.
<b>Papel, Celulose e Cartão</b>	
34	SOPORCEL - SOCIEDADE PORTUGUESA DE PAPEL, S.A
49	PORTUCEL, S.A.
65	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), S.A.
67	ABOUT THE FUTURE - EMPRESA PRODUTORA DE PAPEL, S.A
98	SOPORCEL PULP, S.A.
<b>Químico</b>	
36	REPSOL POLÍMEROS, S.A.
77	CUF - QUIMICOS INDUSTRIAIS, S.A.
96	ADP FERTILIZANTES, S.A.
100	ARTLANT PTA, S.A.
111	IBEROL, S.A.
<b>Farmacéutico</b>	
40	ALLIANCE HEALTHCARE, S.A.
42	OCP PORTUGAL - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S.A.
76	UDIFAR II DISTRIBUIÇÃO FARMACÊUTICA, S.A.
86	COOPROFAR
107	MERCK SHARP & DOHME LDA.
<b>Produtos Metálicos e Aço</b>	
47	SN MAIA - SIDERURGIA NACIONAL, S.A.
106	OFM, S.A.
181	FERPINTA - INDUSTRIAS DE TUBOS DE AÇO, S.A.
184	LUSOSIDER - AÇOS PLANOS, S.A
213	COLEP PORTUGAL, S.A.
<b>Industria Extractiva</b>	
60	SOMINCOR - SOCIEDADE MINEIRA DE NEVES - CORVO, S.A.
282	SONACERGY
343	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, S.A.
<b>Serviços</b>	
61	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, E.P.E.
95	EFACEC - ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.
104	LEASE PLAN PORTUGAL, UNIP. LDA
129	CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, EPE
134	SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, E.P.E.
<b>Produtos Minerais</b>	
75	BA VIDRO, S.A.
99	SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.

109	CIMPOR - INDUSTRIA DE CIMENTOS, S.A
197	SANTOS BAROSA - VIDROS, S.A.
303	SAINT - GOBAIN MONDEGO, S.A.
<b>Hotelaria e Turismo</b>	
84	VIAGENS ABREU, S.A.
196	GERTAL.
314	EUREST (PORTUGAL)
327	SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL, LDA.
403	ITAU - INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, S.A.
<b>Madeira e Cortiça</b>	
90	SONAE INDÚSTRIA S.A.
102	AMORIM & IRMÃOS, S.A
283	AMORIM FLORESTAL, S.A.
745	PIEIDADE, S.A.
839	VICAIMA - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, S.A.
<b>Informática</b>	
110	COMPANHIA IBM PORTUGUESA, S.A.
120	CPCDI , S.A
137	TD TECH DATA PORTUGAL, LDA
185	PROLÓGICA - SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A
244	PT - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.
<b>Media</b>	
136	RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A.
154	SIC - SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO, S.A.
180	SPORT TV PORTUGAL,S.A.
285	PORTO EDITORA, LDA.
297	TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.
<b>Industria Transformadora</b>	
150	OGMA - INDÚSTRIA AERONÁUTICA DE PORTUGAL, S.A.
171	MOUTINHO & ARAÚJO - JÓIAS LDA
200	RGVS IBÉRICA
304	ESSILOR PORTUGAL
326	ALCATEL - LUCENT PORTUGAL, S.A.
<b>Têxtil, Vestuário e Calçado</b>	
294	COINDU, S.A.
315	GABOR PORTUGAL - INDUSTRIA DE CALÇADO, LDA.
355	POLOPIQUÉ, S.A
387	CONTINENTAL - INDÚSTRIA TÊXTIL DO AVE, S.A.
413	LANKHORST EURONETE PORTUGAL, S.A
<b>Agricultura e Pescas</b>	
636	ALTRI FLORESTAL
650	NORTE AVES
696	PORTUCELSOPORCEL FLORESTAL
716	ZÊZEROVO

informações	
web page	info
<a href="http://www.galpene.com">http://www.galpene.com</a>	<a href="http://www.galpene.com">http://www.galpene.com</a>
<a href="http://www.repsol.com">http://www.repsol.com</a>	<a href="http://www.repsol.com">http://www.repsol.com</a>
<a href="http://www.bp.com">http://www.bp.com</a>	<a href="http://www.bp.com">http://www.bp.com</a>
<a href="http://www.cepsa.com">http://www.cepsa.com</a>	<a href="http://www.cepsa.com">http://www.cepsa.com</a>
<a href="http://www.mosquetos.com">http://www.mosquetos.com</a>	<a href="http://www.hipersu.com">http://www.hipersu.com</a>
<a href="http://www.edpsu.com">http://www.edpsu.com</a>	<a href="http://www.edpsu.com">http://www.edpsu.com</a>
<a href="http://www.edpdist.com">http://www.edpdist.com</a>	<a href="http://www.edpdist.com">http://www.edpdist.com</a>
<a href="http://www.galpene.com">http://www.galpene.com</a>	<a href="http://www.galpene.com">http://www.galpene.com</a>
<a href="http://www.edp.pt">http://www.edp.pt</a>	<a href="http://www.edp.pt">http://www.edp.pt</a>
<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a>	<a href="http://www.edp.pt">http://www.edp.pt</a>
<a href="http://www.pingodocampo.com">http://www.pingodocampo.com</a>	<a href="http://www.jeronimos.com">http://www.jeronimos.com</a>
<a href="http://www.sonae.com">http://www.sonae.com</a>	<a href="http://www.continental.com">http://www.continental.com</a>
<a href="http://www.auchan.pt">www.auchan.pt</a>	<a href="http://www.auchan.com">http://www.auchan.com</a>
<a href="http://www.minipreco.pt">www.minipreco.pt</a>	<a href="http://www.minipreco.com">http://www.minipreco.com</a>
<a href="http://www.worten.pt">www.worten.pt</a>	
<a href="http://www.tapport.com">http://www.tapport.com</a>	<a href="http://www.flytap.com">http://www.flytap.com</a>
<a href="http://www.ctt.pt">www.ctt.pt</a>	<a href="http://www.ctt.pt">http://www.ctt.pt</a>
<a href="http://www.brisaconcessa.com">www.brisaconcessa.com</a>	<a href="http://www.brisaconcessa.com">http://www.brisaconcessa.com</a>
<a href="http://www.ana.pt">www.ana.pt</a>	<a href="http://www.ana.pt">http://www.ana.pt</a>
<a href="http://www.uecc.com">www.uecc.com</a>	<a href="http://www.uecc.com">http://www.uecc.com</a>
<a href="http://www.volkswagenau.com">www.volkswagenau.com</a>	<a href="http://www.volkswagen.com">http://www.volkswagen.com</a>
<a href="http://www.delphi.com">www.delphi.com</a>	<a href="http://www.delphi.com">http://www.delphi.com</a>
<a href="http://www.mangualde.pt">www.mangualde.pt</a>	<a href="http://www.mangualde.com">http://www.mangualde.com</a>
<a href="http://www.sivaonline.com">http://www.sivaonline.com</a>	<a href="http://www.sag.pt">http://www.sag.pt</a>
<a href="http://www.mercedes-benz.com">www.mercedes-benz.com</a>	<a href="http://www.mercedes-benz.com">http://www.mercedes-benz.com</a>
<a href="http://www.brasilfoods.com">www.brasilfoods.com</a>	<a href="http://ri.brf-global.com">http://ri.brf-global.com</a>
<a href="http://www.mosqueteiros.com">www.mosqueteiros.com</a>	<a href="http://www.mosquetos.com">http://www.mosquetos.com</a>
<a href="http://www.recheio.pt">www.recheio.pt</a>	<a href="http://www.recheio.com">http://www.recheio.com</a>
<a href="http://www.lactogal.pt">www.lactogal.pt</a>	<a href="http://www.lactogal.com">http://www.lactogal.com</a>
<a href="http://www.reagro.com">www.reagro.com</a>	<a href="http://www.reagro.com">http://www.reagro.com</a>
<a href="http://www.ptcom.pt">www.ptcom.pt</a>	<a href="http://www.telecom.pt">http://www.telecom.pt</a>
<a href="http://www.vodafone.pt">www.vodafone.pt</a>	<a href="http://www.vodafone.com">http://www.vodafone.com</a>
<a href="http://www.tmn.pt">www.tmn.pt</a>	<a href="http://www.telecom.pt">http://www.telecom.pt</a>
<a href="http://www.optimus.pt">www.optimus.pt</a>	<a href="http://www.nos.pt">http://www.nos.pt</a>
<a href="http://www.zon.pt">www.zon.pt</a>	<a href="http://www.nos.pt">http://www.nos.pt</a>
<a href="http://www.estradasdeportugal.com">www.estradasdeportugal.com</a>	<a href="http://www.estradasdeportugal.com">http://www.estradasdeportugal.com</a>
<a href="http://www.mota-engil.pt">www.mota-engil.pt</a>	<a href="http://www.mota-engil.com">http://www.mota-engil.com</a>
<a href="http://www.zagope.pt">www.zagope.pt</a>	<a href="http://www.zagope.com">http://www.zagope.com</a>
<a href="http://www.soaresdacosta.com">www.soaresdacosta.com</a>	<a href="http://www.soaresdacosta.com">http://www.soaresdacosta.com</a>

<a href="http://www.teixeiraduarte">www.teixeiraduarte</a>	<a href="http://www.teixeira">http://www.teixeira</a>
<a href="http://www.conti-online.com">www.conti-online.com</a>	<a href="http://www.contine">http://www.contine</a>
<a href="http://www.intrapla">http://www.intrapla</a>	<a href="http://www.intrapla">http://www.intrapla</a>
<a href="http://www.flex2000.pt/">http://www.flex2000.pt/</a>	
<a href="http://www.polivou">http://www.polivou</a>	<a href="http://www.polivou">http://www.polivou</a>
<a href="http://www.casfil.pt">http://www.casfil.pt</a>	<a href="http://www.casfil.pt">http://www.casfil.pt</a>
<a href="http://www.bosch.pt">www.bosch.pt</a>	<a href="http://www.bosch.pt">http://www.bosch.pt</a>
<a href="http://www.eneop.pt">www.eneop.pt</a>	<a href="http://www.eneop.pt">http://www.eneop.pt</a>
<a href="http://www.enercon.de">www.enercon.de</a>	<a href="http://www.enercon.de">http://www.enercon.de</a>
<a href="http://www.jpsacouto.pt">www.jpsacouto.pt</a>	<a href="http://www.jp-ik.com">http://www.jp-ik.com</a>
<a href="http://www.samsung.com">www.samsung.com</a>	<a href="http://www.samsung.com">http://www.samsung.com</a>
<a href="http://www.portucelsopor">www.portucelsopor</a>	<a href="http://www.portucelsopor">http://www.portucelsopor</a>
<a href="http://www.portucelsopor">www.portucelsopor</a>	<a href="http://www.portucelsopor">http://www.portucelsopor</a>
<a href="http://www.celbi.pt">www.celbi.pt</a>	
<a href="http://www.portucelsopor">www.portucelsopor</a>	<a href="http://www.portucelsopor">http://www.portucelsopor</a>
<a href="http://www.portucelsopor">www.portucelsopor</a>	<a href="http://www.portucelsopor">http://www.portucelsopor</a>
<a href="http://www.repsol.com">www.repsol.com</a>	<a href="http://www.repsol.com">http://www.repsol.com</a>
<a href="http://www.cuf-qi.pt">www.cuf-qi.pt</a>	<a href="http://www.cuf-qi.pt">http://www.cuf-qi.pt</a>
<a href="http://www.adp-fertilizant">www.adp-fertilizant</a>	<a href="http://www.adp-fertilizant">http://www.adp-fertilizant</a>
<a href="http://www.artlantg">http://www.artlantg</a>	<a href="http://www.artlantg">http://www.artlantg</a>
<a href="http://www.iberol.com">http://www.iberol.com</a>	<a href="https://www.ecs.pt/">https://www.ecs.pt/</a>
<a href="http://www.alliance-health">www.alliance-health</a>	<a href="http://www.alliance-health">http://www.alliance-health</a>
<a href="http://www.ocp.pt">www.ocp.pt</a>	<a href="http://www.ocp.pt/">http://www.ocp.pt/</a>
<a href="http://www.udifar.pt">www.udifar.pt</a>	<a href="https://www.udifar.pt">https://www.udifar.pt</a>
<a href="http://www.cooprofar.pt">www.cooprofar.pt</a>	<a href="https://www.cooprofar.pt">https://www.cooprofar.pt</a>
<a href="http://www.msdp.pt">http://www.msdp.pt</a>	<a href="http://www.msdp.pt/">http://www.msdp.pt/</a>
n. disponível	
<a href="http://www.ofm.pt/">http://www.ofm.pt/</a>	<a href="http://www.ofm.pt/">http://www.ofm.pt/</a>
<a href="http://www.ferpinta">http://www.ferpinta</a>	<a href="http://www.ferpinta">http://www.ferpinta</a>
<a href="http://www.lusosider.pt/PortalClientes/">http://www.lusosider.pt/PortalClientes/</a>	
<a href="http://www.colep.com">http://www.colep.com</a>	<a href="http://www.colep.com">http://www.colep.com</a>
<a href="http://www.somincor.com">www.somincor.com</a>	<a href="http://www.somincor.com">http://www.somincor.com</a>
n. disponível	
<a href="http://www.almina">http://www.almina</a>	<a href="http://www.almina">http://www.almina</a>
<a href="http://www.chuc.m">http://www.chuc.m</a>	<a href="http://www.chuc.m">http://www.chuc.m</a>
<a href="http://www.efacec.pt">www.efacec.pt</a>	<a href="http://www.efacec.pt">http://www.efacec.pt</a>
<a href="http://www.leasepla">http://www.leasepla</a>	<a href="http://www.leasepla">http://www.leasepla</a>
<a href="http://www.chlo.m">http://www.chlo.m</a>	<a href="http://www.chlo.m">http://www.chlo.m</a>
<a href="http://www.sesaran">http://www.sesaran</a>	<a href="http://www.sesaran">http://www.sesaran</a>
<a href="http://www.bavidro.com">www.bavidro.com</a>	<a href="http://www.bavidro.com">http://www.bavidro.com</a>
<a href="http://www.secil.pt">www.secil.pt</a>	<a href="http://www.secil.pt/">http://www.secil.pt/</a>

<a href="http://www.cimpor.com">http://www.cimpor.com</a>	<a href="http://www.cimpor.com">http://www.cimpor.com</a>
<a href="http://www.santost.com">http://www.santost.com</a>	<a href="http://www.santost.com">http://www.santost.com</a>
<a href="http://www.saint-gobain.com">http://www.saint-gobain.com</a>	<a href="http://www.verallia.com">http://www.verallia.com</a>
<a href="http://www.abreu.pt">www.abreu.pt</a>	<a href="http://www.abreu.pt">http://www.abreu.pt</a>
<a href="http://www1.gertal.com">http://www1.gertal.com</a>	<a href="http://www1.gertal.com">http://www1.gertal.com</a>
<a href="http://www.eurest.com">http://www.eurest.com</a>	<a href="http://www.eurest.com">http://www.eurest.com</a>
<a href="https://www.mcdor.com">https://www.mcdor.com</a>	<a href="https://www.mcdor.com">https://www.mcdor.com</a>
<a href="http://www.itau.pt/">http://www.itau.pt/</a>	<a href="http://www.itau.pt/">http://www.itau.pt/</a>
<a href="http://www.sonaeindustria.com">www.sonaeindustria.com</a>	<a href="http://www.sonaeindustria.com">http://www.sonaeindustria.com</a>
<a href="http://www.amorim.com">http://www.amorim.com</a>	<a href="http://www.amorim.com">http://www.amorim.com</a>
<a href="http://www.amorim.com">http://www.amorim.com</a>	<a href="http://www.amorim.com">http://www.amorim.com</a>
<a href="http://piedade.com">http://piedade.com</a>	<a href="http://piedade.com">http://piedade.com</a>
<a href="http://www.vicaima.com">http://www.vicaima.com</a>	<a href="http://www.vicaima.com">http://www.vicaima.com</a>
<a href="http://www.ibm.com">http://www.ibm.com</a>	<a href="http://www.ibm.com">http://www.ibm.com</a>
<a href="http://www.cpcdi.pt">http://www.cpcdi.pt</a>	<a href="http://www.cpcdi.pt">http://www.cpcdi.pt</a>
<a href="http://www.techdata.com">http://www.techdata.com</a>	<a href="http://www.techdata.com">http://www.techdata.com</a>
<a href="http://www.prologica.com">http://www.prologica.com</a>	<a href="http://www.prologica.com">http://www.prologica.com</a>
<a href="http://www.ptinova.com">http://www.ptinova.com</a>	<a href="http://www.ptinova.com">http://www.ptinova.com</a>
<a href="http://www.rtp.pt/">http://www.rtp.pt/</a>	<a href="http://www.rtp.pt/">http://www.rtp.pt/</a>
<a href="http://sic.sapo.pt/">http://sic.sapo.pt/</a>	<a href="http://www.impresas.com">http://www.impresas.com</a>
<a href="https://www.sporttv.com">https://www.sporttv.com</a>	<a href="https://www.sporttv.com">https://www.sporttv.com</a>
<a href="http://www.portoec.com">http://www.portoec.com</a>	<a href="http://www.grupopop.com">http://www.grupopop.com</a>
<a href="http://www.tvi.iol.pt">http://www.tvi.iol.pt</a>	<a href="http://www.tvi.iol.pt">http://www.tvi.iol.pt</a>
<a href="http://www.ogma.pt">http://www.ogma.pt</a>	<a href="http://www.ogma.pt">http://www.ogma.pt</a>
<a href="http://diamondcard.com">http://diamondcard.com</a>	<a href="http://diamondcard.com">http://diamondcard.com</a>
n. disponivel	
<a href="http://www.essilor.com">http://www.essilor.com</a>	<a href="http://www.essilor.com">http://www.essilor.com</a>
<a href="http://www3.alcatel.com">http://www3.alcatel.com</a>	<a href="http://www3.alcatel.com">http://www3.alcatel.com</a>
<a href="http://www.coindu.com">http://www.coindu.com</a>	<a href="http://www.coindu.com">http://www.coindu.com</a>
<a href="http://www.gabor.com">http://www.gabor.com</a>	<a href="http://www.gabor.com">http://www.gabor.com</a>
n. disponivel	
n. disponivel	
<a href="http://www.eurone.com">http://www.eurone.com</a>	<a href="http://www.lankhorst.com">http://www.lankhorst.com</a>
<a href="http://www.altri.pt/">http://www.altri.pt/</a>	<a href="http://www.altri.pt/">http://www.altri.pt/</a>
n. disponivel	
<a href="http://www.portuce.com">http://www.portuce.com</a>	<a href="http://www.portuce.com">http://www.portuce.com</a>
<a href="http://www.zezero.com">http://www.zezero.com</a>	<a href="http://www.zezero.com">http://www.zezero.com</a>





